



Senado Federal

Alagoas, Brasil

Renan Calheiros



SENADO FEDERAL

Senador RENAN CALHEIROS

ALAGOAS, BRASIL

BRASÍLIA – 2009

ALAGOAS, BRASIL

© Copyright 2008 by Renan Calheiros

Coordenação Editorial

Luiz Francisco Terra Júnior

Francisco Tonu da Costa Júnior

Alexandre Ramos Verano

Revisão

Mariana Reino

Capa:

Orlando Brito

Calheiros, Renan.

Alagoas, Brasil / Renan Calheiros. – Brasília : Senado Federal, 2009.

232 p.

1. Política e governo, Brasil. 2. Discurso parlamentar.

I. Título.

CDD 320.08

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Senado Federal

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	5
Discursos	7
Dia Nacional do Aposentado	9
Adeus ao Senador Jonas Pinheiro	11
Reflexões sobre a educação no Brasil	13
Em defesa dos policiais	16
Arranjos Produtivos Locais – APL	20
Homenagem ao Major-Brigadeiro Othon Correia Netto	23
Dívida dos produtores alagoanos	25
Piso nacional para os professores	27
Malha ferroviária de Alagoas	30
Renegociação das dívidas agrárias	33
Aumento de crédito às micro e pequenas empresas	36
Preço mínimo para a cana	40
Cinco anos do Bolsa Família	46
PAC em Alagoas	50
Valorização do empregado doméstico	53
Dimensão estratégica do pré-sal	57
Alagoas: 191 anos de emancipação política	62
Disparada dos preços dos fertilizantes	67
Melhoria dos indicadores sociais brasileiros	73
Potencial turístico de Alagoas	82

	Pág.
A crise econômica internacional	87
Vitórias do PMDB em Alagoas	93
Consequências da crise no Brasil	99
Reforma do sistema político	104
Enfrentamento da crise financeira internacional	111
Homenagem ao Dia do Professor	116
Modernização do aeroporto de Maceió	123
Segurança: em defesa dos policiais brasileiros	128
As mulheres e as eleições de 2008	139
Piso salarial das polícias e bombeiros	144
Em defesa dos municípios	147
Desenvolvimento sobre rodas	153
Correção para as aposentadorias	159
Aumento do poder de compra dos salários	171
Dia da Consciência Negra	178
Interiorização do ensino público superior	181
O setor da cana-de-açúcar e a ajuda do Governo	185
A força da Previdência Social	188
Mais acessibilidade	198
Responsabilidade do PMDB	202
Violência contra as mulheres	206
Fundo de Combate à Pobreza	209
Microempreendedor	213
Cartel dos Fertilizantes	219
Mais recursos para os municípios	224

APRESENTAÇÃO

Minhas últimas publicações, mercê dos diversos e honrosos cargos exercidos, sempre foram pautadas pelos importantes temas nacionais e internacionais, sem esquecer a minha terra e o prestígio que os alagoanos sempre me dispensaram.

Nas páginas seguintes, entretanto, os leitores encontrarão um enfoque nos assuntos socioeconômicos ligados à realidade de Alagoas.

Sou um otimista nato. Acredito – e muito! – nas potencialidades da nossa terra. Creio, com a totalidade das minhas forças e orações, no promissor futuro que está reservado para Alagoas e seu povo. Temos natureza abençoada, terra, produção, clima, rios, sol, oceano. Mas temos, acima de tudo, garra! Homens e mulheres capazes, dedicados, trabalhadores, que não fogem da luta e que sabem que há, em suas mãos, os instrumentos necessários para o seu desenvolvimento e progresso.

Tenho sido um mercador alagoano nas portas de instituições, gabinetes, ministérios, órgãos públicos, palácios. Por um lado, vendendo o potencial do estado e o futuro de sua população; de outro, buscando sensibilizar as autoridades para as necessidades de saúde, transporte, segurança pública, abastecimento, turismo e tantos outros fatores que possam impulsionar – com mais rapidez – o crescimento de Alagoas e a satisfação de meus conterrâneos.

Aqui está a íntegra dos pronunciamentos que fiz nos últimos tempos no Plenário do Senado Federal e a generosa intervenção de vários colegas senadores que nos prestigiaram com sua audição.

No livro, também, alguns outros assuntos de interesse nacional que – de forma alguma – poderiam ficar alheios nesta publicação.

Numa sociedade internacional, globalizada, como a nossa, os sucessos e eventuais insucessos da economia a todos atingem, sejam eles alagoanos ou brasileiros de outros quadrantes.

Apreciarei sua leitura, suas observações, sugestões e críticas.

Conte sempre comigo!

Receba o abraço do

Renan Calheiros

DISCURSOS

DIA NACIONAL DO APOSENTADO

Sessão de 26-2-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer a V. Ex^a, em primeiro lugar, e ao Senador Alvaro Dias, por me permitirem fazer uso da palavra neste momento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois assuntos especiais me trazem aqui. Em primeiro lugar, é uma honra muito grande juntar-me aos que nesta data dedicaram especial e justa homenagem aos aposentados pelo transcurso do Dia do Aposentado, ocorrido no último dia 24 de janeiro. Gostaria, desde já, de cumprimentar o ilustre Senador Paulo Paim, autor do requerimento que solicitou sessão especial nesta data. A ele me alio no sentido de render todas as honras aos aposentados do Brasil que estiveram hoje tão bem representados neste plenário, especialmente pelos nossos queridos servidores aposentados desta Casa do Congresso Nacional.

Muitas questões neste momento devem ser lembradas. Todos os que hoje gozam do benefício da aposentadoria contribuíram e muitos ainda contribuem para o desenvolvimento do nosso País. Foram e são os que com sua experiência e dedicação nos ensinaram os melhores caminhos do trabalho e da produção.

Sr. Presidente, hoje, no entanto, temos algumas reflexões a fazer, Senador Alvaro Dias. O total de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é de 21,8 milhões. Desses, mais de oito milhões ganham acima de um salário mínimo, embora tenham o reajuste de seus benefícios sido inferiores ao reajuste concedido ao salário mínimo. Em 2007, esses mais de oitocentos milhões de aposentados e pensionistas do INSS ganha-

ram reajuste de apenas 3,3%, enquanto a correção do salário mínimo, no mesmo período, foi de 8,57%.

Aqui faço um parêntese para dizer com muita satisfação que, como Presidente do Congresso Nacional, constituímos uma Comissão Especial que foi responsável pela propositura de uma política definitiva, que permitiria a recuperação do poder de compra do salário mínimo. Precisamos, portanto, corrigir, de maneira equilibrada, essa distorção. Caso contrário, os aposentados pelo INSS poderão estar recebendo, em poucos anos, apenas o valor do mínimo, mesmo quando se aposentarem com valores maiores, com valores superiores.

Devemos, como compromisso público, Senador Alvaro Dias, avançar na discussão sobre a efetiva necessidade de continuarmos adotando o fator previdenciário. Realmente, a aplicação do fator previdenciário encerra algumas irracionalidades. Uma delas aqui apontada, pela manhã, pelo Senador e Presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, e também levantada pelo querido Senador Paulo Paim, é que estranhamente o valor da aposentadoria tende a cair à medida que aumenta a expectativa de vida do trabalhador.

Ora, isso não tem o menor sentido! Seria condenar financeiramente os aposentados por causa das melhorias do bem-estar da população.

Tenho absoluta certeza de que contaremos com a colaboração do Ministro Luiz Marinho, no sentido de corrigirmos definitivamente essa distorção. De minha parte, Sr. Presidente, estarei à disposição do Senado Federal e do meu partido para deliberação de todas as matérias que propiciem uma política previdenciária racional, mas, acima de tudo, justa e fundada na garantia dos direitos adquiridos.

Muito obrigado.

ADEUS AO SENADOR JONAS PINHEIRO

Sessão de 26-2-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, ainda com a aquiescência do Senador Alvaro Dias, gostaria de dizer que recebemos com muita tristeza e com muito pesar a partida do Senador Jonas Pinheiro. No seu segundo mandato de Senador da República, Jonas Pinheiro deixa uma lacuna no Brasil e em Mato Grosso. Jonas Pinheiro marcou a vida pública e pessoal pela simplicidade e proximidade de sua gente, sobretudo da gente do campo. Esses traços de simplicidade somados ao da energia vêm da educação que recebeu do pai, um humilde pescador, cujos ensinamentos foram centralizados na honestidade e também no trabalho.

Mato Grosso sempre estimou Jonas Pinheiro. Foram quase 613 mil votos que o trouxeram novamente ao Senado da República em 2002. Isso revela o justo reconhecimento do seu povo ao incansável trabalho de um homem que adotou o campo e a sua gente como a grande bandeira de sua atuação política e parlamentar.

Homem de palavras diretas e sem rodeios, Jonas Pinheiro afirmava: “O povo é simples e quer coisa simples; quer alimento, quer vestuário, quer moradia e quer também escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Afinal de contas, o povo anseia desesperadamente por dignidade”.

Jonas nunca se apegou à retórica fácil. Em artigo recente, publicado em um jornal de Cuiabá, o Diretor-Geral do Senado, Dr. Agaciel da Silva Maia, resgatou texto que bem revela o pragmatismo de Jonas Pinheiro. Peço a permissão de V. Ex^a para reprisá-lo aqui. Dizia o eterno Jonas: “Não se melhoram as condições de vida de um povo apenas com frases de efeito ou com boas intenções. Devem ser postas de lado a retórica, as especulações abs-

tratas, a declamação demagógica, e tomadas, com firmeza e reconhecimento de causa, medidas severas e plausíveis a fim de sanear esse descompasso que está havendo entre o trabalho e a renda do campo, para que os problemas ali existentes sejam enfrentados com objetividade”.

Exatamente neste momento, quero encerrar estas breves palavras para reafirmar que, no Senado Federal, tive o privilégio de conviver com um grande homem, o Senador Jonas Pinheiro, que orgulha o Brasil e o Mato Grosso, seu Estado de origem.

Quero juntar-me, na saudade e no sentimento de perda, aos homens e mulheres, como os Senadores Serys Shessarenko e Jayme Campos, que puderam compartilhar a amizade singela e respeitosa de Jonas Pinheiro. À esposa e amiga dedicada, a ex-Deputada Celcita Pinheiro, e aos seus filhos Giorgio Pinheiro e Giani Antonia, minhas sinceras condolências.

Com esta singela homenagem, quero demonstrar o meu mais profundo respeito pelo legado exemplar deixado por Jonas Pinheiro a esta Casa. Sr. Presidente, a coragem política de Jonas Pinheiro e o seu compromisso com a coisa pública são dignas da minha mais verdadeira admiração. São essas sementes plantadas por Jonas Pinheiro que precisam ser levadas em consideração, para que façamos delas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma inspiração para as nossas caminhadas na política e nas nossas vidas.

Muito obrigado.

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Sessão de 9-4-2008.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, sem educação, não há solução. Um dos maiores educadores que o País já teve foi o saudoso Senador Darcy Ribeiro. Um homem muito à frente do seu tempo, que defendia com ardor grandes soluções para os grandes problemas nacionais.

Inspirado nas experiências do nordestino Anísio Teixeira, que, há mais de quatro décadas, havia implantado a escola parque, foi o autor de uma nova proposta de escola integral. Esse tipo de ensino, com apoio ao aluno, destinava-se a ser não apenas o arcabouço físico e social de uma educação revolucionária no método e no conteúdo, mas uma aposta no futuro.

Hoje, o projeto é realidade em vários recantos do País. Aqui, no Distrito Federal, o Governador José Roberto Arruda criou a Secretaria Extraordinária para Educação Integral, ocupada pelo ex-Ministro e Deputado Alcení Guerra. O projeto de educação em tempo integral foi também adotado, por exemplo, em Alagoas, em escolas da cidade de Arapiraca há quatro anos e é considerado a menina dos olhos da gestão de Luciano Barbosa, um dos prefeitos mais bem avaliados do estado.

o ensino em tempo integral proporciona melhora na frequência e no rendimento escolar, torna os alunos mais engajados na co-

munidade, diminui o tempo ocioso dos jovens e evita, sem dúvida, que eles sejam cooptados pela marginalidade.

Para especialistas, o ensino integral é uma ferramenta eficiente na melhoria do desempenho escolar dos alunos e também no combate ao trabalho infantil.

Como a qualidade do ensino tem início no ensino fundamental e uma vez que este é atribuição principalmente das prefeituras, é muito importante, eu gostaria de repetir, é muito importante que, neste ano de eleições municipais, o tema faça parte dos debates. É nas praças públicas, nas farmácias de quarteirões, nos mercados municipais, nas estações rodoviárias e ferroviárias, onde quer que os candidatos a vereador e a prefeito estejam, que a educação e o ensino integral sejam discutidos com a comunidade, com a população.

Senhoras e Senhores Senadores, o Brasil está mudando, evoluiu muito nos últimos anos, mas ainda é um país de não-leitores. Claro, somos um país ainda de não-estudantes!

Em 2006, a rede pública de ensino no Brasil teve 311 mil alunos a menos do que no ano anterior, segundo dados do IBGE. O número, Srs. Senadores, representa um encolhimento de 0,7% e equivale à população de uma cidade do porte de Guarujá, no Estado de São Paulo. Segundo dados do Sistema de Avaliação de Educação Básica, os níveis de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática de alunos da 8ª série do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio são extremamente baixos.

Apesar disso, temos o que comemorar. O Relatório do Desenvolvimento Juvenil 2007 mostra que a taxa de analfabetismo entre brasileiros com idade de 15 e 24 anos caiu de 8,2%, em 1993, para 2,4%, em 2006.

Daí, Srª Presidente, a necessidade de nós ressaltarmos o valioso trabalho que está sendo empreendido pelo Ministro da Educação Fernando Haddad. O que realmente precisamos fazer é a revolução educacional que aconteceu nos Estados Unidos e na Europa há mais de cinquenta anos e, pouco depois disso, em muitos países asiáticos. É pela educação que conseguiremos reduzir a vio-

lência, dar força ao crescimento econômico e tornar o Brasil uma democracia mais decente.

Por isso tudo, ao finalizar este pronunciamento, eu gostaria de citar uma frase da grande pensadora e filósofa Anna Arendt: “A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável, não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens.”

Vamos dar, sem dúvida, uma chance ao futuro, investir na formação da juventude para termos, com certeza, um Brasil bem melhor.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Cialirni. DEM – RN) – Parabéns, Senador Renan, pela preocupação com a educação, porque esse é o caminho de transformação.

EM DEFESA DOS POLICIAIS

Sessão de 17-4-2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros. V. Ex^a está inscrito como orador, e, atenciosamente, o País quer ouvi-lo.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, para quem ainda não sabe, a história do longa-metragem *Tropa de Elite*, de José Padilha, um dos filmes nacionais mais discutidos da atualidade, joga luz sobre dramas pessoais e morais de um comandante do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Abalado mental e psicologicamente, Nascimento, interpretado por Wagner Moura, procura uma saída honrosa para seus dilemas e os dilemas vividos também pela corporação, corroída pelos males da violência.

Assim, Sr. Presidente, como na ficção, os problemas dos agentes das forças de segurança não se limitam à violência, mas se desdobram com consequências funestas sobre sua saúde mental e emocional, afetando diretamente a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Em vez de falar de táticas de treinamento, especialistas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, defendem que as tragédias poderiam ser evitadas por uma disciplina pouco conhecida nas corporações: a psicologia preventiva. Srs. Senadores, Senador Paulo Duque, não adianta tratar o policial depois. O acompanhamento psicológico dos policiais é a melhor maneira de proteger vidas e também evitar a destruição de carreiras e de famílias. Uma pes-

quisa coordenada pela socióloga Maria Cecília de Souza Minayo, de 2006, que ouviu cerca de 150 policiais, tirou conclusões sem dúvida preocupantes.

No aspecto psicológico, quase 40% dos policiais militares afirmam ter problemas durante o sono, contra 53,5% dos policiais civis. Quase metade de ambas as categorias alegam problemas como nervosismo ou tensão, reflexo do cotidiano estafante nas ruas do Rio de Janeiro.

Além disso, 13% dos policiais militares admitiram fazer uso de algum tipo de tranquilizante para relaxar, contra 10% dos policiais civis. Os problemas psicológicos são a segunda maior causa de afastamento na Polícia Militar. Em 2007, foram 1.161 casos no Rio de Janeiro, número somente superado pelas lesões traumáticas, segundo estatísticas do Departamento Geral de Saúde da Polícia Militar.

Apesar deste quadro dramático, nem todos os estados têm algum tipo de apoio ou serviço especializado para tratar esses males que acometem os policiais. E os que existem, Sr. Presidente, lamentavelmente, são precários. Por isso, apresentei projeto para que policiais civis, militares e do corpo de bombeiros de todo o País e seus parentes tenham direito a tratamento psicossocial.

A proposta nasceu de relatos que tenho recebido desde a época em que ocupei o Ministério da Justiça, no final da década de 90. A minha proposta, Srs. Senadores, pretende alterar a redação do art. 4º da Lei nº 10.201, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública, de onde virão, Senador Paulo Duque, os recursos para que as Secretarias de Segurança dos Estados possam dar suporte psicológico. Com o repasse das verbas, cada órgão poderá contratar clínicas, médicos e estabelecer programas de apoio aos policiais que enfrentam uma guerra diária, travada no combate à criminalidade.

Os especialistas propõem a ampliação do trabalho psicológico, com o uso de técnicas de dinâmica de grupo, psicodrama e sociodrama, e de cursos para controle do estresse, além do estudo e da melhoria das condições de trabalho de cada um.

O Governo Federal tem, sem dúvida alguma, estado atento a essas questões. Tanto que editou a Medida Provisória nº 416, de 23 de janeiro de 2008, alterando a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para instituir o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Embora trate da valorização dos profissionais de segurança pública e dos agentes penitenciários, a MP deixou em aberto a questão do apoio psicossocial das pessoas que combatem o crime. Daí a necessidade desse modesto projeto, Senador Paulo Duque. Tenho estudado este drama, que não é do Rio, não é só do meu Estado, mas é de todo o País.

Mais do que apenas o aumento de recursos financeiros ou a compra de equipamentos, o profissional de segurança pública precisa de apoio psicológico e de melhores condições de vida. Muitas vezes essas pessoas são obrigadas a morar na periferia, onde os aluguéis são mais baratos, convivendo com a criminalidade ou escondendo sua profissão para sobreviver, para fugir dos bandidos. Por isso, resolvi atacar de frente esse problema, criando um programa de moradia para os agentes de segurança.

O Governo, Sr. Presidente, instado, gostou da idéia e aproveitou no Programa de Segurança Pública anunciado recentemente. Agora, com esta proposta que estamos apresentando, vamos dar apoio também psicológico aos policiais, para atenuar os efeitos de uma rotina verdadeiramente perturbadora.

Resolver o problema da segurança pública não depende, como dissemos, só de dinheiro, mas, sobretudo, de conscientização e mudança de mentalidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Ex^a pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos dar o testemunho ao País de que o Senador Renan Calheiros foi um dos mais extraordinários ministros da Justiça deste País.

Senador Renan Calheiros, quero fazer um agradecimento em nome dos piauienses. No momento em que eu governava o Estado, V. Ex^a era Ministro da Justiça – e foi um extraordinário Ministro da Justiça. Todas as penitenciárias modernas que temos

no Piauí agradecemos a V. Ex^a: a de Picos, a da Mulher, a Irmão Guido, a de Esperantina, a Major Cals, a recuperação da penitenciária de Parnaíba.

Manifestando essa gratidão, coloquei no peito de V. Ex^a a condecoração maior do Estado do Piauí: a Grã-Cruz Renascença.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS – APL

Sessão de 29-4-2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra como orador inscrito, por cessão do Senador Papaléo Paes, o Senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas e uma das vidas mais brilhantes na política. Foi Líder do PRN, Líder do PMDB, Presidente desta Casa e um dos melhores Ministros da Justiça deste País.

Dou testemunho como Governador do Piauí: o que existe lá de penitenciárias, nós agradecemos a V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL). – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentei, recentemente, aqui no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 142, de 2008, que trata dos Arranjos Produtivos Locais, os chamados APL. Eu gostaria que o Parlamento, a sociedade brasileira e as instituições que atuam no segmento do desenvolvimento regional debatessem profundamente essa matéria.

Como sabem os Srs, o BNDES aplica recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador em projetos de desenvolvimento econômico.

É uma determinação constitucional. Com esse projeto, Sr. Presidente, uma parte desses recursos seria destinada a estimular os Arranjos Produtivos Locais, conforme, obviamente, critérios que preservem a adequada remuneração dos recursos do FAT.

O cenário empresarial do mundo, nas últimas décadas, passou por grandes mudanças, por grandes transformações, influenciado fortemente pelo fenômeno da globalização. Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, é necessário estimular novos modelos de produção para que o desenvolvimento social e econômico leve em conta, sobretudo

do, as vocações regionais. Entre tais modelos, destacamos os APL, que são, na verdade, sistemas produtivos com forte articulação interna na sua cadeia. Além disso, esses arranjos estão vinculados a determinadas localidades, justamente porque nelas há vantagens que podem ser exploradas, tais como o estilo cooperativo e o conhecimento técnico ou artesanal específico.

Assim, pequenas e médias empresas estabelecidas em localidades com essas características acabam se mostrando capazes de enfrentar os mercados, inclusive, Sr. Presidente, em nível internacional. A Alemanha, a Dinamarca, a Finlândia, a Espanha, a França, a Itália, os Estados Unidos, a Coréia do Sul e a Índia são nações que vêm estabelecendo políticas de desenvolvimento das médias, pequenas e microempresas com base no incentivo aos arranjos produtivos locais.

No Brasil, Srs. Senadores, a experiência positiva dos APL pode ser comprovada no Pará, no ramo de frutas; no Mato Grosso do Sul, com a cerâmica; em Serrana, Minas Gerais, na área de calçados; no Rio de Janeiro, no Município de Santo Antônio de Pádua, o setor de rochas ornamentais avança graças ao APL; em Pernambuco, o Porto Digital de Recife é outro bom exemplo, sem dúvida.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Permitirei já o aparte a V. Ex^a, Senador Adelmir.

Em Alagoas, os setores de tecnologia da informação, de piscicultura, movelaria e turismo desenvolvem-se cada vez mais em formato de APL.

Concedo com satisfação o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Quero louvar a atitude de V. Ex^a ao apresentar esse projeto sobre APL e dizer que, além desses países citados, no Brasil também temos uma instituição de caráter nacional que tem se envolvido sobremaneira com todos esses movimentos de APL no Brasil, que é o Sebrae. O Sebrae tem naturalmente proporcionado o surgimento de todas as ca-

deias produtivas ligado a APL locais, incentivando-as por meio da formação de pequenos empresários, pequenas e microempresas. Eu louvo, portanto, a iniciativa de V. Ex^a. No Brasil, o Sebrae, por meio da capilaridade dos Sebraes estaduais em todo o País, tem estado frente a esses APL, pelo qual demonstra muito interesse, de forma muito constante e presente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço muito mesmo a V. Ex^a pelo aparte e pela lembrança, sobretudo do belíssimo trabalho que faz, no Brasil, o Sebrae com relação a esses APL. Parabênzo V. Ex^a pelo pronunciamento que fez.

O BNDES também vem apoiando sistematicamente os arranjos produtivos locais a ponto, Srs. Senadores, de ter criado uma área específica para fomentar o crédito ao segmento.

Por isso mesmo, esse projeto vem no sentido de fortalecer o papel do Banco no fomento aos APL por meio da destinação legal de recursos para esse grande modelo de produção. Trata-se de proposta legislativa compatível com os objetivos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, porque se volta verdadeiramente para a geração de novos postos de trabalho e para a elevação da renda regional.

O projeto também inclui o critério do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, para balizar os programas de desenvolvimento econômico a cargo do BNDES.

A idéia é que os projetos demonstrem metas e indicadores concretos da melhoria das condições humanas e sociais das áreas beneficiárias. Isso, sem dúvida, favorecerá áreas e regiões que, apesar das vantagens competitivas, ainda apresentam baixos índices de IDH.

Acredito, Sr. Presidente, que são temas como este que aproximam o Senado Federal das reais necessidades do País e da sociedade organizada.

Espero ainda que este projeto possa, por meio do debate parlamentar – entendo que seja necessário aprofundá-lo –, colaborar efetivamente para a superação de possíveis gargalos na implementação dos APL, como política pública relevante para o desenvolvimento regional e para a geração de emprego e renda.

Muito obrigado.

HOMENAGEM AO MAJOR-BRIGADEIRO OTHON CORREIA NETTO

Sessão de 24-4-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Alagoas perdeu mais um filho ilustre, agora, no último dia 17 de abril. O Major-Brigadeiro Othon Correia Netto deixou uma vida verdadeiramente de herói, aos 87 anos, no Rio de Janeiro. Nascido em Viçosa, Othon foi um dos poucos brasileiros a sobreviver a um campo de concentração da Segunda Guerra Mundial, na Alemanha, em 1945.

Voluntário do Primeiro Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB), ele serviu durante a campanha da Itália e realizou, Sr. Presidente, 58 missões de combate em seu lendário avião P-47. Numa delas, foi abatido pela artilharia antiaérea. Feito prisioneiro de guerra, foi levado para dois campos de concentração no interior da Alemanha, de onde foi libertado no final do conflito.

Imaginem, Sr^{as} e Srs. Senadores, os dramas e as intempéries que esse bravo alagoano enfrentou durante sua juventude, sobrevivendo às mais duras condições de combate e de aprisionamento! Depois da guerra, Othon Correia Netto prosseguiu a carreira militar, exercendo várias funções de comando e Estado-Maior da Aeronáutica até 1966, quando saiu do serviço ativo da nossa FAB.

Deixo aqui, Sr. Presidente, nestas poucas palavras, meus sinceros sentimentos à viúva, Dona Lúcia; aos filhos, Othon, Lílian e Cristina; e aos quatro netos. Saibam todos que Alagoas tem profundo orgulho de ter tido um nome de sua grandeza, que testemunhou os acontecimentos mais graves do século passado.

Que as novas gerações, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, vejam em Othon um exemplo não somente de coragem, mas de

um patriota, de um pai de família dedicado, que deixará muitas saudades!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência se associa ao pesar pelo Brigadeiro Othon Correia Netto, da nossa Aeronáutica, que nos faz lembrar do ícone daquela Força Armada, o Brigadeiro Eduardo Gomes, que, em vida, deixou um pensamento muito atual, que simboliza também o pesar que tenho pela passagem de Othon Correia Netto. O Brigadeiro Eduardo Gomes, que combateu o período de exceção, a ditadura civil Vargas, disse: “O preço da liberdade é a eterna vigilância”. O Senado está nesta vigilância.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

DÍVIDA DOS PRODUTORES ALAGOANOS

Sessão de 27-5-2008.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Renan Calheiros tem a palavra por cinco minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho acompanhado com extrema atenção o problema das dívidas rurais em todo o País e especialmente em Alagoas.

O Estado que represento com muito orgulho nesta Casa, como sabe V. Ex^a, se destaca no setor agropecuário nacional e ocupa títulos como o de maior produtor de cana do Nordeste do Brasil, mas enfrenta, Sr. Presidente, um drama muito comum a outras regiões. Os processos movidos por cobranças de dívidas rurais atingem, em sua maioria, os pequenos e médios produtores. Alguns correm o risco de perder a terra que, muitas vezes, Sr. Presidente, é bem da própria família.

São também aqueles que tiraram empréstimos nos bancos oficiais e, por conta de problemas climáticos ou em razão do descontrole dos juros e correção monetária, não tiveram evidentemente como pagar essas dívidas.

Em Alagoas, Sr. Presidente, mais de 30 mil estão inadimplentes e, destes, pelo menos dois mil estão com processos em fase de execução. Muitos tentam reverter os bens que estão penhorados ao Tesouro Nacional. No último dia 29 de março, ao participar de cerimônia em Delmiro Gouveia e de visita ao Canal do Sertão alagoano, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou: “Pode ficar certo de que nenhum banco vai tirar terra

de um pequeno agricultor deste País por conta de uma dívida de R\$20mil ou R\$30 mil, mas é preciso, sem dúvida, ter seriedade ao tomar empréstimo”.

Hoje, Sr. Presidente, o Presidente Lula começa a cumprir, pelo menos em parte, a promessa feita em território alagoano. Depois de meses de intensas negociações com os produtores, as entidades e os parlamentares, o Governo Federal anuncia três medidas para incentivar e melhorar a produção agrícola no País. A primeira é uma medida provisória que estabelece a reestruturação das dívidas rurais em todos os setores da atividade. A segunda cria, por meio de decreto, adidos agrícolas do Brasil nos principais mercados de interesse nacional, como Estados Unidos, União Europeia, Rússia, Japão, China, África do Sul e Argentina.

E a terceira, Sr. Presidente, é um projeto de lei que estabelece um fundo de catástrofe para dar sustentação a um sistema de seguros para a área agrícola.

São todas ações louváveis que contam com total apoio do Ministro Reinhold Stephanes. Mas, sem dúvida alguma, a que mais chama a atenção é a que permitirá a renegociação da dívida rural.

Estimativas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, apontam que, além dos grandes produtores, 679 mil agricultores pequenos, médios e agricultores da agricultura familiar serão beneficiados. A renegociação vai permitir a quitação, com desconto, de dívidas antigas. Os produtores não precisarão pagar o total dos empréstimos de investimentos (como créditos para a compra de colheitadeiras, tratores ou construção de armazéns, por exemplo) que vencem neste ano.

Mas não basta, Sr. Presidente, renegociar emergencialmente as dívidas do campo. O Brasil precisa, sem dúvida, de uma política permanente de concessão de crédito rural mais justa e equilibrada, com juros compatíveis, absolutamente compatíveis. Precisa de medidas efetivas para fortalecer a agricultura familiar, precisa avançar na reforma agrária e garantir maiores investimentos e maior acesso à tecnologia no campo. Precisa, enfim, Sr. Presidente, acreditar e apostar na força da nossa agricultura, do nosso agronegócio.

Muito obrigado.

PISO NACIONAL PARA OS PROFESSORES

Sessão de 7-8-2008.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para uma comunicação inadiável, como terceiro orador inscrito, passamos a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a histórica luta por um piso nacional de salários para os profissionais da educação é uma tarefa de primeira grandeza, que precisa ser assumida por todos aqueles que querem o desenvolvimento do Brasil e o bem-estar de sua população.

Um país soberano, que almeja a melhoria das condições de vida do seu povo, somente se edifica com investimentos em educação. E a valorização dos professores, Sr. Presidente, é um dos principais componentes dessa tarefa.

Acompanhei a tramitação do piso em todas as comissões até a votação pelo Plenário. A partir de sua sanção, o assunto saiu da pauta de reivindicações e entrou na esfera do direito conquistado.

O valor de R\$950,00 passará a valer a partir de janeiro de 2009 e deverá estar completamente ajustado em todo o País até 2010.

Sua implantação, Sr. Presidente, significa ganho salarial para mais de 60% dos professores da rede pública do País. Além de estabelecer o piso, a nova lei obriga os governos estaduais e municipais a reservarem pelo menos 33% da jornada de seus professores para atividades extraclasse. Ou seja, Srs. Senadores, os professores com jornada de 30 horas somente podem dar 20 horas semanais de aula. As 10 horas restantes devem ser dedicadas ao planejamento das aulas ou de quaisquer outras atividades. Isso

vai, Sr. Presidente, gerar a contratação de pelo menos 16% a mais de professores!

Como toda medida inovadora, embora essencialmente necessária, há no caminho para sua implantação algumas dificuldades que obviamente precisam ser contornadas. A maior delas, Srs. Senadores, diz respeito às medidas que estados e municípios terão de adotar para se adequar à nova lei.

Leio nos jornais insistentemente que, antes mesmo de entrar em vigor, o novo piso salarial está ameaçado. Alguns querem, Srs. Senadores, que a Casa Civil e a Advocacia Geral da União revisem a constitucionalidade da lei. Outros já encaminharam os estudos sobre a lei para análise nas procuradorias gerais dos estados. Não faltam, Sr. Presidente, na imprensa, estimativas exageradas ou cenários dramáticos do impacto da lei nas finanças estaduais e municipais. Mais uma vez, será preciso apelar ao bom senso de governantes, das entidades de classe e de toda a sociedade.

Sabemos, Sr. Presidente, que nosso País tem dimensões continentais e que as diferenças entre as regiões mais ricas e mais pobres são extremas. Mas, sem dúvida nenhuma, não podemos colocar em risco uma conquista que consideramos histórica, uma conquista democrática que precisa a todo custo ser preservada.

Que futuro, Sr. Presidente, teremos sem investimento no ensino e no profissional de educação? Os casos de professores que sobrevivem em regiões mais carentes, como o Nordeste, com menos de um salário mínimo são conhecidos. É uma situação absolutamente indigna para alguém que tem como missão ensinar aos nossos filhos um pouco de dignidade, de conhecimento.

Alagoas, Sr. Presidente, o estado que tenho a honra de representar nesta Casa do Congresso Nacional, tem passado por momentos difíceis, como muitos outros estados do Nordeste. Enfrentamos uma grave crise de professores. E as reivindicações da categoria eram sempre muito justas.

Acompanhei de perto todo o processo de negociação, a luta pela isonomia salarial. Mantivemos contatos com os sindicatos, com os trabalhadores, com o Governador e com o Arcebispo Metropolitano de Maceió, Dom Antônio Muniz, que teve um papel

fundamental. E, felizmente, Sr. Presidente, nós temos o que comemorar.

Alagoas, embora, como disse, seja um Estado humilde e sofrido, tem hoje um piso salarial dos professores de R\$946,00, o terceiro maior do Nordeste! Educar, Sr. Presidente, pode ser uma arte, mas é também um trabalho de grande impacto social, com repercussão direta no desenvolvimento do nosso País. Seria impensável uma nação sem escolas, sem estudo e sem docentes. Por isso, vamos lutar para valorizar nossos professores e cuidar de nossas gerações futuras, que vão viabilizar um Brasil mais justo e, sem dúvida nenhuma, menos desigual.

Muito obrigado.

MALHA FERROVIÁRIA DE ALAGOAS

Sessão de 19-8-2008.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN)
– Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para quem já morou perto das ferrovias, o apito da locomotiva sempre foi sinal de desenvolvimento. Muitas cidades que cresceram em volta das estações de trem, junto às velhas locomotivas, são importantes patrimônios culturais e fontes de riqueza pelo seu potencial turístico e econômico.

Infelizmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma série de fatores contribuiu para a decadência, quase o fim da ferrovia. A rápida expansão dos transportes rodoviários, o crescimento da indústria automobilística e a pobreza de algumas regiões incompatível com o alto custo de manutenção contribuíram de forma decisiva para uma melancólica degradação das estradas de ferro.

Em agosto de 2003, eu denunciava, desta tribuna do Senado Federal, o abandono da malha ferroviária do Nordeste. Lembrei, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que Alagoas estava com o tráfego ferroviário paralisado desde 2000, por causa das fortes chuvas. E foram cerca de vinte anos de problemas, de paralisações e de falta de investimento. Mas, agora, Sr. Presidente, parece que nosso Estado terá a chance de se desenvolver pelos trilhos. Alagoas passará a integrar a grande malha da Transnordestina e ampliará, como consequência, as bases para a promoção de taxas de crescimento mais altas. Hoje, Alagoas usa menos de 10% da malha, mesmo assim para transportar passageiros. As cargas não têm trilhos para escoar.

Em 1998, a Rede Ferroviária Federal foi privatizada. Os 356 quilômetros de linha férrea passaram a ser administrados pela Companhia Ferroviária do Nordeste, hoje com o nome de Transnordestina Logística. No ano passado, a empresa iniciou as obras de reativação das linhas férreas alagoanas. A malha ferroviária passa por diversos municípios, como São José da Laje, União dos Palmares, Branquinha, Murici, Rio Largo, Atalaia, Capela, Cajueiro, Viçosa, Paulo Jacinto, Quebrangulo, Palmeira dos Índios, Arapiraca, Campo Grande e Porto Real do Colégio.

Pude, pessoalmente, constatar a rapidez, a eficiência e a qualidade das obras nessa última segunda-feira, quando, acompanhado do Governador Teotônio Vilela Filho e do Presidente da Transnordestina, Tufi Daher, fui vistoriar o trabalho na linha férrea e entregar, formalmente, o trecho de Arapiraca a Palmeira dos Índios. Nos próximos dois meses, estará pronto o trecho de Palmeira dos Índios a Viçosa.

Gostaria de agradecer aqui à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) a participação decisiva na recuperação da malha ferroviária de Alagoas. Não tenham dúvida da importância estratégica que o projeto está tendo para o Estado e para sua população. São mais de quinhentos empregos diretos!

Por isso, faço um apelo à Vale do Rio Doce, para que agilize a recuperação do trecho sob sua responsabilidade, que vai de Porto Real do Colégio a Aracaju, no Estado de Sergipe. Quando a linha começar efetivamente a funcionar, será mais fácil exportar tudo o que produzimos em Alagoas, a exemplo do álcool, do açúcar, do cimento, do PVC, produtos que já são vendidos em outros Estados, mas por rodovias, o que os torna mais caros e menos competitivos. Sr. Presidente, ao custo total de R\$132 milhões, a reforma vai dar competitividade ao Estado. A ferrovia ligará o porto de Suape, em Pernambuco, a Aracaju, em Sergipe. De um total de 350 quilômetros, já foram restaurados mais de 100 quilômetros. Hoje, as cidades de Arapiraca, de Palmeira dos Índios, de Viçosa, de Quebrangulo, de Capela e de Cajueiro possuem trechos praticamente recuperados.

As ferrovias conectadas aos portos são fundamentais para o desenvolvimento econômico. Esse é um dos muitos investimentos da iniciativa privada que são importantes para Alagoas. Temos trabalhado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que esses investimentos efetivamente aconteçam.

A obra tem como principal objetivo facilitar, como eu disse, o escoamento de boa parte da produção agrícola e sucroalcooleira de Alagoas, ligando o Estado ao restante do Nordeste e do Sudeste. Além disso, há redução consequente de custos em relação aos transportes rodoviários.

Outras obras, Sr. Presidente, também importantes para nosso Estado começarão nos próximos dias, como a duplicação da BR-101, também entre a divisa de Alagoas com Pernambuco e a divisa de Alagoas com o Estado de Sergipe, e como a duplicação da rodovia que liga Maceió a Barra de São Miguel, para onde a bancada federal já alocou os respectivos recursos. Tudo isso vai deixar Alagoas mais eficiente no escoamento de sua produção, na geração de empregos e de renda e na modernização da infraestrutura do estado.

Recuperar nossa malha ferroviária é também preservar nossa história. A primeira estrada de ferro alagoana foi inaugurada em 1873, com apenas dez quilômetros. Quem sabe, depois dessas reformas, possamos presenciar cenas como as que foram descritas pelo coletor de impostos de Alagoas Walfrido Moraes, pelos idos de 1937, tão bem registradas pelo grande historiador Douglas Apratto? Por fim, o trem partiu. E lá se foi, fungando, soltando fumaça, apitando, trepidando, rangendo os ferros velhos, varando a caatinga braba, estorricada, sedenta. Parando aqui e parando ali, nas estaçõezinhas do caminho.

Muito obrigado.

RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS AGRÁRIAS

Sessão de 12-8-2008.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros, por ordem de inscrição.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs Senadores, no final de maio, uma medida provisória autorizou a negociação de 2,8 milhões de contratos de crédito rural, no valor de R\$75 bilhões.

Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, é a maior negociação de dívidas agrárias de todo o País, atende ao pequeno, ao médio e ao grande produtor. Sem dúvida nenhuma também, é um incentivo extraordinário à produção de alimentos. Há mais de dez anos, eu tenho acompanhado esse assunto, Sr. Presidente, era sempre muito difícil de se obter uma negociação global. As contestações das dívidas nos tribunais e as negociações dentro do próprio Governo geravam crises que não interessavam aos principais envolvidos no assunto. A medida chegou num momento estratégico, especialmente agora que sabemos que o preço do alimento está ameaçando a inflação.

De uma maneira resumida, a renegociação vai proporcionar a redução dos encargos, o alongamento de prazos e permitir que os produtores que eventualmente tenham tido prejuízos nas suas lavouras possam se recuperar e fazer, Sr. Presidente, novos investimentos. É um avanço muito importante.

Peça fundamental nesse processo é a votação da Medida Provisória nº 432, de 2008. Quero saudar a Câmara dos Deputados, que, na semana passada, aprovou a medida provisória e atendeu a

uma antiga reivindicação dos produtores. Agora, é preciso que, no Senado Federal, se dê a maior celeridade possível a essa matéria. Faça, aqui, Sr. Presidente, um apelo, um chamamento aos líderes partidários, da oposição e da base aliada, para que viabilizemos logo a votação dessa medida provisória. É preciso pensar nos milhões de beneficiados, a grande maioria endividada. O momento exige prudência, porque há uma crise batendo à nossa porta e, se não votarmos logo essa medida provisória, poderemos estar colocando em risco a economia e o destino de milhões de brasileiros.

Além disso, Srs. Senadores, é necessário preservar os prazos contidos na proposta para que a agricultura não perca eficácia. Agora em agosto, os produtores iniciam a busca por crédito para o custeio da nova safra. A rápida definição das regras de repactuação permitirá, a cada um, retirar o nome de cadastros e conhecer a disponibilidade financeira para o plantio.

De acordo com as informações do Ministério da Agricultura, há mais de 11 milhões de processos em tramitação sobre cobrança de dívidas agrícolas, e 80% dos devedores, Sr. Presidente, têm obrigações abaixo de R\$100 mil. Há casos em que os débitos não têm condições de serem pagos, em que a renegociação se mostrou, indiscutivelmente, como o único caminho.

Outro entrave, Srs. Senadores, que precisa ser superado é a dificuldade no acesso ao crédito oficial. Segundo a Confederação Nacional da Agricultura, os produtores não conseguem contratar os financiamentos porque o Governo precisa liberar a chamada equalização, a diferença entre a taxa de juros do crédito contratado e a da captação de recursos no mercado. Fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, portanto, outro apelo para que os Ministérios da Fazenda e da Agricultura, o Banco do Brasil e os demais órgãos responsáveis encontrem uma saída para esse impasse.

A agricultura, sob o aspecto de preços e mercado, vive um momento bom. Equalizar as dívidas, proporcionando estabilidade aos produtores, deve ser, sem dúvida nenhuma, uma das principais prioridades do Senado Federal.

Existe, Sr. Presidente, um passivo histórico que não foi devidamente solucionado. Os planos econômicos fizeram oscilar o

sistema de indexação, o que provocou um enorme impacto nas dívidas dos agricultores. O desequilíbrio foi empurrado para frente ano após ano, sem que se alcançasse uma solução definitiva.

O ideal mesmo, Sr. Presidente, seria estabelecer uma política agrícola e de crédito definitiva, que combine renda, capacidade de pagamento e juros reduzidos, prevenindo dessa forma o endividamento dos agricultores. O próprio Ministro da Agricultura admitiu que falta uma política mais rigorosa para solucionar as dívidas rurais. As renegociações das dívidas ocorrem periodicamente, porque falta instituir um programa que garanta financiamento em condições viáveis ao setor agrícola.

E é, Sr. Presidente, com esse objetivo que continuaremos trabalhando aqui no Senado Federal.

Muito obrigado.

AUMENTO DE CRÉDITO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Sessão de 20-8-2008.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros, para uma comunicação inadiável.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nos anos de ouro do crescimento da economia, até a década de 70, com ausência de crises e poucas demissões, emprego tornou-se sinônimo de trabalho. Quem estava sem trabalho remunerado era considerado desempregado, o que subentendia que estava em busca de emprego, no setor privado ou no público.

De lá para cá, tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento, a organização social do trabalho mudou.

As empresas reduziram drasticamente a mão-de-obra contratada. O resultado dessas mudanças foi não apenas o desemprego em massa, como também a multiplicação de outras relações de trabalho que não eram formais: o trabalho por conta própria, individual, familiar ou coletivo, em cooperativas e associações, e modalidades degradantes, como o infantil e o escravo.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil vive uma realidade bem diferente. O emprego formal já ultrapassa 1,5 milhão de vagas em 2008.

Desde a criação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho não se verificava um índice tão alto, situando-se 27% acima do melhor desempenho registrado, em 2004.

São números, Sr. Presidente, muito fortes e mostram que a renda média do trabalhador brasileiro aumentou nos últimos cin-

co anos, fortalecendo a economia, aumentando o poder de compra e distribuindo, conseqüentemente, renda.

O desempenho expressivo do emprego em julho de 2008 derivou da elevação de todas as áreas de atividade econômica. Em números absolutos, os que mais colaboraram no resultado atingido foram os setores de serviços, a agropecuária, a indústria de transformação e a construção civil.

Mas como explicar essas mudanças tão positivas? Especialistas acreditam que o principal fator que determina as ocupações deixou de ser o eixo da oferta de trabalho e passou a ser o eixo da demanda por trabalho.

De acordo com estudo do economista Celso Cardoso Júnior, do Ipea, vários fatores ajudam a entender essa alteração na trajetória do mercado de trabalho: o aumento e a desconcentração do gasto social, a diversificação do crédito doméstico e do saldo exportador, a consolidação do Simples e uma melhoria de gestão nos programas de intermediação de mão-de-obra e de fiscalização das relações de trabalho.

Claro, Sr^{as} e Srs. Senadores, que os reajustes do salário mínimo têm contribuído para a elevação da remuneração média das micro e pequenas empresas, as maiores beneficiárias destes tempos de bonança.

E é aqui que podemos perceber claramente a importância do papel que o Parlamento possui na sugestão de políticas e ações que auxiliam o Poder Público no fomento da economia. Foi aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, no Senado Federal, que instalamos uma Comissão Especial responsável pela proposição de uma política para o salário mínimo que recuperou seu poder de compra. Para se ter uma idéia, o novo mínimo de R\$415,00 injeta mais R\$1,7 bilhão por mês na economia!

Mas, sem dúvida alguma, Sr^{as} e Srs. Senadores, o fator que mais contribuiu para a elevação do emprego formal foi, indiscutivelmente, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Depois de tramitar aqui por três anos, a nova lei criou o Super Simples, um regime diferenciado de tributação para as micro e pequenas empresas em relação aos tributos. A lei também facilitou, evidentemente, o

acesso ao crédito, diminuiu a burocracia e deu preferência às micro e pequenas empresas nas licitações públicas. Esse tratamento diferenciado abrangeu também obrigações previdenciárias a cargo do empregador.

Este novo sistema entrou em vigor no dia 1º de julho de 2007, depois, Srs. Senadores, de longa conversa e de um grande acordo que se fez aqui no Senado, entre o Senado Federal e o Ministério da Fazenda e tem mudado, evidentemente, também a realidade trabalhista no nosso País.

Atualmente, as microempresas são responsáveis pela geração da maior parte dos empregos formais no Brasil.

O Anuário do Trabalho da Micro e Pequena Empresa, editado pelo Sebrae, com base em estudos do Dieese e do Ministério do Trabalho, detectou que há no País mais de seis milhões de micro e pequenas empresas. Dessas, Sr. Presidente, pouco mais de dois milhões declararam ter empregados, sendo 97,5% delas micro e pequenas empresas e 2,5% médias e grandes empresas.

No que se refere à mão-de-obra, essas microempresas pesquisadas empregavam mais de 13 milhões de pessoas. Já as médias e grandes empresas empregavam cerca de 12 milhões de trabalhadores.

Isso tudo demonstra que a maior contribuição das micro e pequenas empresas no crescimento e desenvolvimento do País é a de servirem de colchão amortecedor do desemprego.

Elas constituem uma alternativa de ocupação para uma parcela da população que tem condições de desenvolver seu próprio negócio, ou que possui pouca qualificação para encontrar emprego nas empresas de maior porte.

Investir nas micro e pequenas empresas é apostar no futuro do País. Mas, para isso, precisam ser superados ainda alguns obstáculos. A falta de crédito é o maior problema para a criação e o desenvolvimento dos pequenos negócios no Brasil. Apesar de responderem por aproximadamente 20% do Produto Interno Bruto e 60% dos empregos gerados no País, as microempresas recebem apenas 10% dos créditos concedidos pelos bancos oficiais e privados. Daí a importância do microcrédito, que democratiza o acesso

aos empréstimos, fundamentais para a geração de emprego e renda e o combate à pobreza.

Fica evidente, portanto, Sr. Presidente, que há instrumentos de ação no Parlamento e capacidade suficiente para a ativação desses e de outros fatores em prol de uma estratégia mais robusta e duradoura de desenvolvimento com inclusão social pelo trabalho. Para tanto, é preciso romper a armadilha câmbio/juros, que aprisiona o País ao curto prazo, e a estabilização monetária como único objetivo de política econômica.

Uma coisa é certa: as janelas de oportunidades não ficam abertas para sempre. Atravessamos um momento crítico dessa trajetória, cuja resolução, Sr. Presidente, definirá o tipo de País que teremos no futuro.

Muito obrigado.

PREÇO MÍNIMO PARA A CANA

Sessão de 29-8-2008.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a produção da cana-de-açúcar no Brasil se distribui de forma desigual. Está concentrada principalmente no Centro-Sul, com 85% do total nacional, em que se destaca o Estado de São Paulo como o maior produtor, com cerca de 61% da produção do País.

Trata-se de uma cadeia produtiva que movimentava inúmeras oportunidades de trabalho, grande volume de negócios e divisas para o Brasil. Não obstante ser o segundo menor Estado brasileiro em extensão territorial, Alagoas reuniu as condições naturais que facilitaram, Sr. Presidente, a expansão dos canaviais em seu solo e transformaram a agroindústria em sua principal atividade econômica.

Atualmente, Srs. Senadores, o Estado de Alagoas ocupa o quarto lugar na produção nacional de cana-de-açúcar e álcool. É, sem dúvida nenhuma, a principal referência do Nordeste.

Não é demais repetir que a atividade canavieira de Alagoas se destaca como um dos principais pilares de sustentação da economia estadual. Existem hoje mais de sete mil plantadores de cana. Destes, seis mil são minifundiários e miniagricultores, responsáveis pelo maior número de empregos no meio rural. São, ao todo, 240 mil postos de trabalho.

Com expectativa de expansão, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, este setor gera oportunidades para várias atividades eco-

nômicas, possibilitando que empresas de micro e pequeno portes se incluam nessa engrenagem e cresçam em torno da sua cadeia produtiva.

A década de 90 foi crucial para a agroindústria açucareira do Nordeste. Um novo ambiente institucional foi criado com a extinção do IAA, a desativação do Proálcool e do Planalsucar. A desregulamentação estatal fez com que os preços do açúcar e do álcool caíssem, obrigando o setor a uma profunda reestruturação. Esta reestruturação produtiva, Srs. Senadores, segue até os dias atuais.

Segundo a Conab, na safra de 2004/2005, a produção de cana da região Nordeste, para todos os usos: açúcar, álcool, melado, rapadura, alimentação animal, aguardente, entre outros, foi de 65,6 milhões de toneladas em uma área de 1,1 milhão de hectares. Desse total, Sr. Presidente, Alagoas respondeu por quase 37% da área cultivada e por 40% da produção, tendo superado todos os demais estados do Nordeste brasileiro.

Já na safra de 2005/2006, de acordo com a Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas, o faturamento dos fornecedores de cana ficou em R\$92 milhões, o equivalente, Sr. Presidente, a uma redução de 25% em relação à safra anterior, demonstrando que o fornecedor de cana perdeu tanto no lucro quanto na produção.

Entre os principais fatores que contribuíram para a alta dos custos estão os preços dos adubos, fertilizantes, mão-de-obra, juros, impostos, combustíveis, além de questões como infraestrutura e logística, que afetam especialmente o pequeno produtor.

Em Alagoas, o fornecedor de cana tenta sobreviver às sucessivas crises do setor, mas há, sem dúvida nenhuma, indicadores de que essa categoria está sofrendo fortíssima redução.

Segundo a ASPLANA – Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas, há cerca de duas décadas ele representava 70% da produção estadual. Hoje, Srs. Senadores, resume-se a apenas 33%.

Mais da metade dos cerca de seis mil pequenos plantadores de cana sobrevivem com uma produção de até duzentas toneladas de cana e uma renda mensal líquida ínfima.

No que se refere ao preço do produto, Srs. Senadores, a Conab realizou, no mês de maio deste ano, um levantamento preliminar de custos de produção da cana-de-açúcar em Alagoas e Pernambuco. O resultado confirma as dificuldades enfrentadas pelos fornecedores de cana nordestinos. O preço médio atual da tonelada de cana na região é de R\$35,00. Mas, em alguns casos, segundo a Conab, o custo de produção por tonelada, pasmem, chega a R\$91,00.

No caso de Alagoas, Sr. Presidente, a pesquisa daquele órgão federal mostra que o custo de produção para o fornecedor, na região de São Miguel dos Campos, é de R\$76,00, sendo R\$66,00 de custo operacional.

Já na região de Matriz de Camaragibe, também em Alagoas, onde as condições de produção são mais adversas, as informações da Conab indicam que o custo é ainda maior: R\$91,70 por tonelada, sendo R\$87,88 de custo operacional.

As situações apresentadas, Sr. Presidente, indicam que a diferença entre o preço de mercado e o custo de produção representa o valor que o produtor tira do bolso para permanecer na atividade canavieira.

Cabe ressaltar que o levantamento feito pela Conab tem o objetivo de subsidiar a inclusão da cana-de-açúcar na Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal, de modo a reduzir as sucessivas perdas dos produtores de cana.

A propósito, Sr. Presidente, é importante destacar que este tema já foi objeto de tratativas da representação dessa categoria de fornecedores junto ao Ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura, ao Ministro Guido Mantega, da Fazenda, e ao Ministro José Múcio Monteiro, das Relações Institucionais, tendo o assunto merecido a melhor acolhida de todos os ministros.

No dia 9 de setembro, é importante que ressaltemos isso, haverá uma importante reunião desses ministros com os plantadores de cana.

Mesmo com toda a deferência dessas autoridades a esse justo pleito, justíssimo, a proposta de inclusão da cana no Programa Federal de Preço Mínimo ainda precisa ser submetida ao Conselho Monetário Nacional.

Diante disso, Srs. Senadores, fica o nosso apelo ao Presidente da República para que este tema seja conduzido urgentemente ao Conselho Monetário Nacional, pois, somente assim, Sr. Presidente, os fornecedores de cana alagoanos e nordestinos terão condições de competir com os produtores do Centro-Sul.

No tocante ao Governo Estadual, uma das reivindicações do setor canavieiro alagoano é a retomada do crédito fiscal presumido, e a emergencial regularização dos créditos legalmente constituídos sobre o valor da produção do período de 2002 a 2005.

Atualmente, Alagoas dispõe de reduzidos incentivos fiscais em comparação a outros estados nordestinos.

O crédito presumido, previsto na Lei Estadual nº 6.320, de 2002, ainda não regulamentada, se limita a 2,25% do valor da produção. Isso corresponde praticamente ao valor dos créditos fiscais decorrentes da aquisição dos insumos, conforme entendimento dos representantes dos fornecedores.

Ao contrário da situação de Alagoas, esse incentivo fiscal chega a 9% no Estado de Pernambuco, e a 11% na Paraíba. São, portanto, situações muito diferenciadas, que tornam a produção de Alagoas, do ponto de vista da competitividade com os estados do Nordeste, expressivamente desigual.

Essa situação também preocupa o Governador Teotônio Vilela, conforme pude constatar quando nos reunimos, no início desta semana, em Maceió, com os senhores Lourenço Lopes, Presidente da Asplana; Edgar Antunes Neto; o ex-Governador Manoel Gomes de Barros, um defensor da categoria; Fernando Peixoto; Roberto Inojosa; Antonio Rosário Souza e o advogado Daniel Quintela, representantes da Associação dos Plantadores de Cana; e ainda participou da reunião o Secretário de Agricultura, Jorge Dantas.

Naquela oportunidade, discutimos as grandes dificuldades enfrentadas pelo setor, o projeto para aquisição de insumos e o apoio ao Projeto de Preço Mínimo da Cana, tudo isso em função dos grandes problemas que afligem, principalmente, os cerca de seis mil pequenos e médios fornecedores, responsáveis pela moagem de até mil toneladas de cana, pela geração de 240 mil empregos

diretos, mas que, em contraposição, auferem apenas R\$35 mil por ano.

Algumas providências importantes deverão ser encaminhadas, como a reestruturação dos débitos rurais, uma batalha antiga minha, do Senador Teotônio Vilela e da representação de Alagoas e do Nordeste no Senado Federal, cujo projeto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal e está aguardando a sanção do Presidente da República. Essa reestruturação foi autorizada pelo Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2008, oriundo da Medida Provisória nº 432. Os plantadores de cana esperam também a liberação de R\$1,2 milhão do convênio para combate às endemias, firmado ainda no Governo Ronaldo Lessa, e uma solução, como disse, Sr. Presidente, para o crédito fiscal presumido.

Ainda como pauta da reunião, decidimos por manter um fórum permanente, com a participação do Governador Teotônio Vilela e do Secretário de Agricultura, Jorge Dantas, para acompanhamento direto das questões relativas a esse setor importante de nossa economia, inclusive sobre as ações do Governo Federal que beneficiarão os nossos produtores de cana: a disponibilização de recursos do Prêmio Equalizador pago ao Produtor Pepro, e a inclusão da cultura da cana-de-açúcar na Política de Garantia de Preços Mínimos, que possibilitem a superação dos prejuízos causados pelo baixo preço de comercialização das últimas safras.

Tenho certeza de que o Governador Teotônio Vilela, que sempre se mostrou sensível a essa causa, encontrará a melhor solução que conduza à regulamentação da lei que criou o Crédito Fiscal Presumido do ICMS da cana-de-açúcar, medida imprescindível ao revigoreamento dessa atividade produtiva, à geração de novos postos de trabalho e de mais receita para o Estado de Alagoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Renan, V. Ex^a faz um diagnóstico, um retrato muito preciso da importância e, ao mesmo tempo, do sofrimento do setor produtivo canavieiro do seu Estado. Eu diria, aproveitando uma

frase recente do Presidente Lula, que os usineiros já foram vistos neste País como os vilões da história. Mas, hoje, o Presidente Lula diz que eles são os verdadeiros heróis do Brasil, porque hoje, com o etanol, sem nos esquecer da importância do açúcar, realmente é importante que o Governo Federal, que os Governos Estaduais, que os setores como o BNDES e outros deem um apoio decisivo a esse setor, que é muito importante para o desenvolvimento do País. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a.

CINCO ANOS DO BOLSA FAMÍLIA

Sessão de 22-10-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Um dos maiores programas de distribuição de renda e inclusão social do mundo completou esta semana cinco anos de existência. O Bolsa Família é a mola propulsora de uma verdadeira revolução, que pretende banir do País a fome e a miséria. E eu tenho muito orgulho de ver um programa social como este marcado pelo sucesso porque tive a honra de relatar a medida provisória que criou o Bolsa Família, aqui no Senado Federal.

O lançamento do Bolsa Família no dia 20 de outubro de 2003, na verdade, marca a unificação e o aprimoramento dos programas sociais. Aliás, defendi por diversas vezes esta unificação, aqui da Tribuna do Senado. Neste período, mais de R\$41 bilhões de reais foram desembolsados com o programa. O montante é superior, por exemplo, ao orçamento global autorizado para o Ministério da Educação este ano, de R\$40,6 bilhões de reais. Atualmente, os números são extremamente positivos. Metade dos recursos do programa foi gasta na região Nordeste.

Hoje, são beneficiados 11 milhões de famílias, com o repasse de R\$700 milhões de reais por mês. Considerando uma média de quatro membros por família, isso equivale a quase 46 milhões de pessoas, ou seja, 25% da população brasileira.

O Programa Bolsa Família nasceu para apoiar famílias mais pobres e garantir o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde, por meio da transferência de renda para acesso a serviços essenciais.

O programa reúne outras quatro ações sociais: o Bolsa Escola, o Cartão Alimentação, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás.

A execução da transferência de renda é feita pelos municípios e cabe às prefeituras realizar o cadastramento das famílias, por meio do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

A seleção das famílias é feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Ao entrar no programa, a família se compromete a cumprir suas condições, tais como manter a frequência escolar das crianças e adolescentes e cumprir os cuidados básicos em saúde. A presença na escola deve atingir 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos.

Infelizmente, Sr. Presidente, em Alagoas, o programa enfrenta alguns problemas. Maceió, a nossa capital, foi desabilitada dos programas federais, por descumprir exigências formais.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os avanços do Bolsa Família em todo o País são muito significativos e têm reconhecimento internacional.

As Nações Unidas já classificaram o Bolsa Família como um dos melhores programas sociais e quer que ele seja adotado em todos os países para combater, efetivamente, a pobreza.

O Egito vai iniciar, com a assessoria de técnicos brasileiros, programa parecido com o Bolsa Família.

Os países do Leste Europeu, igualmente, querem implantar um programa semelhante ao nosso.

Até a Senadora democrata Hillary Clinton elogiou o programa e disse que o Bolsa Família deve servir de modelo para toda a América Latina.

Aqui no Brasil, as pesquisas mostram uma nova realidade. Nos lares atendidos pelo Bolsa Família, as pessoas utilizam mais recursos em alimentação, material escolar e vestuário infantil. Nestas moradias, as crianças frequentam mais o sistema de ensino e abandonam menos a escola. E uma das principais contribuições do programa foi a redução da pobreza, que caiu de 28% para 18%, de 2003 a 2007. Os recursos do Bolsa Família representam um incremento médio de 49% na renda das famílias.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, o Bolsa Família contribuiu para a queda de mais de 21% na desigualdade do País entre 2001 e 2005.

Outro fator que contribuiu para este cenário positivo é a elevação do crédito, principalmente do crédito popular e do microcrédito, de 19% para 37% do PIB. E o aumento do poder de compra do salário mínimo.

Aliás, nunca é demais lembrar que isto somente aconteceu graças ao trabalho desta Casa. Foi uma comissão de senadores, que instalamos, que estabeleceu esta política de recuperação.

Tudo isso fortaleceu enormemente o mercado interno, fazendo com que quase três milhões de pessoas deixassem a miséria, no ano passado, de acordo com pesquisa do IBGE. Este, talvez, seja o melhor caminho para enfrentarmos a crise econômica internacional. A garantia de crédito e consumo pode blindar o Brasil contra os efeitos das turbulências.

Aqui merece registro o trabalho do Ministro Patrus Ananias, que tem gerenciado os programas sociais com competência e habilidade. É ele o responsável pelo aperfeiçoamento dos programas sociais do Governo Federal. Ao Ministro Patrus Ananias, nestes cinco anos de Bolsa Família, nossos parabéns por sua gestão!

Apesar dos resultados visíveis, precisamos reconhecer que dá para avançar mais na direção de um Brasil menos desigual. As estratégias futuras têm de integrar o programa a outras ações de emancipação social e garantir a capacitação e a entrada de mais beneficiários no mercado de trabalho. Ou, como se diz, na linguagem popular, temos de fazer uma transição do modelo de “dar o peixe” para o de “ensinar a pescar”.

A iniciativa de qualificar profissionalmente os beneficiários do Bolsa Família, anunciada em julho passado pelo Presidente Lula, com quem tenho conversado sobre este assunto, é o início de uma transformação que altera o conteúdo do programa.

A partir dessa iniciativa é que o Bolsa Família deve tornar possível o desenvolvimento social de seus cadastrados.

Existem, ainda, outras medidas que o Governo poderia adotar como a criação de cooperativas específicas e a expansão do microcrédito, por exemplo.

Mas, hoje, ninguém pode duvidar que, estrategicamente, o Brasil precisa de educação para se desenvolver.

E é, emergencialmente, necessário destinar recursos, aperfeiçoar nossos programas sociais e acabar de vez com a miséria, este mal que fere a cidadania e a dignidade dos brasileiros.

Muito obrigado.

PAC EM ALAGOAS

Sessão de 28-8-2008.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, Josué de Castro, primeiro intelectual a mapear a fome no Brasil, dizia que a seca não é o principal problema do sertão. Segundo ele, o homem poderá conviver com ela se souber administrá-la.

Este não é um drama dos tempos modernos. Relatos sobre a seca são conhecidos desde o século XVI. Impossibilitados de plantar alimentos em suas terras, os sertanejos, Sr. Presidente, vieram plantar prédios nas grandes cidades, abandonando solos férteis, improdutivos apenas pela má administração dos recursos hídricos. Em muitas terras, ainda se andam quilômetros para buscar água numa cacimba, com o pote à cabeça.

Felizmente, a triste realidade do agreste nordestino está mudando. Já se pode ver açudes imensos, grandes mares de água doce. Aos poucos, Srs. Senadores, vão sendo construídos sistemas de irrigação.

E parte dessa mudança acontece graças aos investimentos dos governos dos estados, na maioria das vezes, com recursos federais. É o caso, Sr. Presidente, do Governador Teotônio Vilela Filho, que tem trabalhado firmemente neste sentido.

O Programa de Aceleração do Crescimento é a mola mestra que está impulsionando os investimentos públicos e privados no Nordeste. Não fosse a competência e a sensibilidade da Ministra

Dilma Roussef, como gestora desse programa, certamente a realidade do Nordeste e de Alagoas seria outra.

Em nosso Estado, o Canal do Sertão é obra estratégica do PAC. E o Ministério da Integração Nacional, sob a batuta do Ministro Geddel Vieira Lima, reservou mais de um bilhão para a construção do Canal do Sertão, a construção de adutoras e barragens e para ampliação da rede de água e de saneamento básico.

Somente o Canal do Sertão vai atender, Sr. Presidente, 40 municípios da região, direta ou indiretamente. De Delmiro Gouveia até Arapiraca, serão contemplados um milhão de alagoanos, com água de boa qualidade para o consumo humano e animal, irrigação e piscicultura. Até 2010, serão investidos R\$2,6 bilhões de recursos federais na área de infraestrutura. E Alagoas deverá receber também projetos da iniciativa privada da ordem de R\$6 bilhões.

Hoje mesmo, Srs. Senadores, estamos recebendo, em Maceió, a visita do Ministro-Chefe da Secretaria Especial dos Portos, Pedro Brito, que anunciará a ampliação e modernização do Porto de nossa Capital, com recursos do Governo Federal. A expansão portuária no nosso País necessita de um aporte de pelo menos US\$25 bilhões para atender à demanda nacional até 2017.

O objetivo central, Sr. Presidente, Srs. Senadores, deste meu pronunciamento é falar da primeira obra do PAC no Nordeste a ser inaugurada agora em outubro: a adutora Helenildo Ribeiro, antiga Caçamba, entre as cidades de Palmeira dos Índios e de Quebrangulo. O Presidente Lula, que vai nos dar a honra, é um nordestino que conhece de perto os males da seca e a falta de água.

Como se sabe, Srs. Senadores, o Município de Palmeira dos Índios, em Alagoas, se caracteriza pela significativa importância na exploração agrícola. Embora não apresente ainda uma infraestrutura básica necessária compatível com os padrões de mercado, temos trabalhado em Brasília, juntamente com a Bancada Federal do nosso Estado, para que isso efetivamente aconteça.

Nessa região de Alagoas dois projetos são considerados fundamentais: a adutora Helenildo Ribeiro, orçada em 67 milhões, e a barragem do Bálsamo, orçada em 78 milhões, que garantirão o abastecimento de água para Quebrangulo, Palmeira dos Índios,

Minador do Negrão, Estrela de Alagoas, Paulo Jacinto, Belém e Igaci. A adutora Helenildo Ribeiro beneficiará cerca de 200 mil habitantes da região pelos próximos 20 anos.

A execução de obra com o aproveitamento do potencial hídrico do riacho Caçamba se faz extremamente necessária. A região de Palmeira dos Índios, por sua localização geográfica, atravessa constantemente graves problemas com a falta de água para o consumo humano.

Mas o PAC, Sr. Presidente, em Alagoas, deve atender outras obras igualmente fundamentais. Na semana passada, eu e o Governador Teotônio Vilela estivemos com o Presidente Lula discutindo a inclusão, no PAC, do metrô de superfície saindo de Utinga, em Rio Largo, até o bairro de Mangabeiras, em Maceió. O projeto da CBTU prevê a operação por um veículo leve sobre trilhos, conhecido como VLT.

Ontem, Sr. Presidente, fui informado pelo Presidente da República que o metrô de Maceió será incluído no PAC. O Presidente me disse também que autorizou a destinação de R\$30 milhões, inicialmente, para a primeira fase desse projeto. Ao finalizar, quero dizer que o projeto de desenvolvimento de Alagoas passa por Palmeira dos Índios, pela sua história, pela força de seu povo, pela sua potencialidade agrícola.

Continuaremos, portanto, trabalhando aqui, em Brasília, com muita transparência e seriedade, para mudar nossos indicadores sociais e econômicos, superar os principais problemas e construir uma Alagoas mais digna de todos.

Muito obrigado.

VALORIZAÇÃO DO EMPREGADO DOMÉSTICO

Sessão de 3-9-2008.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para uma comunicação inadiável, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, já em 1965, a Conferência Internacional do Trabalho adotava uma resolução que considerava: “uma necessidade urgente garantir às trabalhadoras domésticas um padrão básico mínimo de vida, compatível com o respeito e a dignidade da pessoa humana, que são essenciais para a justiça social”.

Em 1967, com base em uma pesquisa, a Organização Internacional do Trabalho concluía que, em todo o mundo, o trabalho doméstico era sub-remunerado e desprotegido.

Segundo a OIT, Sr. Presidente, a maioria das trabalhadoras domésticas tende a ser jovem, solteira e negra, proveniente das áreas rurais e, em muitos países, ainda crianças.

O Brasil possui, sem dúvida nenhuma, peculiaridades. Devemos nos lembrar que já fomos uma sociedade escravocrata. A herança e os efeitos desse perverso sistema foram muito bem descritos pelo mestre Gilberto Freire, no clássico *Casa Grande & Senzala*.

Tanto que, ainda hoje, o artigo 7º da Constituição Federal expressa uma diferenciação, ao excluir as trabalhadoras domésticas do conjunto geral de direitos do trabalho.

Dos 34 direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais, apenas nove foram estendidos, também, à categoria dos trabalhadores domésticos e domésticas.

Sr. Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras, faço este pronunciamento porque vejo que o Presidente Lula pode começar a resgatar essa triste faceta da história do País.

O Governo Federal prepara uma proposta de emenda constitucional que permitirá a equiparação dos direitos de milhões de empregados domésticos aos dos demais trabalhadores.

Cinco Ministérios: Trabalho, Previdência Social, Casa Civil, Fazenda e Planejamento trabalham na mudança da legislação, que está ainda em estudo e deve chegar ao Congresso Nacional, segundo informações, até o final do ano.

Se a alteração na Constituição for aprovada, Sr. Presidente, o doméstico terá direito à jornada de trabalho estabelecida em lei, hora extra, adicional noturno, salário família e FGTS obrigatório já que, desde 2000, esse benefício é opcional.

Eu fico muito satisfeito em conhecer essa proposta por um motivo em especial. É que há anos luto, aqui no Senado Federal, para que as trabalhadoras domésticas tenham seus direitos reconhecidos.

Em 1996, apresentei o Projeto de Lei nº 176, aprovado pelo Senado, que concedia às pessoas físicas o direito de deduzir de seus rendimentos tributáveis as despesas efetuadas com os trabalhadores domésticos.

Tive a oportunidade, Sr. Presidente, de levar pessoalmente ao Presidente Lula, à Ministra Dilma e ao então Ministro da Fazenda Palocci essa ideia, que, depois, virou uma medida provisória no mesmo sentido. Foi um avanço, sem dúvida, mas, efetivamente, não resolveu o problema.

Nada mais justo que isso tudo esteja agora acontecendo. Estamos em um momento em que a renda da sociedade está crescendo. E a economia do País, apesar dos naturais solavancos, permanece estável.

Para justificar a medida, basta analisar algumas estatísticas disponíveis.

Além dos 6,8 milhões de empregados domésticos que trabalham no Brasil, há 2,3 milhões que atuam como diaristas, como é o caso das faxineiras. Somados, são 9,1 milhões de trabalhadores, ou seja, Sr. Presidente, Srs. Senadores, 5% da população.

Mas, desses horistas, nem 10% contribuem para a Previdência Social, o que lhes dificulta o direito à aposentadoria. A precariedade nas relações entre patrões e empregados domésticos é identificada pela Justiça do Trabalho.

Somente no ano passado, 47.441 processos de um total de quase dois milhões de ações que entraram nas 1.370 Varas do Trabalho do País envolveram trabalho doméstico, de acordo com levantamento realizado pelo TST.

Por isso, Sr. Presidente, é preciso implantar um novo regime contratual que permita estruturar a organização do setor empregador e valorizar a mão-de-obra.

O crescimento da economia modificou, na análise de especialistas, a relação entre patrão e empregado doméstico. Já não é tão comum, por exemplo, o empregado dormir no emprego.

Em 1992, 635 mil empregados domésticos moravam nas residências. Em 2006, Sr. Presidente, eram apenas 295 mil, segundo dados do próprio IBGE. As soluções que incentivem a legalização e a formalização, apontadas por especialistas, são várias.

O trabalho doméstico poderia, em parte, ser terceirizado e organizado por empresas. Diminuindo a admissão direta de trabalhadores pelas famílias, seriam profissionalizados os serviços prestados por trabalhadores domésticos.

Claro que a diminuição da carga tributária é, sempre foi e será sempre uma alternativa bem-vinda.

Os consultores estimam que, se houver, por exemplo, medidas como a redução da contribuição previdenciária para o empregador de 12% para 8% e do trabalhador doméstico de 8% para 6%, por exemplo, a eliminação da multa de 40% do FGTS em caso de demissão sem justa causa, e a anistia dos débitos previdenciários para a empregada e o empregador, quase 1,5 milhão de domésticos poderiam passar a receber o FGTS. Ou seja, Sr.

Presidente, haveria um aumento de R\$628 milhões de arrecadação do Fundo, ao ano.

O empregado doméstico deve ser amparado legalmente como todos os outros trabalhadores.

Claro que essa atividade tem suas especificidades: longa jornada, pouca formalização, baixos rendimentos, direitos trabalhistas diferenciados e ambiguidade nas relações de trabalho, pelo exercício da atividade ocorrer no domicílio do empregador.

É preciso agir, ainda, em várias frentes:

- Elevar o nível educacional desses trabalhadores, dando-lhes possibilidade de outras inserções no mercado de trabalho e mesmo de luta por mais direitos.
- Valorizar o emprego doméstico, através de incentivos à formalização, contribuição previdenciária e elevação dos salários, e dar capacidade para essas mulheres principalmente se identificarem e se organizarem como classe trabalhadora, para que possam continuar lutando por seus direitos.
- Reduzir a taxa de desemprego, melhorar as condições de inserção do trabalhador no mercado de trabalho e elevar os rendimentos aumentará o poder de compra das famílias.

Assim, as restrições orçamentárias serão menores e permitirão arcar com os custos decorrentes da formalização do contrato de trabalho de seu empregado doméstico.

O trabalho é a ferramenta fundamental para promover a superação da pobreza e o desenvolvimento dos países. E não qualquer trabalho, mas um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, livre de quaisquer formas de discriminação e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas.

Muito obrigado.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA DO PRÉ-SAL

Sessão de 4-9-2008.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, o País levou meio século para conseguir a autossuficiência de petróleo, com a ajuda da Petrobras. Foi uma longa e dura jornada.

O controle das reservas, bem como de sua exploração e distribuição, é condição crítica para a manutenção e ampliação da competitividade da economia.

Tal controle, Sr. Presidente, representa um fator de desequilíbrio entre as nações. Parte dos conflitos internacionais tem como pano de fundo as disputas por petróleo e fontes alternativas de energia.

A energia é essencial para o desenvolvimento, que vai gerar mais justiça social, aspiração fundamental de todos os países.

Uma das matrizes em que o Brasil se especializou ao longo dos anos é o etanol, uma fonte limpa, renovável e praticamente inesgotável.

Depois de altos e baixos, o setor vive um de seus melhores momentos, com um plano de expandir a produção para exportá-la em nível global. E Alagoas, Sr. Presidente, como maior produtor de cana do Nordeste, terá, sem dúvida, lugar de destaque.

De acordo com uma pesquisa da Unicamp, o etanol brasileiro poderá substituir 10% da gasolina no mercado mundial em 20 anos.

Tal levantamento indicou que, para o Brasil chegar a essa posição, será necessário investir R\$20 bilhões anuais em produção e logística. A estratégia pode ser a de exportar gasolina já misturada com etanol, em até 25%, como no mercado doméstico.

Nessa linha, Sr. Presidente, as novas descobertas do pré-sal ganham uma surpreendente dimensão estratégica para o Brasil.

Suas gigantescas reservas de petróleo leve serão exploradas e refinadas internamente, conduzindo o País a um grande crescimento da produção de etanol para exportação de ambos.

A primeira extração do pré-sal ocorreu nesta semana num poço, no Campo de Jubarte, que estará interligado à plataforma P-34.

Este poço está localizado a 70km da costa do Espírito Santo, com o óleo sendo extraído a 4.700 metros de profundidade. A previsão é de que o poço tenha vazão de até 18 mil barris de petróleo por dia.

De acordo com estimativas, o Brasil possui reservatórios que permitem supor reserva entre 70 bilhões e 90 bilhões de barris de óleo na camada de pré-sal.

Na hipótese mais realista, essas reservas elevariam o cacife brasileiro para 104 bilhões de barris, apenas 10% abaixo do Iraque, segunda maior potência do Planeta.

A produção diária brasileira, nesse caso, poderia evoluir dos atuais dois milhões para até dez milhões de barris, gerando exportações de até US\$100 bilhões anuais a partir de 2020.

São números, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que atestam a relevância estratégica do debate sobre o controle de nossa matriz energética. Recentemente, os Estados Unidos anunciaram a reativação de uma de suas frotas justamente em nossa região.

Para se ter uma idéia, o banco de dados da ANP que armazena os números de sísmica e as informações relativas aos métodos usados nas prospecções são sigilosos. Muitas dessas informações só podem ser divulgadas após determinado prazo, que pode chegar a cinco anos, dependendo do dado.

A descoberta do pré-sal, Sr. Presidente, permite visualizarmos uma nova realidade para o País. A riqueza ali existente poderá reinsserir o Brasil, de uma forma diferenciada, no mundo globalizado. Arrisco dizer que a história econômica e social do País poderá ser dividida em antes e depois do pré-sal.

Assim, dependendo das decisões que tomarmos hoje quanto ao tipo de desenvolvimento que queremos para o nosso País, teremos amplas condições de corrigir a difícil situação social do nosso povo.

A exploração dessa riqueza deve ser combinada com uma política industrial nacional, capaz de recuperar a capacidade da produção brasileira e, inclusive, impulsionar também o nosso desenvolvimento científico e tecnológico. A geração de empregos será uma conseqüência inevitável de um ótimo cenário para a economia.

Por tudo isso volto a alertar: temos de refletir bem e debater todas as questões relacionadas ao pré-sal.

Quem deverá explorar essas riquezas? Como isso deve acontecer? A quem deve pertencer e para quem os resultados devem ser direcionados? Esses e outros questionamentos são respondidos pela legislação que normatiza a atividade petrolífera no Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, o aspecto central e estratégico desse debate está na definição do marco regulatório.

É fundamental definirmos uma legislação atualizada para o petróleo. Será por meio do marco regulatório que poderemos garantir a posse e a exploração dessa riqueza, em nome dos interesses nacionais, atendendo às necessidades de desenvolvimento econômico e social do povo brasileiro.

Com esse instrumento, e com o amparo de nossas instituições, também poderemos evitar a dilapidação desse patrimônio. Por isso, Sr. Presidente, considero acertada a decisão do Governo de retirar essas reservas do processo das concessões sob a regra atual.

O desafio agora é garantirmos uma nova legislação, constituída a partir de premissas que deem ao povo brasileiro segurança de que a sua descoberta energética será explorada. Fica

evidente o papel que o Congresso Nacional, especialmente o Senado Federal, terá neste momento, assim como o dos órgãos governamentais que irão gerir esses recursos.

A Petrobras, na pessoa de seu Presidente Sérgio Gabrielli, é um exemplo de empresa moderna e eficiente.

O PMDB poderá contribuir enormemente, através de suas lideranças, de suas bancadas e de seus representantes na coalizão de Governo, como o Ministro Edison Lobão.

Aliás, o Ministro das Minas e Energia tem se mostrado um homem público consciente e antenado com as necessidades de nosso País e deverá, Srs. Senadores, ajudar a conduzir esse assunto com extremo bom senso – tenho absoluta certeza.

Nós podemos e devemos assumir um papel pró-ativo nas discussões do pré-sal, porque questões relativas ao tema, como a distribuição dos *royalties* da exploração petrolífera, no âmbito federativo, são de competência do Senado Federal, que, como se sabe, é a Casa da Federação.

Os aspectos sociais, econômicos e de segurança jurídica da exploração do pré-sal estão sendo avaliados pelo Governo, por instituições do setor privado e pela comunidade acadêmica também. É chegada a hora de nós, Senadores, participarmos ativamente desse debate.

Estou me associando, neste momento, ao Presidente Garibaldi Alves Filho e a outros Senadores, como Renato Casagrande, Delcídio Amaral e Francisco Dornelles, que já se manifestaram favoravelmente à inserção do Senado da República nas discussões do pré-sal.

Para isso, Srs. Senadores, gostaria de sugerir que, este ano, o Fórum Senado Debate Brasil, evento que já faz parte do calendário desta Casa, trouxesse como principal eixo o pré-sal. Acredito que essa iniciativa, além dos debates nas comissões, ajudarão a democratizar ainda mais essa discussão, que é, verdadeiramente, Senador Alvaro Dias, de interesse nacional.

O Brasil tem pressa. Sua desigualdade social e seu povo não podem esperar. Mas não é e não será por falta de riqueza que fal-

tarão educação, saúde, segurança pública e qualidade de vida para a grande maioria do nosso povo.

A dimensão das descobertas do pré-sal e a responsabilidade ética com as futuras gerações exigem decisões abertas, em conjunto com a sociedade. É isso o que pretendemos continuar fazendo aqui no Senado Federal.

Muito obrigado.

ALAGOAS: 191 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Sessão de 16-9-2008.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros, que fará uso da palavra como orador inscrito.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Papaléo. Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, Alagoas, diminuta no tamanho geográfico, é gigante pela força e pelo trabalho de seu povo, de sua gente.

São essas pessoas que a edificaram ao longo dos anos e construíram uma trajetória de lutas e conquistas que merecem ser resgatadas.

Basta lembrar, Sr. Presidente, figuras da expressão de Aurélio Buarque de Holanda, Pontes de Miranda, Costa Rêgo, Otávio Brandão, Jorge de Lima, Graciliano Ramos, Ledo Ivo e muitos outros.

E o que explica a participação constante de alagoanos na arena de decisões do País é o quadro econômico e sociocultural do Estado.

Assim, Sr. Presidente, é que de Alagoas surgiram três Presidentes da República: um deles, o seu proclamador, Marechal Deodoro da Fonseca, e, outro, Floriano Peixoto, seu consolidador, além do Presidente Fernando Collor de Melo, que hoje integra o Senado Federal.

Muitos estiveram presentes, quase sempre, nos grandes momentos da política nacional: Visconde do Sinimbu, Tavares Bastos, o menestrel Teotônio Vilela, Rui Palmeira, General Góis Monteiro, Aurélio Viana e tantos outros.

Os ideais republicanos, abolicionistas e libertários marcaram profundamente os movimentos sociais e as lutas no estado. A força das ideias vanguardistas sempre foi marcante, Sr. Presidente.

O combate ao regime militar fortaleceu o movimento progressista, marcando o início da emergência de amplos setores sociais.

Hoje, 16 de setembro, nosso estado completa 191 anos de emancipação política, mas a história de Alagoas, Sr. Presidente, começa muito antes.

Em Santana do Ipanema, foram encontrados esqueletos de animais pré-históricos. Também surgiram vestígios desses animais em Viçosa e em São Miguel dos Campos.

A evolução, Sr. Presidente, político-administrativa começa com as invasões francesa, no séc. XVI, e holandesa, no séc. XVII.

Retomada pelos portugueses nas duas ocasiões, Alagoas já foi Comarca, em 1711; Capitania, em 1817; Província, em 1822; e é Estado Federativo desde 1899.

A partir do séc. XVI, Alagoas sedia o mais importante centro de resistência dos negros, o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, no Município de União dos Palmares, terra de Zumbi.

Os negros, Sr. Presidente, construíram uma verdadeira civilização, assim como era na África. Ganga Zumba se constituía no Chefe de Governo e tinha seus ministros. Formou-se uma verdadeira República Parlamentarista, que chegou a reunir quase trinta mil almas.

Do tamanho da Bélgica, com mais de 27 mil quilômetros quadrados, Alagoas, ao longo da História brasileira, obteve um destaque político sem rivais para um estado modesto.

No período imperial, em que a região Nordeste conseguiu mais espaço junto à Coroa que os fazendeiros de São Paulo e Minas Gerais, ficou atrás apenas da Bahia e de Pernambuco.

No nascimento da República, somente foi superada pelos estados do Sul.

Recorro, Sr. Presidente, aos ensinamentos do Professor de História da Universidade Federal de Alagoas, Douglas Apratto, para explicar essa trajetória.

Durante o ciclo da cana-de-açúcar, Alagoas se povoou de engenhos e viveu uma escassa urbanização.

Fronteira entre Pernambuco e Bahia, estas circunstâncias levaram o estado a ser descentralizado politicamente, sem que uma oligarquia se impusesse sobre as demais.

Os primeiros engenhos, Sr. Presidente, foram construídos por Cristóvão Lins, o alemão, que foi o verdadeiro colonizador de Alagoas.

Até hoje a cana-de-açúcar é a marca do nosso estado: 57 dos 102 municípios, inclusive a capital, a cultivam. E somos, Srs. Senadores, o primeiro produtor do Nordeste e o quarto do Brasil.

O nome Alagoas é derivado dos numerosos lagos que se comunicam uns com os outros e também com os diversos rios que banham a região. Já Maceió, Sr. Presidente e Srs. Senadores, vem da denominação tupi *Maçayó*, que significa o que tapa o alagadiço.

A herança indígena, aliás, é presente até hoje em nossa cultura e em nosso artesanato, que encanta a todos por sua criatividade, por sua originalidade. As belezas naturais do estado são abençoadas. Quem já não ouviu falar das praias do Francês, do Gunga, da Barra de São Miguel, de Paripueira e Maragogi.

Nossas praias são de areia branca e mar turquesa. Temos um povo hospitaleiro e uma rica gastronomia.

Maceió, Sr. Presidente Papaléo, possui uma cultura marcante, representada principalmente pelo rico folclore. Dentre as manifestações, há diversos folguedos, como Caboclinho, Cavalhada, Chegança, Coco Alagoano, Festa de Reis, Guerreiro, Pastoril, Reisado, Quilombo e Zabumba.

Hoje, Srs. Senadores, Alagoas se prepara para entrar em uma nova era. Ainda precisamos melhorar vários indicadores sociais e econômicos, mas, sem dúvida, estamos avançando, avançando muito.

Nosso estado atrai investimentos estrangeiros, terá a rede hoteleira mais moderna do Nordeste nos próximos anos, retoma suas ferrovias, restaura suas estradas e recebe recursos em infraestrutura do Governo Federal.

São mais de R\$3 bilhões de investimentos do setor público e mais de R\$6 bilhões do setor privado!

Claro, Sr. Presidente, que muito disso se deve ao trabalho da bancada federal, a qual tenho muito orgulho de integrar.

Vamos continuar mantendo os entendimentos com o Governo Federal, com o Presidente Lula, e com a iniciativa privada, para levar desenvolvimento, emprego e renda a Alagoas.

Hoje, aliás, Sr. Presidente, foi inaugurado em Maceió o maior e mais moderno hospital público de Alagoas. É o Complexo Hospitalar Professor Osvaldo Brandão Vilela, que incorpora o Hospital José Carneiro e a Unidade de Emergência Dr. Armando Lajes.

A nova unidade conta com 410 leitos, dos quais 50 são de Unidade de Terapia Intensiva. Com arquitetura arrojada, totalmente climatizado e com uma concepção de atendimento nova, mais humanizada, o hospital geral é o melhor presente que o povo de Alagoas poderia receber nesta data, data de sua emancipação política.

Foram investidos, ao todo, R\$20 milhões. Destes, o Governo do Estado participou com quase R\$7 milhões e o restante foi repassado pelo Ministério da Saúde, por meio do programa Qualisus.

Tive, Sr. Presidente, a oportunidade de solicitar ao então Ministro da Saúde Saraiva Felipe os recursos necessários para essa obra.

Agradeço também, é importante ressaltar, ao Ministro José Gomes Temporão, que, aliás, esteve hoje em Maceió, Alagoas, inaugurando o complexo ao lado do Governador Teotônio Vilela Filho e do Vice-Governador, o renomado cardiologista Dr. José Wanderley.

Não pude comparecer à inauguração por causa de compromissos assumidos em Brasília em prol do estado, que me prenderão aqui até provavelmente na quinta-feira.

Estive, agora há pouco, com os Ministros da Fazenda, Guido Mantega, das Relações Institucionais, José Múcio, e da Agricultura, Reinhold Stephanes, além de representantes dos plantadores de cana de Alagoas e Pernambuco.

Fomos pedir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a inclusão da cana-de-açúcar na Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal, de modo a reduzir as sucessivas perdas dos menores fornecedores.

Levantamento do próprio Governo Federal mostrou que existe uma diferença entre o preço de mercado e o custo de produção, obrigando o produtor a tirar do próprio bolso para permanecer na atividade canavieira.

O Ministro Mantega, Presidente Papaléo Paes, garantiu-nos que nos próximos 15 dias o Governo decidirá a forma de resolver o problema, o que amenizará a situação de seis mil pequenos e médios plantadores de cana de Alagoas, de Pernambuco e do Nordeste brasileiro. Somente em Alagoas, Sr. Presidente, esse setor emprega 240 mil trabalhadores.

Comuniquei a audiência ao Presidente Lula, ao Presidente da República, logo em seguida, por telefone, que mais uma vez se mostrou solidário com a situação dos pequenos fornecedores de Alagoas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo de quase cinco séculos, demonstramos ao País que temos um povo trabalhador, honesto e esperançoso.

Uma de suas qualidades é a criatividade. E é com um trecho da letra de Djavan, da música Alagoas, que encerro este pronunciamento:

“Você me deu liberdade pra meu destino escolher.
E quando sentir saudades poder chorar por você.”

Ou, Sr. Presidente, parodiando nosso grande compositor, poder trabalhar por você. Muito obrigado.

DISPARADA DOS PREÇOS DOS FERTILIZANTES

Sessão de 18-9-2008.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros por 20 minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes da TV e Rádio Senado, um verdadeiro tsunami social está avançando no mundo, milhões de pessoas enfrentam a fome em pleno século XXI.

A recente alta dos alimentos levou o número de pessoas com fome no mundo a passar de 850 para 925 milhões de pessoas, quase um bilhão, Sr. Presidente, um sexto do planeta, em 2007, de acordo com dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO.

Esta é uma discussão tão relevante, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que faço questão de colocá-la mesmo sabendo que estamos em plena efervescência do processo eleitoral e o Senado Federal com pouca frequência, como é natural.

Para se ter uma idéia, o índice FAO para o preço dos alimentos no mundo teve aumento de 12% em 2006, com relação ao ano anterior, de 24% em 2007, e de 50% durante os sete primeiros meses deste ano.

A crise levou mais de 100 milhões de pessoas a cruzar o limiar das que vivem com menos de um dólar por dia.

A causa desse cenário inquietante foi a disparada dos preços dos fertilizantes, que estão subindo mais rapidamente do que qualquer outra matéria-prima usada pelos agricultores.

Nos Estados Unidos, os produtores pagaram 65% a mais pelo fertilizante do que um ano atrás, segundo o Departamento de Agricultura americano. Isso se compara com os aumentos de 77% para combustíveis, para sementes e para outros produtos químicos, como agrotóxicos, no mesmo período.

A disparada dos custos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem tornado mais difícil para os produtores rurais expandir suas lavouras. E isso se mostra urgente diante da crise global dos alimentos, que provocou protestos, racionamento e controle de exportação em muitos países.

De acordo com o *Valor Econômico*, os preços dos alimentos subiram nos últimos meses, porque a crescente demanda por cereais, que excedeu a produção durante boa parte desta década, reduziu os estoques a níveis extremamente baixos. Isso ajudou, Sr. Presidente, a chamar a atenção para os custos da produção agrícola, que incluem os fertilizantes.

Os agricultores dizem que há poder de mercado demais concentrado nas mãos de um pequeno grupo de empresas norte-americanas, canadenses e russas, que dominam a produção mundial de carbonato de potássio e fosfato. Juntamente com o nitrogênio, o potássio e o fósforo na forma de fosfato são os principais ingredientes do fertilizante.

Os custos do fertilizante desafiam a explicação racional. Alguns congressistas norte-americanos acusam as empresas do setor de cobrar preços extorsivos e solicitaram investigações.

Por seu lado, os grandes produtores de fertilizantes refutam qualquer alegação de abusos. Eles afirmam que estão simplesmente aumentando os preços, para refletir a oferta limitada e a crescente demanda, depois de anos de preços relativamente baixos.

Mas há uma peça inusitada nesse quebra-cabeça: em vários países, leis obscuras, infelizmente, protegem os fabricantes de carbonato de potássio e fosfato de certas regras de defesa da concorrência.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os fabricantes de fosfato estão entre as poucas indústrias autorizadas por leis específicas a discutir com rivais preços e outras questões.

Na Índia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os compradores de fertilizantes do país estão pedindo ajuda das Nações Unidas. Segundo eles, os preços de fertilizantes estão subindo artificialmente por causa da manipulação de *traders* e fornecedores.

A China, depois de protestos iniciais, concordou recentemente em pagar mais pela tonelada de carbonato de potássio a um cartel de exportadores do produto protegido por uma isenção na Lei de Concorrência do Canadá.

Em março, autoridades antimonopólio da Rússia exigiram que o maior fabricante de potássio do país cortasse os preços internos do produto, depois de discutir na Justiça com aquela empresa.

O fosfato, um mineral encontrado na vida marinha fossilizada, fornece nutrientes essenciais para o desenvolvimento das células das plantas, ao passo que o potássio, extraído do solo, ajuda-as a crescer.

Os preços de ambos têm aumentado mais rápido que os do nitrogênio, fabricado num processo que exige muito gás natural.

Na América do Norte, fertilizantes de nitrogênio são bastante aplicados em campos de milho e trigo, por exemplo.

A ureia, um fertilizante de nitrogênio, está sendo vendida pelo dobro do preço de um ano atrás: a maior parte por causa de uma forte alta do gás natural.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, decidi abordar esse tema hoje, porque o assunto, como já disse, é de extrema urgência, relevância e gravidade, ainda mais no momento em que o IBGE estima que a safra nacional de grãos deva alcançar 145 milhões de toneladas em 2008, um crescimento recorde de 9%.

Nesta semana, aliás, esse tema foi objeto de uma audiência, da qual tive a honra e a oportunidade de participar, no Ministério da Fazenda, com o Ministro Guido Mantega, o Ministro José Múcio, das Relações Institucionais, especialista em agricultura, um homem público da melhor qualidade, e o Ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura, também especialista e competentíssimo.

Quero aproveitar e agradecer ao Ministro Stephanes, mais uma vez, a gentileza de autorizar a reestruturação do Centro de

Referência em Aquicultura do São Francisco, Ceraqua, da Codevasf, localizado no Município de Porto Real do Colégio, em Alagoas, o que viabilizará a criação de uma Unidade de Pesquisa e de Serviços, da Embrapa, naquele Município.

A decisão é de extrema importância para a região, porque Porto Real do Colégio está no trecho do rio São Francisco talvez mais belo e certamente o mais povoado do estado.

Essa condição geográfico-espacial contribui para que o Baixo São Francisco e sua foz, de modo particular, apresentem ricas atividades humanas e biodiversidade, com destaque para as potencialidades da aquicultura e de outras atividades econômicas.

O justo pleito do povo de Porto Real do Colégio foi encaminhado por mim e pela Bancada do PMDB de Alagoas na Câmara Federal, os Deputados Federais Carlos Alberto Canuto, Cristiano Matheus, Joaquim Beltrão e Olavo Calheiros, além do Governador Teotônio Vilela Filho.

Ontem, Sr. Presidente, conversei longamente com o Ministro de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, que também está acompanhando a questão dos fertilizantes com muita atenção, com extrema atenção.

De maneira extremamente oportuna, o Governo brasileiro está avaliando o manejo das jazidas de fertilizantes do País, para ajudar a reduzir os custos de produção agrícola. Deve ser colocado em prática um plano de fomento à produção nacional de fertilizantes.

A meta, Sr. Presidente, é reduzir, em cinco anos, a dependência dos fertilizantes importados e obter a autossuficiência, em dez anos, em matérias primas derivadas de nitrogênio e fosfato. Um dos entraves são empresas que detêm concessões de exploração mineral de reservas, há trinta anos, mas que até hoje não investiram na produção.

Tenho certeza, já disse e repito, de que os Ministros Edison Lobão e Reinhold Stephanes, a Ministra Dilma Rousseff e o Presidente Lula saberão conduzir, com muita racionalidade, esse assunto. Tenho absoluta convicção de que ele será encaminhado da

melhor maneira possível, de forma que o povo brasileiro e a produção nacional de alimentos saiam ganhando.

Há, ainda, um programa de melhoria do sistema de armazenamento agrícola, a cargo da Conab, e a nova ênfase governamental para o aumento de produção por parte dos agricultores familiares, com um crédito de R\$13 bilhões.

Além disso, o Governo Federal liberou um novo pacote de subsídios para a agricultura, com enfoque na produção de alimentos. Isso, sem falar na reestruturação da dívida agrícola, de R\$80 bilhões.

O programa a que me referi há pouco, atingirá a safra de 2008/2009, aumentando os recursos ofertados já neste ano, que devem chegar a R\$10 bilhões. Haverá um aumento substancial de crédito em diversos programas e um fundo especial de R\$1 bilhão, para estimular a produção agrícola sustentável.

Do orçamento, R\$6,5 bilhões estão disponíveis nos programas do BNDES, e R\$3,5 bilhões são dos Fundos Constitucionais.

E não podemos, Sr. Presidente, esquecer também o próprio PAC, que fará muitos investimentos em nosso País, em todos os estados do Brasil.

O sucesso da produção precisa caminhar de braços dados com os investimentos em transporte modal, como rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos.

Por outro lado, o incremento do setor rural estimula também o desenvolvimento de pólos de indústrias de transformação desses produtos, a chamada agroindústria.

Em Alagoas, somente na década de 50, o desenvolvimento tecnológico permitiu que os fertilizantes viabilizassem a cultura da cana nos tabuleiros, abrindo uma nova e imensa fronteira para nossos produtores.

Em recente entrevista, o Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e Alcool no Estado de Alagoas, Pedro Robério Nogueira, fez um alerta muito interessante: “temos que cuidar do solo, das águas, do ar e, ao mesmo tempo, com engenho e arte, sem saquear a natureza, suprir da melhor forma possível os sete bilhões de semelhantes que compartilham a Terra conosco”.

Eu vou além, Sr. Presidente, e me inspiro em Milton Nascimento, que, em uma de suas belas canções, afirma que muitos ainda estão “de frente para a praia e de costas para o Brasil”.

É preciso parar, portanto, de dar as costas para o interior, para a nossa agricultura, para o interesse nacional e valorizar mais o nosso meio rural.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – A Mesa cumprimenta o Presidente Renan Calheiros pelo pronunciamento que acaba de fazer, referindo-se a uma das questões essenciais para nosso processo de desenvolvimento, que é justamente o desenvolvimento do agronegócio, sobretudo no Nordeste, que é a região mais carente. De mais a mais, S.Ex^a também salientou algo muito importante, que é o fato de ainda dependermos da importação de nutrientes essenciais para elevar nossa produção e melhorar nossa produtividade. Espero que as medidas anunciadas por V. Ex^a venham a produzir os impactos de que precisamos, contribuindo, assim, para também reduzir as diferenças que ainda marcam o espaço social brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Renan Calheiros!

MELHORIA DOS INDICADORES SOCIAIS BRASILEIROS

Sessão de 23-9-2008.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL.) – Sr. Presidente Epitácio Cafeteira, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, o mais amplo levantamento sobre a realidade do País, a nova edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD mostra um Brasil bem diferente de alguns anos atrás.

Quase três milhões de pessoas deixaram a pobreza, no ano passado, de acordo com pesquisa do IBGE. O Ipea confirma também esses números. Quase 14 milhões de brasileiros subiram de faixa social entre 2001 e 2007. Desse total, 74%, um pouco mais de 10 milhões, saíram da classe de renda baixa e 3,6 milhões de pessoas passaram da classe intermediária para a classe de renda mais alta.

Houve melhorias no salário, no número de trabalhadores formais e no acesso a bens duráveis e no saneamento. Nessa área, em particular, Alagoas ainda precisa avançar muito. Em 1999, apenas três em cada dez domicílios do Estado de Alagoas tinham esgotamento sanitário. Em 2004, o indicador caiu pela metade, somente 14% das residências contavam com esgoto ou fossa. De lá para cá, isso tudo mudou.

Temos priorizado os entendimentos com o Governo Federal para as obras do PAC em saneamento e abastecimento de água em nosso estado. No total, o Governador Teotônio Vilela e o Governo

Federal estão investindo, juntos, R\$239 milhões em projetos na área de habitação, urbanização e saneamento básico.

Na área de habitação, os recursos do PAC serão investidos na construção de casas populares, no Vale do Reginaldo e na construção da orla das lagoas, visando, Sr. Presidente, atender à comunidade que hoje mora na favela Sururu de Capote. Já na área de saneamento, vem sendo executada a ampliação da coleta e do tratamento de esgoto nas regiões da Pajuçara e da chamada Baixa Maceió, além da orla. As obras do PAC na área de saneamento não vêm sendo realizadas apenas nos bairros pobres de Maceió; elas também estão concentradas na região da orla marítima, totalizando o terceiro maior investimento em programa em Maceió, da ordem de R\$49,5 milhões.

A queda do analfabetismo foi outra boa notícia estampada no estudo, mas persistem mazelas como a desigualdade e o trabalho infantil.

A Pnad apura as características domiciliares em relação ao acesso a bens e serviços, abrangência da educação, panorama do mercado de trabalho e evolução da renda do trabalhador. Mostra também, Sr. Presidente, aspectos demográficos, como o fluxo migratório e a taxa de natalidade. A pesquisa é feita desde 1967 e, em 2004, passou a ter cobertura completa do território nacional.

O levantamento revela que ocorreu, no ano passado, a maior redução na diferença entre ricos e pobres no Brasil desde 1990, segundo o índice de Gini, que caiu de 0,541 para 0,528. Esse índice internacional varia de zero a um e indica maior desigualdade quanto mais aumenta. O Gini da Rússia, por exemplo, é 0,399; o da China, 0,469; e o da Índia, 0,368. Todos têm distribuição de riqueza menos desigual que a brasileira.

A pesquisa também informa que havia pouco mais de 14 milhões de analfabetos em 2007, o que coloca o País em 15º lugar em proporção de alfabetizados na América Latina e no Caribe. Mas, infelizmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ainda temos quase 5 milhões de crianças trabalhando! Em contraposição, a cobertura previdenciária e a rede de esgoto passaram de 50%, em melhorias concentradas no Sudeste e no Sul.

Os indicadores sociais só não avançam mais porque a distribuição de renda não se dá numa velocidade maior do que a verificada nos últimos anos. De 2006 para 2007, observamos uma redução acentuada na concentração. Mantida essa velocidade, a partir de agora, certamente os indicadores sociais poderão acompanhar mais de perto o crescimento da renda.

Esses números, Sr. Presidente, mostram que, na verdade, o Brasil não é um País pobre; é uma Nação rica e se aproxima de países desenvolvidos em alguns indicadores, mas a distribuição de renda é como a de países muito menos desenvolvidos. A concentração de renda no País está mais próxima da de nações pobres da América Central como El Salvador e Panamá ou africanas como Zâmbia e Zimbábue.

Segundo a pesquisa, o aumento no rendimento médio real dos trabalhadores nos últimos quatro anos não foi suficiente para recuperar as perdas ocorridas entre 1996 e 2003. Em 2007, a renda dos ocupados chegou a R\$960,00, o maior valor dos últimos 8 anos, mas ainda foi 6% inferior a de 1996, de R\$1.023,00. Depois houve perdas até 2003, estabilidade em 2004 e recuperação em 2005, 2006 e em 2007.

Os dados da Pnad são impressionantes. Muita coisa melhorou! E muita coisa ainda, sem dúvida, precisa melhorar. É óbvio que boa parte dos avanços obtidos se deve aos programas sociais e de desenvolvimento econômico. Mas nem tudo, Sr. Presidente.

O Brasil caminha já há algum tempo para se tornar uma sociedade moderna de massa, com uma classe média crescente e próspera. Isso é resultado de um longo processo em que o protagonista é o brasileiro e, principalmente, a brasileira, que teve na Pnad um desempenho espetacular.

E, se a política de inclusão social do Presidente Lula é um sucesso, é porque a sociedade brasileira tornou politicamente possível aplicar programas usuais em muitas outras sociedades e tem colaborado nesse sentido.

O Brasil tem pago mais impostos, tem produzido mais, tem ido mais à escola, tem se atualizado mais. Melhor, Sr. Presidente: tem tido a consciência de que somente por meio do trabalho

alcançaremos o eldorado dos países desenvolvidos, onde emprego e renda andam de mãos dadas e as desigualdades estão sendo banidas.

Em resumo, a Pnad mostra que o Brasil mudou, mudou muito mesmo. E ainda vai mudar, com certeza, se continuarmos no mesmo rumo. O rendimento cresceu. E a causa principal foi o aumento do salário mínimo, além do Bolsa Família, que melhoraram a distribuição de renda. Aliás, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nunca é demais lembrar que foi esta Casa que propôs uma política de recuperação do salário mínimo.

E eu, modestamente, tive a honra de relatar o programa Bolsa Família, que unificou os programas sociais aqui no Senado Federal. Isso fez crescer a renda do Nordeste. Aumentou a renda das mulheres. Aumentou a renda dos mais pobres. A percentagem dos menos favorecidos no conjunto da renda também aumentou. Cresceu o número de pessoas ocupadas. De cada cinco vagas de trabalho, três são com carteira assinada. Aumentou, como consequência de tudo isso, a arrecadação da Previdência Social. Aumentou também o número de trabalhadores sindicalizados.

Quero aqui, quando falo em trabalhadores sindicalizados, abrir um parêntese, Sr. Presidente, e propor, vou materializar já à Mesa este voto, a aprovação de um voto de pesar por este Plenário pelo falecimento do Líder sindical Eleno Bezerra, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Vice-Presidente Nacional da Força Sindical. Ele deixou a vida no último sábado por causa de um acidente de carro.

O trabalho de Eleno foi reconhecido até mesmo por adversários, devido a sua representatividade, independência e poder de negociação. Eleno Bezerra foi um exemplo de líder sindical que soube conciliar as demandas de sua categoria e a necessidade de modernização das relações de trabalho, além de demonstrar a viabilidade do sindicalismo.

Foi, realmente, uma grande perda!

Retomando e já concedo os apartes a análise da Pnad, a pesquisa mostrou que a quase totalidade das crianças brasileiras en-

tre 7 e 14 anos de idade está na escola. Teve elevação o número de jovens no ensino superior.

No Nordeste, esse crescimento foi mais intenso: a população vive mais; aumentou o número de domicílios com água potável, esgoto e coleta de lixo; e aumentou o número de domicílios com telefone. De 2001 para cá, dobrou o número de domicílios com computador.

Abro um parêntese, de novo, e ouço com muita satisfação o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) Senador Renan, quero primeiro felicitar V. Ex^a tanto pela oportunidade como pela arquitetura do seu discurso, os dados, a visão clara de que temos problemas, como o senhor começou, mostrando que estamos atrás de muitos países que teriam tudo para estarem piores do que nós e não estão, na distribuição da renda, mas, ao mesmo tempo, mostrando a evolução. Portanto, um discurso muito bem feito e oportuno, pelo que eu o parabenizo.

Acho que um discurso como esse deve ser distribuído ao máximo. Agora, aproveito para fazer uma provocação, uma proposta e um convite. Dez anos atrás, mais ou menos, o Senador Antonio Carlos Magalhães tomou a iniciativa de uma comissão para estudar como combater a pobreza. Daí surgiu não apenas uma lista de sugestões, mas também a criação do Fundo para Erradicação da Pobreza, que foi o que permitiu ao Presidente Fernando Henrique Cardoso começar o programa Bolsa Escola, que há anos eu insistia com ele que tentasse fazer, e ele sempre rejeitava o programa. Até que surgiu o Fundo para Erradicação da Pobreza, e aí ele se sentiu em condições de levar adiante.

Minha provocação, meu convite, minha sugestão é: passadas essas eleições, que nós nos juntemos, senadores de diferentes partidos, em cima do seu discurso, por exemplo, a fim de fazermos como Antonio Carlos fez. Antonio Carlos e Marina Silva, é preciso dizer que ela teve o mesmo papel que ele, tentando elaborar o esboço do que viria a ser um acordo de lideranças para que o Brasil não apenas continue avançando lentamente, mas comece

a dar um salto para que não tenha esta vergonha de estar em 15º lugar em analfabetismo entre os países da América Latina e Caribe e não é entre os países do mundo, não; não é levando em conta Estados Unidos, Finlândia, não; é apenas entre nós, do México para baixo.

A gente consegue elaborar. Está absolutamente ao alcance do Brasil do ponto de vista financeiro, está absolutamente ao alcance dos recursos humanos. Falta uma vontade política que, de repente, pode sair do Senado. Eu quero dizer que, se quiser levar adiante isso, com a posição de ex-Presidente desta Casa, desejo estar junto, como o Antonio Carlos Magalhães, naquela época, em que eu não era senador e não era deputado, era apenas governador, que me convidou e fui um dos que apresentou um texto que serviu para o relatório final. Então fica aqui a minha sugestão, a minha provocação e a minha oferta. Como a gente diz lá em Pernambuco, o meu enxerimento de poder participar de um grupo que queira, sim, elaborar uma proposta nesse sentido. Não sei se enxerimento também se diz em Alagoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Também. Agradeço muito o aparte de V. Ex^a, oportuno, aponta um caminho. Acho que, independentemente dos partidos políticos com representação nesta Casa, nós deveríamos sentar, convidar os senadores, pensar numa agenda nacional suprapartidária. V. Ex^a sempre defendeu isso e esse continua a ser o caminho mais recomendado, inclusive para que o Senado qualitativamente avance.

Com muita satisfação, concedo um aparte ao Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Renan, parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB–AL) – Obrigado.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) Quero, neste aparte, destacar o Ipea, esse Instituto tão respeitado e tão importante para o País, e também a Pnad. V. Ex^a apresenta números que mostram um

novo Brasil. Eu quero refletir acerca do papel dos nossos partidos políticos, porque nós temos projetos, e os partidos, evidentemente, lutam para as prefeituras, os governos estaduais, a Presidência da República. E, quando ouço esses dados, principalmente sobre a camada mais pobre do Brasil com mudanças significativas, como saneamento e moradia, eu fico muito feliz, primeiro por destacar a importância da democracia neste País; segundo, por esse período recente do Brasil, porque esses números da pesquisa apontam e destacam de 2001 a 2007. Isso é muito recente! E diz mais.

Ainda há pouco, o nosso querido Senador Cristovam estava falando de cem anos. O Ipea está falando de dezoito anos para reverter essa situação de pobreza, no ritmo que está crescendo hoje. Nesse segmento mais pobre do Brasil, o crescimento é como se fosse o crescimento da China. Esses são os dados da pesquisa do Ipea. Então, precisamos aprofundar e avançar mais nas mudanças, nas políticas públicas sérias, por isso que comecei falando, no aparte, destacando esses números, da importância da eleição municipal...

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sem dúvida.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM)... para termos gestores que possam aprofundar essa mudança tão bonita que V. Ex^a traz em números do Brasil, desse Brasil profundo, deste Brasil interior, desse Brasil distante, desse Brasil do Centro-Oeste, da Amazônia; são números que refletem mudanças em regiões importantes, compostas por brasileiros e brasileiras. Parabéns pelo discurso que V. Ex^a traz a esta Casa, na tarde de hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, feliz, honrado, oportuníssimo, que reforça a necessidade de continuarmos trabalhando, pensando juntos, refletindo, para que, em consonância com o Governo Federal, tenhamos as transformações sociais, a melhoria dos indicadores, de todos os indicadores neste País. Senador Epitácio Cafeteira, fico

também particularmente satisfeito com essa pesquisa, com os números apurados no meu Estado de Alagoas.

Em Alagoas, a evolução econômica e social ficou nítida nos números. O IBGE revela que, em 2007, a taxa de desemprego caiu consideravelmente em relação ao ano anterior. Segundo a pesquisa, a taxa que, em 2006, era de 8,9%, Sr. Presidente, recuou 1,3%, caindo para 7,6%.

O índice foi um dos menores do País, principalmente, Sr. Presidente, se comparado a grandes centros do Nordeste, como Pernambuco, que registrou 11,4% no ano anterior. O detalhe é que o índice melhorou principalmente entre as pessoas com mais de quatro anos de estudo. Outro ponto diagnosticado pela Pnad é que os jovens alagoanos estão chegando mais facilmente ao mercado de trabalho. O maior avanço foi entre os jovens de 18 e 19 anos.

Segundo a pesquisa, Senador Cafeteira, houve um salto da taxa de atividade nessa faixa etária de 64,2% para 68,6%; já entre 15 e 17 anos esse índice caiu consideravelmente de 43,7% para 37,3%. Porém, o dado mais relevante dessa tabela é o desempenho dos idosos que tiveram a maior alta entre todos os grupos de idade. Em um ano, a taxa de ocupação saltou de 43% para 53,7%.

Mesmo com mais jovens e idosos trabalhando em Alagoas, a concentração de renda aumentou, de acordo com o Índice Gini, que ficou em 0,569. Em 2004, era de 0,539.

Sem dúvida, Sr. Presidente, a educação alagoana segue dando sinais de recuperação. Aliás, boa parte desse resultado se deve ao trabalho do PMDB.

Quando ocupou a Secretaria de Educação de Alagoas, Fábio Farias obteve avanços importantes, mesmo ficando apenas um ano e três meses à frente da Secretaria e apesar de ter enfrentado o mais dramático período do Governo.

Ele conseguiu reduzir custos, fazendo uma economia de 40%, em 2007 com relação a 2006. Por causa disso, Sr. Presidente Cafeteria, sobrou dinheiro em caixa para consolidar a isonomia salarial

dos professores. Pôde também o Secretário Fábio Farias aumentar os vencimentos dos professores de nível médio.

O Governo Federal estabeleceu um plano de metas que foi antecipado pelo então Secretário, de 2010 para 2007.

O representante do PMDB no Governo, Teotônio Vilela, descentralizou a merenda escolar, beneficiando, inclusive, as escolas indígenas; treinou professores de séries iniciais e criou a Superintendência Institucional, o que favoreceu a relação com o MEC, entre várias outras medidas adotadas.

Por causa desse trabalho, Sr. Presidente, a Pnad mostrou que a taxa de escolarização avançou bem no período de 2006 a 2007, principalmente entre as crianças de quatro e cinco anos, que saltou de 61,8% para 69,3%. Ao todo, são 78 mil estudantes com essa idade.

E não foi somente entre os menores que a taxa subiu. Em todas as faixas etárias, o índice cresceu e, em algumas cidades, até tirou Alagoas da última colocação do *ranking* dos estados.

Entre os jovens de 6 a 14 anos, essa taxa alcançou 95,2% com 561 mil estudantes. Em 2006, esse índice era de 94,7%. Já entre os jovens de 15 a 17 anos esse índice foi de 73,6% para 77,8%, com 143 mil alunos. Na faixa que vai de 18 a 24 anos, o percentual saltou de 36,8% para 37,4%. Depois dos 25 anos, a taxa de escolarização registrada em 2007 foi de 6,7%.

Em resumo, Sr. Presidente, Alagoas teve a maior evolução proporcional de todo o País. Diante de tão consistente e detalhada pesquisa sobre o cenário atual brasileiro, temos de manter o otimismo e continuar apostando em nosso País e em Alagoas. De nossa parte, eu e a bancada Federal vamos continuar trabalhando em Brasília para manter o fluxo de investimentos federais e privados em nosso Estado. Daqui a algum tempo, quero subir a esta tribuna novamente com outros dados na mão, mostrando que o Brasil tem futuro e presente também.

E Alagoas, cada vez mais, Sr. Presidente, estará integrada a esse quadro positivo. Da minha parte, quero, modestamente, continuar trabalhando.

Muito obrigado.

POTENCIAL TURÍSTICO DE ALAGOAS

Sessão de 24-9-2008.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador e ex-Presidente da Casa, Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL.) – Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, o turismo tem-se destacado como um dos setores socioeconômicos que mais cresce no planeta. Segundo a Organização Mundial do Turismo, de 6% a 8% do total de empregos dependem do turismo. No ano passado, 898 milhões de turistas percorreram o planeta, a metade, de avião.

O último estudo do Fórum Econômico Mundial coloca o Brasil em 59º lugar entre os destinos turísticos mais procurados no mundo. Além de características como amabilidade e hospitalidade por parte do povo, temos oito mil quilômetros de algumas das mais lindas praias do planeta, sedutor clima dos trópicos, regiões serranas do mais puro charme, entre outros exemplos.

De Norte a Sul, há sempre um atrativo para o viajante. Temos potencial de sobra para nos tornarmos o destino mais procurado do mundo e um desafio enorme e árduo, mas perfeitamente transponível, pela frente.

Alagoas, Sr. Presidente, se prepara para vivenciar um dos melhores momentos do setor. Nosso estado vai passar a integrar um conjunto de destinos que servirá de referência de qualidade mundial. Estão sendo iniciados vinte novos projetos para o crescimento do turismo em Alagoas. Além disso, está sendo feito o

zoneamento de todo o litoral alagoano. Esta medida irá permitir que os investidores tenham maior segurança.

Da ordem de R\$420 milhões, um novo empreendimento turístico, hoteleiro e residencial, o complexo Pontal de Camaragibe, abrirá definitivamente as portas do estado para o turismo nacional e, principalmente, estrangeiro.

Com uma infraestrutura de alto nível, o complexo Pontal de Camaragibe será composto por três *resorts*, sendo dois de bandeira tailandesa e um de rede nacional.

Outro lançamento, em Alagoas, do Grupo Salinas, localizado na praia de Ipioca, foi inaugurado no dia 19 de setembro. Barra de São Miguel, Sr. Presidente e Srs. Senadores, também terá um novo *resort* a partir de dezembro deste ano. Viabilizamos, ainda, recursos para a duplicação da rodovia de Maceió à Barra de São Miguel, e de Maceió à Barra de Santo Antônio.

Será construída a AL-105, de Cachoeira do Meirim a São Luís do Quitunde, exatamente na ponte da Flamenguinha. Vamos ter também a duplicação da BR-104, do aeroporto até a cidade de Messias, onde encontrará a duplicação da BR-101.

Também é importante colocar que a rodovia do aeroporto até Cachoeira do Meirim já está construída. Estamos aguardando a liberação da obra da ponte da Barra de Santo Antônio, no litoral norte de nosso estado, que permitirá – eu já disse aqui algumas vezes e queria repetir – o acesso a 17 quilômetros de praias praticamente virgens.

Além disso, Sr. Presidente Marco Maciel, será construída a Rodovia da Costa Doce, no rio São Francisco, ainda a ser licitada, mas já com o projeto concluído, que irá de Penedo a Porto Real do Colégio. O trecho de Colégio a São Braz já está asfaltado. Falta fazer o trecho de São Braz a Piranhas, passando por Traipu, Belo Monte e Pão de Açúcar. De olho na demanda, que ficará mais aquecida com os novos empreendimentos hoteleiros previstos no litoral norte e sul, nosso estado ganhará um novo aeroporto, em Maragogi, e o de Penedo será reformado e ampliado.

Vamos ajudar, aqui de Brasília, esse e outros projetos com recursos federais, assim como fizemos na reforma do Aeroporto

Internacional Zumbi dos Palmares, em Maceió. Este moderno aeroporto foi inaugurado pelo Presidente Lula, há dois anos, no dia 16 de setembro de 2006.

Para incrementar o turismo, é preciso promover também o fortalecimento dos transportes aéreo e rodoviário, além de qualificar a mão-de-obra e criar condições para a atração de investimentos.

Temos ainda, Presidente Marco Maciel, de criar medidas de incentivo para que o brasileiro viaje mais, em função da concorrência enfrentada em relação ao turismo internacional. Com o dólar ainda em baixa, as pessoas preferem, por enquanto, viajar para o exterior, aproveitando até mesmo as condições de financiamento oferecidas para a compra de passagens internacionais.

Precisamos de medidas de incentivo ao turismo doméstico, além do Programa Viaje Mais Melhor Idade, lançado pelo Governo Federal, e do novo Prodetur Brasil, que deve levar em consideração as diferentes condições de cada estado na infraestrutura e gestão.

Nesse sentido, Srs. Senadores, a Lei Geral do Turismo, sancionada pelo Presidente Lula há poucos dias, é o marco regulatório que faltava ao turismo. Num momento em que nos preparamos para receber milhões de torcedores para a Copa de 2014 e, possivelmente estamos pedindo a Deus que isto aconteça, nas Olimpíadas de 2016, para tudo isso também a nova lei é fundamental. Ela garantirá segurança jurídica aos investimentos privados que serão feitos no Brasil para a realização desses acontecimentos. Eventos desse porte são de fundamental importância não apenas para o turismo, mas para a economia, para o esporte e para a própria sociedade brasileira. É uma oportunidade rara que teremos para projetar uma imagem melhor do nosso País no cenário internacional.

A Lei do Turismo prevê suporte financeiro para as empresas por meio de linhas de crédito concedidas pelos bancos e agências de desenvolvimento oficiais e pelo Fundo Geral de Turismo. Ela define ainda que todos os meios de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas e empresas que oferecem serviços de organização de eventos devem estar cadastrados no Ministério,

tendo para isso que apresentar documentação provando estar de acordo com os requisitos de cada área.

O objetivo, Presidente, é unificar a legislação do turismo no País. Atualmente, estados e municípios têm regras próprias e algumas vezes conflitantes sobre o funcionamento dos serviços turísticos.

Entre os objetivos da Lei Geral do Turismo estão o aumento dos fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos turistas nacionais e estrangeiros no País e o estímulo à prática do turismo sustentável, em especial do ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura e turismo de pesca.

O mais importante é que a lei seja de fato um marco regulatório uma vez que o setor não conta com um referencial. Isso diz respeito, principalmente, ao setor executivo, que passa a contar com um instrumento normativo que define, com clareza, o seu papel de forma mais efetiva.

Temos na Câmara dos Deputados também um projeto elaborado em parceria entre a Deputada Lídice da Mata e o Deputado Otávio Leite que trata do turismo como produto de exportação e que não está incluído no texto da Lei Geral do Turismo. É fundamental, Presidente Marco Maciel, Sr^{as} e Srs. Senadores, avançar o debate no Senado e na Câmara sobre as grandes linhas reguladoras da atividade turística no nosso País.

O Brasil não pode desperdiçar essa importante e poderosa alavanca para o desenvolvimento econômico e social, que é a indústria do turismo. É ela que vai promover a imagem do nosso povo, do nosso estado, do nosso País e gerar mais emprego e renda, principalmente no Nordeste, essa região abençoada por Deus e privilegiada pela própria natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Sr. Presidente Renan Calheiros, gostaria de cumprimentá-lo pelas palavras que acaba de proferir sobre a importância do turismo, e, de modo especial, sobre as observações que oportunamente fez com relação ao turismo no Nordeste, nossa região. V. Ex^a lembrou al-

gumas providências que estão sendo tomadas na busca de melhorar o desempenho da região no tocante ao turismo. Fez menção especificamente à praia de Maragogi, limítrofe com o Estado de Pernambuco. Compartilhamos, assim, de um litoral muito apreciado por turistas não somente nacionais, mas também estrangeiros.

Acredito que, com as providências que V. Ex^a reclama e, junto ao Governo, tem obtido uma série de conquistas que produzirão um efeito positivo na economia nordestina, que tem excelente vocação para o turismo, como salientou V. Ex^a. Estou certo de que as cobranças feitas por V. Ex^a junto ao Executivo serão atendidas, contribuindo, assim, para que o Brasil possa ocupar o espaço a que está vocacionado para o nosso continuado projeto de desenvolvimento sustentado não apenas em variáveis econômicas, mas também na diversidade, na biodiversidade brasileira, uma das maiores do mundo, senão a mais expressiva do Planeta.

Cumprimentos, portanto, a V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL

Sessão de 30-9-2008.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Convido o nobre Senador Renan Calheiros a fazer uso da palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL.) – Sr. Presidente, Senador Gim Argello; Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, mesmo sabendo que estamos na reta final da campanha eleitoral, é muito importante ocuparmos esta tribuna para defendermos nossos pontos de vista, especialmente agora, quando nos vemos diante de um problema que a todos angustia.

Desde o *crack* da Bolsa norte-americana, em 1929, o mundo não via crise tão intensa. O medo tomou conta dos mercados financeiros de todo o mundo.

O turbilhão econômico, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começou no sistema hipotecário imobiliário dos Estados Unidos e atingiu em cheio os mercados de crédito, que ficaram quase totalmente caóticos.

A rejeição ao pacote do governo Bush de socorro aos mercados derrubou as Bolsas e revelou um fracasso de liderança política de dimensões quase tão grandes quanto a crise econômica.

Mas essa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Telespectadores da TV Senado, não foi a primeira medida econômica analisada pelo Congresso dos Estados Unidos. Os congressistas norte-americanos já tinham aprovado dois pacotes, um em janeiro e outro em julho, que totalizaram mais de US\$300 bilhões. Não foi suficiente!

Sr. Presidente, ontem, o índice Dow Jones da Bolsa de Nova York recuou 6,98% e teve a pior queda de sua história, em pontos, num único dia. No Brasil, a baixa foi de 9,36% na Bovespa, após a Bolsa desabar 10,16% e acionar o sistema que interrompe os negócios por meia hora.

A iminência da quebradeira de bancos e companhias de seguros na América do Norte acendeu a luz vermelha em todos os países. Houve fortes repercussões na União Européia, na Ásia, na África e nas Américas. E os reflexos da crise já estão, infelizmente, chegando ao Brasil. Com que intensidade e de que maneira, depende muito dos mecanismos que teremos à mão para enfrentá-la. E da disposição das sociedade, do setor produtivo, dos trabalhadores, de nossas instituições de responder à altura, preservando as bases da economia.

Diante disso, o Presidente Lula fez um dos discursos de maior repercussão internacional dos últimos anos, ao falar na ONU, em Nova York, no dia 23 de setembro. Ele disse, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ouvintes da Rádio Senado, Srs. Telespectadores da TV Senado, que a ausência de regras favorece os aventureiros e oportunistas, em prejuízo das verdadeiras empresas e dos trabalhadores. O Presidente lamentou, citando o emérito Celso Furtado, que os lucros dos especuladores sejam sempre privatizados e suas perdas, invariavelmente socializadas.

Nesta última segunda-feira, em seu programa semanal Café com o Presidente, Lula garantiu que o nosso mercado interno poderá sustentar grande parte da economia.

Agora, perante a catástrofe iminente, aqueles mesmos que reclamavam, há poucos meses, menos Estado, mais privatizações, recorrem agora aos governos, com total desfaçatez.

Como de costume, Sr. Presidente, são os menos favorecidos os que mais sofrem. Porque os gestores da crise os responsáveis pelo problema dificilmente serão punidos. E muitos podem, ainda, tirar proveito das grandes indenizações e reformas que estão sendo anunciadas.

Por isso, mais uma vez, o Presidente Lula demonstrou enorme bom senso, ao propor que bancos centrais de todo o mundo se

reúnam na Basileia, a sede do Banco de Compensações Internacionais, na Suíça, para adotar medidas globais.

Enquanto isso, aqui no Brasil, nosso Estado – acionado, acertadamente, para ajudar a superar as mazelas sociais com políticas de reparação e compensação pode não suportar tamanho esforço, em meio à crise. É preciso fortalecê-lo, sem dúvida alguma, é preciso blindá-lo.

De qualquer forma, Sr. Presidente, o sistema puramente liberal entrou em ruptura.

É necessário repensar o capitalismo, passando da fase especulativa financeira dos paraísos fiscais, de uma economia de cassino para um capitalismo ético, primordialmente social e respeitador do ambiente.

É possível tal mudança? É possível. Mais, Sr. Presidente, acho que é inevitável. Como escreveu o economista Joseph Stiglitz, prêmio de Economia e ex-Presidente do Banco Mundial, é preciso que os dirigentes políticos do Ocidente tenham a coragem de revisar seus dogmas ideológicos.

Já o Presidente e Senador José Sarney, como de costume, um estadista atento às turbulências internacionais, veio aqui, Presidente Gim Argello, à tribuna do Senado Federal, há poucos dias, chamar a atenção para a crise. E questionou oportunamente:

“Como é que um país, que é líder no mundo inteiro, cometeu a imprudência de não fiscalizar, não regular as entidades financeiras, de tal maneira que o sistema bancário norte-americano traz grandes apreensões para a economia daquele país?”

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Telespectadores da TV Senado, Srs. Ouvintes da Rádio Senado, infelizmente, já começamos a sentir os primeiros reflexos da crise aqui no Brasil.

Houve aumento nos preços das mercadorias que recebemos de fora e houve freio na venda dos produtos brasileiros para o exterior. O dólar, Sr. Presidente, se valorizou frente ao real, o que deve trazer, sem dúvida nenhuma, reflexos também para o setor rural.

Mas, com a predominância da agricultura e da bioenergia na economia regional, os investimentos não podem ser suspensos!

A agroindústria é uma realidade no mundo. Pode ter momentos de tensão, mas ela, tenho certeza, não será afetada, pois nossa produção está bem desenvolvida, está com total produtividade.

O crescimento da bioenergia, outro setor predominante, também é irreversível. O mundo busca alternativas, e temos um dos maiores programas de energia limpa e renovável. Basta ver Alagoas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que é o primeiro produtor de cana-de-açúcar do Nordeste e o segundo do País.

A construção civil também não deve ser atingida. Somos autossuficientes na produção interna, e, mesmo que os preços do ferro, aço e cimento se elevem no exterior, haverá pouca interferência, acredito.

É preciso, Sr. Presidente, tomar conta também do elo mais frágil das relações produtivas, que é o consumidor. É ele o primeiro a sentir os reflexos em alguns setores da economia. Produtos importados já custam hoje até o dobro do que custavam há um mês. E as importadoras já avisam aos varejistas que novos reajustes virão.

Com o aumento dos preços, as vendas devem sofrer mudanças também. Além da perfumaria, equipamentos de informática já custam 8% a mais do que há 15 dias. As encomendas estão sendo feitas no mesmo dia das compras, para que as empresas não percam com a cotação do dólar.

Por incrível que pareça, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a queda nos preços dos alimentos e nos derivados do petróleo são algumas das conseqüências positivas da crise para o Brasil.

De acordo com o diretor da Fiesp, César Tonheiro, a crise não tem apenas aspectos negativos. O especulador que ganha muito sem trabalhar está também vivendo o seu sufoco.

Um estímulo à produção interna também deve acontecer por conta do encarecimento dos produtos estrangeiros. O grande problema é que vários setores ainda não estão preparados para atender esse mercado.

Por isso, Srs. Senadores, pode haver queda no crescimento do País, afirmam os pessimistas. Eu, como integro o time dos otimistas, confio no Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles,

nos Ministros Guido Mantega, Paulo Bernardo, Dilma Rousseff e em toda a equipe ministerial. Eles saberão, tenho absoluta certeza, cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Presidente Lula e livrar o Brasil dessa crise mundial. Nosso País é uma alternativa na questão de segurança nos investimentos. Nossa credibilidade é o nosso grande trunfo.

Hoje temos reservas de US\$200 bilhões. Setores da imprensa especializada internacional afirmam que o Brasil está sólido e preparado para enfrentar uma turbulência internacional.

De acordo com a própria ONU, o investimento externo no Brasil cresceu 83,7% em 2007. Nosso País, Sr. Presidente Adelmir Santana, liderou a atração de dinheiro estrangeiro entre as economias latinas e recebeu US\$34,6 bilhões no ano passado. Em outra frente, o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, prevê que os investimentos deverão totalizar R\$2,36 trilhões entre 2008 e 2011. Para ele, Sr. Presidente, nosso mercado pujante é um ativo no crescimento.

De sua parte, o Banco Central está fazendo o dever de casa. Na última sexta-feira, anunciou duas mudanças nos depósitos compulsórios das instituições financeiras que vão liberar mais de R\$13 bilhões na economia. A decisão é extremamente oportuna, porque a restrição de crédito no sistema mundial é uma das principais características da atual crise.

Como disse o competente empresário Benjamin Steinbruch, Diretor-Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, temos de nos antecipar à crise e optar pelo estímulo a setores da construção civil, energia e infraestrutura, para que sejam porta-estandartes da nova fase.

Os líderes internacionais, Sr. Presidente, sem dúvida, têm de assumir papéis mais pró-ativos e afirmativos também, sem hesitações. Não podemos nos permitir o fracasso. É uma luta que não podemos perder, porque a crise gera mais fome, cria instabilidade, e devemos reagir todos juntos e agora.

É urgente um plano de ação global que envolva todas as nações pobres e ricas, desenvolvidas ou não, porque há bilhões de pessoas à espera de uma resposta.

Por isso, eu conclamo mais: eu desafio os dirigentes mundiais a assumirem um compromisso aberto de luta contra a crise, em parceria com as organizações e a sociedade civil de todos os países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Senador Renan Calheiros, parabenizo V. Ex^a pelo oportuno pronunciamento. Antes da chegada de V. Ex^a a este plenário, também fizemos um pronunciamento nessa mesma direção. Entendemos a responsabilidade por que passam os países envolvidos com essa crise, que abusaram da questão creditícia. E nós, apesar das reservas, temos essa apreensão por que não sabemos a dimensão dela. Na verdade, fala-se que o pacote é de US\$700 bilhões, mas já existem alguns analistas que estão formulando que isso pode ser muito maior. É o famoso crédito podre, e não se sabe a dimensão disso. Associo-me ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a, Sr. Presidente. Por isso, defendi a necessidade de tratarmos desse assunto para trocarmos experiências e informações e para envolvermos o Senado numa questão que é fundamental para a sobrevivência da economia e para o crescimento deste País.

Muito obrigado.

VITÓRIAS DO PMDB EM ALAGOAS

Sessão de 6-10-2008.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tem a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, a força de um partido é a sua própria representação política. Ela pode ser medida, em boa parte, pelo número de vereadores e prefeitos que possui.

O PMDB, como todos sabem, foi o campeão de voto no primeiro turno destas eleições. Foram mais de 1.200 Prefeitos eleitos. Em 2004, Sr. Presidente, nosso Partido elegeu 1.054. Esse grande número de prefeituras é o capital político do Partido, junto com a força de suas bancadas na Câmara e no Senado e de seus sete governadores.

O PSDB ficou em segundo lugar, com 784 prefeitos; em terceiro, o Partido Progressista, com 548 prefeitos eleitos; o PT, Sr. Presidente, conquistou 547 prefeituras, e o Democratas, 496.

E mais, Sr. Presidente, o PMDB quadruplicou o número de prefeituras nos colégios eleitorais com mais de 200 mil eleitores.

Nosso Partido é também o que mais terá candidatos no segundo turno das capitais: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Florianópolis. E reelegeu dois prefeitos em primeiro turno: Goiânia, Iris Rezende, ex-Governador, ex-Senador, querido amigo; e, em Campo Grande, Nelsinho Trad.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as eleições municipais foram tão importantes para o PMDB. Esses resultados se devem, em grande parte, ao trabalho da direção do Partido. Aproveito o

ensajo para cumprimentar a todos, na pessoa de nosso presidente, Deputado Michel Temer.

O PMDB demonstrou que tem capilaridade, uma militância organizada, com participação nos movimentos sociais, nos sindicatos, na juventude, nas mulheres. Possuímos uma tradição municipalista de fortalecimento das prefeituras, que perderam muito da autonomia conquistada em 1988 com a Constituição Federal. Vamos, Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, ajudar a reconstruí-la.

Neste dia, quando o mundo político costuma se debruçar na análise das eleições municipais e em suas repercussões para o futuro, o nosso Partido está em festa. Confirmamos, mais uma vez, nossa hegemonia nacional.

Como se verá a seguir, neste pronunciamento, o PMDB é a cara do povo brasileiro. E, ainda, Sr. Presidente, são do PMDB as credenciais para ditar os rumos das grandes decisões nacionais. Os resultados eleitorais mostram que nosso Partido é um grande patrimônio da sociedade brasileira, que tem o dever de responder às suas expectativas. Esse PMDB, que saiu vitorioso das urnas, como a maior força capilar da estrutura partidária do País, será ainda mais forte se continuar unido, respeitando as suas tradições, e se atualizar, Sr. Presidente.

A realidade de hoje exige nova visão histórica para trabalhar na direção de um projeto nacional afinado com os interesses populares. O País quer mais reformas, emprego, saúde, educação, segurança pública, habitação e lazer. Estamos caminhando, sem dúvida nenhuma, nessa direção. E o PMDB tem sua parcela de responsabilidade nesse período, ao integrar a coalizão de Governo do Presidente Lula. Para evoluir e avançar, precisamos moldar o ideário, as doutrinas e o estatuto do Partido cada vez mais a essas necessidades.

Outro desejo da sociedade, das instituições e dos homens de bem é uma ampla e profunda reforma político-partidária. Como Líder e como Presidente do Senado Federal, participei de dezenas de reuniões com senadores e deputados federais, para encontrar meios de fazer a reforma andar.

Não é fácil. Todos nós sabemos. Alguns obstáculos foram colocados aqui hoje, inclusive, desta tribuna. Desde já, eu quero aproveitar também a oportunidade e faço um apelo às Lideranças, aos Presidentes Garibaldi Alves Filho e Arlindo Chinaglia para que retomemos imediatamente a votação da reforma política e também da reforma tributária ainda neste semestre.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os resultados das últimas eleições me oferecem todos os motivos para ser otimista com o futuro do PMDB. Nesse contexto, as eleições municipais ganham enorme relevância. Basta lembrar: foi dos nossos quadros que saiu a mudança que restabeleceu as eleições para prefeito das capitais. Quase já não se lembra mais da Emenda Mauro Benevides, de autoria do colega Senador Mauro Benevides, ex-Presidente desta Casa, no Governo José Sarney.

O desempenho do PMDB no Nordeste vem evoluindo a cada pleito. Hoje, o Partido está mais capilarizado, embora tenha avançado nos grandes centros urbanos também. Cada vez mais, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, chegamos perto das nossas bases, de nossa verdadeira representação.

As relações do PMDB com o PT no Nordeste e em todo o País se tornaram menos conflituosas. Não há dúvida de que o principal aliado petista nesta eleição foi o PMDB, seguido pelo PSB, PDT e PCdoB, entre outras legendas. Agora, onde houver segundo turno, o PMDB novamente estará presente em coligações e apoios informais em todo o País. O poder de influência e a amplitude do Partido provocam situações tão inusitadas quanto impressionantes.

Com exceção do atual Chefe do País, todos os Presidentes da República eleitos a partir de 1985 tiveram histórico de filiação ao PMDB: Tancredo Neves, José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

O PMDB de Alagoas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi um dos que mais saíram fortalecidos desta eleição. Nosso estado, modesto no tamanho, mas gigante em sua expressão, tem o eleitorado de mais de 1,8 milhão de pessoas. E o PDMB alagoano

está organizado em praticamente todos os diretórios municipais do estado. É a maior legenda e não para de crescer.

Nas últimas eleições municipais de 2004, obteve o maior número de votos, além de ter feito o maior número de prefeitos. Nessas eleições, teve 19 candidatos à reeleição. Alguns, Sr. Presidente, como Luciano Barbosa e Renan Filho, foram verdadeiros fenômenos eleitorais. O Prefeito Luciano Barbosa é o campeão de votos no País. Obteve mais de 91% dos votos em Arapiraca, o segundo colégio eleitoral do estado, numa gestão modelo para Alagoas e para o País. E o Prefeito Renan Filho alcançou 70% da preferência do eleitorado de Murici. Eles simbolizam a permanente reoxigenação de nossos quadros e são, Sr. Presidente Romeu Tuma, exemplos de dinâmica e eficiência na máquina administrativa.

Outro quadro que surpreende é o Vice-Governador do Estado de Alagoas e médico cardiologista renomado José Wanderley. Sua sensibilidade social está estampada nas duas frentes em que trabalha seja com o bisturi ou com a caneta na mão.

Também os filhos ilustres de nossa terra, mesmo integrando outras legendas em outros Estados da Federação, estão ajudando a projetar a imagem positiva de Alagoas pelo País. É o caso, Senador Romeu Tuma, dos Deputados Renildo Calheiros e Aldo Rebelo.

Renildo é o novo Prefeito de Olinda, com quase 57% dos votos. Olinda é um importante pólo turístico do Nordeste e uma bela cidade de Pernambuco. A vitória foi animadora para o Partido, como eu dizia, em diversos municípios alagoanos.

O PMDB do nosso estado é um dos partidos que obtiveram maior número de prefeituras. E das 102 cidades de Alagoas, Sr. Presidente, perdemos, com os partidos coligados, em apenas 16.

Fiz questão de ir pessoalmente, durante esta campanha, a mais de 80 eventos eleitorais em diferentes municípios, e alcançamos a vitória em quase 86% dessas cidades. Nos 10 maiores municípios, ganhamos em oito.

Vencemos em Arapiraca, em União dos Palmares, Delmiro Gouveia, Porto Calvo, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema,

Coruripe, São Miguel dos Campos, Teotônio Vilela, em Marechal Deodoro, a primeira capital do estado, onde se elegeu o Deputado Federal, integrante da nossa bancada, Deputado Cristiano Mateus, dentre outros. Elegemos também Prefeitos em Campo Alegre, Porto Real do Colégio, Major Isidoro, Batalha, Olho D'Água das Flores, e por aí vai.

Ao Prefeito reeleito de Maceió, Cícero Almeida, nossos votos de boa sorte em sua segunda gestão. Maceió, independentemente da questão partidária, contará sempre com o meu apoio, com o meu trabalho e com a minha mais absoluta dedicação.

Aos que disputaram com o Prefeito Cícero Almeida, como Solange Jurema e Judson Cabral, meu abraço sinceramente solidário. Trabalhamos duro para que nosso partido e os partidos coligados continuem evoluindo em Alagoas.

Percorri, Sr. Presidente, centenas de quilômetros durante a campanha para levar a mensagem do PMDB e dos partidos coligados ao povo alagoano. Sinal deste nosso empenho é o que se pode ver hoje no nosso estado. Os programas sociais do Governo Federal estão por toda parte, levando emprego, renda e prosperidade a um povo humilde e sofrido. Basta citar o Bolsa Família, Sr. Presidente Romeu Tuma, que eu tive a honra e a satisfação de relatar aqui, no Senado Federal, e o PAC, que levou Alagoas a ser um dos estados do Brasil proporcionalmente mais beneficiados com verbas federais.

Isso é o que eu, modestamente, e a bancada federal, composta por mim e por mais quatro deputados federais, quatro em nove deputados federais, podemos oferecer ao nosso povo.

A você, alagoano e alagoana, vai aqui todo o nosso agradecimento. Foi você, que está nos assistindo e ouvindo neste momento, que deu ao PMDB e aos partidos coligados tamanha força, essa grande expressão. Em resposta a essa demonstração de carinho, vamos intensificar nossa luta aqui, em Brasília, para levar, cada vez mais, desenvolvimento, emprego e justiça social a todos, sem exceção, inclusive a quem não votou no PMDB e nos partidos coligados. Todos vão continuar recebendo, não tenham

dúvida nenhuma, a mesma consideração e respeito que merecem.

Era, Sr. Presidente, por hoje, o registro que gostaria de fazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a pelas vitórias descritas e principalmente seu filho. Que ele tenha sucesso e as bênçãos de Deus.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a.

CONSEQUÊNCIAS DA CRISE NO BRASIL

Sessão de 7-10-2008.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, eu queria, antes de qualquer coisa, cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pelo importante pronunciamento que, mais uma vez, fez desta tribuna do Senado Federal. É muito importante, importante mesmo, que nós conversemos. É fundamental tornarmos o Brasil menos vulnerável às crises, a qualquer crise. O Senador Cristovam tem absoluta razão.

Os anos 90, Sr. Presidente, foram de grande prosperidade para os Estados Unidos, a mais forte economia do mundo. Eles pisaram fundo no acelerador da expansão monetária, aumentando a quantidade de dinheiro em até 15% ao ano.

Essa orgia de dinheiro barato desencadeou os investimentos de longo prazo insustentáveis, bem como jogou gasolina nas brasas das especulações desenfreadas.

As ações foram à estratosfera.

Mas a expansão monetária não podia durar para sempre, sob pena de a inflação destruir a economia. Veio a corrente epidemia de fraudes contábeis em grandes empresas e em grandes bancos também. Daí para a bancarrota foi um pulo!

Com sua política belicista, o Governo Bush elevou dramaticamente os gastos públicos americanos, o que gerou déficit, que

tem de ser financiado via inflação ou endividamento. E a dívida pública americana não é pequena. Depois do pacote de US\$700 bilhões, passou dos US\$11 trilhões. Até 2008, em quase oito anos de mandato do Governo Bush, essa dívida apresentou incremento real de 33%.

E isso tudo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, está começando a ter conseqüências aqui dentro por razões muito mais especulativas que reais.

Se a segunda-feira vai entrar para a história da Bolsa de Valores de São Paulo, esta terça-feira está sendo dominada por um cenário menos catastrófico do que se viu no pregão de ontem.

Não vamos permitir que o pânico vire sistêmico e que a especulação seja permanente. É como se o mercado sofresse um distúrbio bipolar: qualquer notícia de que vai haver socorro causa euforia e qualquer outra meia notícia ruim causa uma depressão exagerada e tudo se derruba.

A crise financeira mundial esteve na pauta das reuniões do Governo neste início de semana. Na reunião do Conselho Político com o Presidente Lula, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, fizeram uma explanação sobre a crise e seus impactos na economia brasileira. Também discutiram, Sr. Presidente, medidas que o Governo tomará para se resguardar das turbulências e os projetos prioritários na agenda de votação do Congresso Nacional.

É aqui, Sr. Presidente, que deve ser o palco de debates e ações para ajudar a encontrar saídas para a crise. Mais uma vez, reafirmo que o Senador Cristovam Buarque tem absoluta razão: é aqui que vamos ter que aprofundar o debate sobre esta crise, sobre todas as crises.

Não tenham dúvida: o Senado Federal vai apoiar as medidas, anunciadas e deixar as turbulências no plano das ameaças.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que a Oposição não trabalhará contra o País. E a Base Aliada está consciente das suas responsabilidades neste momento, assim como Republicanos e Democratas estão agora fazendo nos Estados Unidos. Os partidos

estão convencidos de que é preciso deixar as divergências de lado para colaborar nesse esforço.

O PMDB, que sempre foi a principal força de sustentação política do País, cumprirá o seu papel.

O Presidente Lula tem liderança política, sensibilidade social e instrumentos suficientes à mão para responder aos ataques especulativos.

Ontem, nos pronunciamentos em plenário, muito se falou da ação necessária e da reforma política. Há pouco eu falava com o Líder da nossa Bancada, Valdir Raupp, sobre o fantástico desempenho do PMDB. Mas, além dessa reforma, é imprescindível chegarmos também a um consenso sobre a reforma tributária. É ela que deverá garantir ao estado uma arrecadação equilibrada; e ao setor produtivo e à sociedade, maior justiça fiscal.

Ontem, Sr. Presidente, num gesto preventivo, o Governo anunciou que vai utilizar parte do dinheiro das reservas internacionais, que somam US\$207 bilhões, para garantir crédito aos exportadores brasileiros e ajudar a diminuir a pressão sobre o câmbio.

Além disso, o Presidente Lula assinou medida provisória que autoriza o Banco Central a comprar carteira de crédito de bancos comerciais. A medida serve para evitar que a crise de liquidez afete o Brasil. Todas essas ações são bem-vindas, porque a crise começa a ganhar contornos mais realistas aqui no País.

Duas montadoras já anunciaram férias coletivas para o final do ano, o que interrompe, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma trajetória positiva de vendas, que subiram 27% este ano, com um total de 2,21 milhões de unidades.

Por extensão, espera-se reflexo na área de máquinas agrícolas, setor responsável em setembro pela maior parte da geração de empregos na área automotiva.

Mas o maior temor continua sendo a inflação, que pode interromper outra trajetória positiva. Agora mesmo foi registrado um movimento de deflação entre as famílias de baixa renda, entre agosto e setembro.

Senador Cristovam, ouço rapidamente V. Ex^a, porque meu tempo já está quase esgotado.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Renan, além de agradecer sua referência, quero dizer que este seu discurso me dá ânimo, porque eu tenho visto que, no mundo inteiro, os parlamentos estão quase parando para debater apenas o assunto da crise no mundo. O nosso não pode ficar fora dessa preocupação.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Como se vê, Sr. Presidente, o Brasil não está escapando ileso dos ataques especulativos. O que fazer, então, para nos proteger? Perguntava há pouco desta tribuna o Senador Cristovam Buarque.

Já debati algumas alternativas aqui em pronunciamento da semana passada. Creio que uma das prioridades, neste momento, deve ser a de manter a todo custo a valorização de nossas *commodities*. Principal produto de exportação do Brasil, as *commodities* metálicas e agrícolas estão por trás dos recordes da balança comercial nos últimos anos.

Impulsionadas pela crescente demanda mundial, cujo vértice é a China, as matérias-primas viram seus preços saltarem e compensarem parte da desvalorização do dólar frente ao real. Neste ano, por exemplo, a Vale do Rio Doce, maior produtora de minério de ferro do mundo, já anunciou reajuste de até 70%.

Felizmente, Sr. Presidente, aqui no Brasil, embora o País tenha crescido menos do que a média mundial nos últimos anos, houve melhoras macroeconômicas. Possuímos, como disse, reservas confortáveis, praticamente zeramos a dívida interna atrelada ao dólar e produzimos fortes superávits comerciais.

Mas nada disso, em face da atual turbulência, seguiu a moeda norte-americana, que chegou a ter a maior alta em nove anos e já bate às portas de R\$2,30.

Temos, é verdade, alguns problemas. Há um espaço mínimo para cortar gastos, V. Ex^a ontem falou sobre este assunto da tribuna do Senado Federal, caso a arrecadação, evidentemente, caia. E a carga tributária já passou do nível tolerável pela população e pelo setor produtivo. Além disso, a curva descendente de juros foi interrompida e dificilmente retomará fôlego nas próximas sema-

nas. Uma das dificuldades é que 16% das nossas exportações vão para os Estados Unidos, que estão à beira da recessão.

A economia, Sr. Presidente, é como uma locomotiva: difícil de pôr em movimento, mas quando ela anda, é difícil de desacelerar. Se caiu uma ponte lá na frente, podemos diminuir o seu ritmo, sem deixá-la parar completamente.

Eu fiz esse raciocínio porque as vendas no final do ano serão um termômetro de avaliação da demanda e, conseqüentemente, da confiança das empresas para investir aqui no Brasil. O papel do Governo e dos órgãos reguladores é criar condições para que isso aconteça, sem elevar demasiadamente os juros.

Eu queria, Sr. Presidente, a partir de amanhã, dar continuidade a esta discussão no Senado com V. Ex^a e com todos os senadores, independentemente de partido.

Senador José Agripino, um dos Líderes da Oposição, é fundamental o engajamento de todos para que tenhamos soluções e para que o Brasil fique menos vulnerável a todo tipo de coisa que se apresenta hoje na economia mundial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros. Meus cumprimentos pela oportunidade do seu pronunciamento.

REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

Sessão de 9-10-2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quis Deus me permitir também convidar, para usar da palavra, o Senador Renan Calheiros, que traduz a grandeza do PMDB. Quando eu vejo V. Ex^a, eu revivo aquele poema *Canção do Tamoio*, de Gonçalves Dias:

“(…) A vida é combate, que aos fracos abate, que os fortes, os bravos só pode exaltar”.

V. Ex^a, esse forte e bravo Líder do PMDB. E manifesto isso com gratidão, porque V. Ex^a foi Ministro da Justiça deste País, e eu era Governador do Estado do Piauí. Nenhum ministro da Justiça contribuiu tanto para o Piauí. Nós conseguimos combater o crime organizado e V. Ex^a doou, pela sua obstinação, o melhor sistema penitenciário do Brasil, que foi construído no nosso Governo, quando V. Ex^a era Ministro da Justiça.

A gratidão do povo do Piauí foi expressada quando coloquei no seu peito a maior comenda, a Grã-Cruz Renascença do Estado do Piauí, traduzindo a gratidão do meu povo.

V. Ex^a regimentalmente tem cinco minutos, mas pode usar o tempo que achar conveniente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço, Senador Mão Santa, as gentis palavras de V. Ex^a. Agradeço muito mesmo.

Quero cumprimentar também esse querido amigo, Senador Neuto de Conto, que faz aqui um brilhante relato das eleições no seu estado, no País, sobretudo do desempenho do PMDB.

A história do voto no Brasil, Sr. Presidente, começou 32 anos após Cabral ter desembarcado no País. Foi no dia 23 de janeiro de 1532, que os moradores da primeira vila fundada na colônia portuguesa – São Vicente, em São Paulo – foram às urnas para eleger o Conselho Municipal.

Quatrocentos anos depois, outro passo importante da democracia: as mulheres brasileiras conseguem o direito do sufrágio. E, um ano depois, na Constituinte de 1933, votam pela primeira vez.

Mesmo assim, Senador Tião Viana, a conquista não foi completa. O Código Eleitoral de 1932, permitia apenas que mulheres casadas, com autorização do marido, viúvas e solteiras, com rendas próprias, pudessem votar.

De lá para cá, nosso sistema eleitoral desaguou numa democracia representativa que pode não ser perfeita, mas é sem dúvida nenhuma a melhor.

Nossa República evoluiu com a sociedade, nasceu sem povo, mas passou aos poucos a incorporá-lo.

Primeiro, vieram as classes rurais, depois, as urbanas, passando pelos liberais e chegando a um ponto, Sr. Presidente Mão Santa, em que foram incorporados mesmo os trabalhadores, os operários, em sua maior expressão.

O Presidente Lula tem raízes profundas no povo brasileiro e na classe trabalhadora também. Ele conhece de perto as dificuldades do dia-a-dia dos cidadãos, principalmente os menos favorecidos, e sabe, como ninguém, que a evolução de nossa democracia depende do sistema político-partidário, hoje, infelizmente, anacrônico e ultrapassado.

Como disse o Senador José Sarney, um dos homens públicos mais experientes deste País, ex-Presidente da República e ex-Presidente do Senado Federal: “Nos momentos de crise, exacerbam-se virtudes e defeitos dos homens e dos sistemas, porque não são somente os homens que agem e que transformam, mas também os sistemas políticos, os instrumentos que são desenvolvidos para criar e operar o Estado”.

Ciente disso, Senador Tião Viana, a sociedade brasileira cobra o aperfeiçoamento de nossas instituições políticas. E jamais

alcançaremos esse objetivo se não realizarmos uma imediata, ampla e profunda reforma político-partidária.

Ela é imprescindível para o País e pode ser naturalmente compatibilizada com quaisquer outras votações que aconteçam no Congresso Nacional.

Essa é a verdadeira caixa de ressonância nacional. Por isso, a sociedade, o próprio Executivo, o Judiciário e o Legislativo têm de ser sensíveis ao desejo de mudanças.

Durante muito tempo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, sugeri, em diversas oportunidades, aqui mesmo desta tribuna do Senado Federal, uma participação maior do Governo neste tema, que, na verdade, não é do Governo; é um tema do Parlamento.

No modelo de presidencialismo de coalizão, o papel do Executivo é dar um norte à agenda legislativa. E, felizmente, é o que continua acontecendo no nosso País. Recentemente, o Governo Federal, por meio da Secretaria de Relações Institucionais e do Ministério da Justiça, apresentou ao Congresso Nacional sugestões para a reforma política.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por falar em reforma política, quero destacar aqui o espírito público ativo do Ministro José Múcio, que sempre esteve atento à necessidade de mudanças em nosso sistema político-partidário.

No documento foram elencados seis pontos: fidelidade partidária, lista fechada de candidatos, financiamento público de campanha, inelegibilidade, fim das coligações proporcionais e cláusula de barreira, também conhecida como cláusula de desempenho.

Os cinco primeiros pontos estão sendo encaminhados à Câmara dos Deputados em forma de projeto de lei; e o sexto ponto, por meio de emenda à Constituição.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, é uma iniciativa extremamente louvável, ainda que com o caráter contributivo de que foi revestida. O objetivo é, sem dúvida, estimular o debate e fomentar as mudanças, logo após o fim das eleições.

Esse é um assunto que acompanho, desde que iniciei a minha atividade parlamentar. Como Líder e como Presidente do Senado Federal, participei de várias reuniões com senadores e deputados

para encontrar meios de fazer a reforma andar. Não é fácil, Sr. Presidente. Sempre nos deparamos com os mesmos problemas. É sempre muito difícil o Parlamento mudar as regras sob as quais se elegeu. É preciso muita conversa, é preciso buscar convergências, para concretizar este grande objetivo: fazer esta reforma que deveria ser a primeira de todas.

Como dizia, é natural debater incansavelmente um assunto polêmico, que, feita a reforma política, modificará drasticamente a ordem político-partidária do País.

Os passos que demos no Congresso Nacional nos últimos anos podem não ter sido nem o anseio dos conservadores, muito menos o sonho dos reformadores, tampouco, a utopia dos revolucionários, mas, sem dúvida, Senador Tião Viana, constituíram sólidos avanços, cautelosos, porém, essenciais, em busca da estabilidade da nossa legislação político-partidária.

Desde as alterações instituídas pela Constituinte até a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, de 1995, foram importantes mudanças. Em 2002, depois de quatro anos de votações, o Senado concluiu os últimos pontos da reforma político-partidária. Infelizmente as circunstâncias, desde então, criaram uma série de entraves para seu trâmite na Câmara dos Deputados, mas hoje há quase um consenso de que sem a reforma, as nossas instituições correm o sério risco de cair em total descrédito. Temos de discutir e encontrar uma solução definitiva para o financiamento das campanhas eleitorais, sendo uma tendência forte, a opção pelo modelo exclusivamente público. Há naturais resistências e temores quanto à aceitação desse avanço pela opinião pública, tendo em vista, Sr. Presidente, os ônus financeiros e orçamentários dele decorrentes.

A aceitação dessa mudança, porém, implica necessariamente alterar o sistema de votação proporcional. Penso também que devemos lançar mão de um sistema misto de eleição.

Outras questões como a fidelidade partidária, por exemplo, podem ser facilmente resolvidas, tanto pela legislação ordinária quanto com medidas *interna corporis* no âmbito dos Regimentos Internos das duas Casas do Congresso Nacional. Os partidos não podem se

transformar em albergues de conveniências que eventualmente podem encobrir interesses inconfessáveis.

A pauta, como se vê, é extensa. Nesse debate, teremos obrigatoriamente de nos defrontar com a coincidência de todos os mandatos, o que elimina o alto custo de uma eleição por biênio.

Além disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é desejável reduzir o tempo de campanha e a duração do horário gratuito na televisão e no rádio. Precisamos de igualdade nos prazos de desincompatibilização e, principalmente, da possibilidade de que suplentes de senadores também sejam escolhidos pelo voto e não pela simpatia dos titulares.

Outra mudança requerida são as cláusulas de desempenho e a federação de partidos, que foram aprovadas em reformas anteriores do nosso Código Eleitoral e antecipadas pela Justiça Eleitoral, mas que também, Sr. Presidente, estão em discussão no âmbito da reforma política.

Eu gostaria de lembrar que a democracia é tão mais saudável e desenvolvida quanto maior é o respeito pelas minorias. Assim, é recomendável que adotemos a federação como uma forma de proteger partidos históricos como o Partido Comunista do Brasil, o PPS, o PSB e o PDT que representam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, minorias organizadas e que fazem um contraponto saudável às forças político-partidárias hegemônicas do nosso País.

Como se vê, o tema é vasto e complexo e precisaria ainda de várias horas de debate para que pudéssemos todos discorrer sobre ele, mas a reforma política, Sr. Presidente, deve ser considerada como base para a realização de outras reformas porque é dela que virão os pressupostos para aperfeiçoar o exercício do poder político nas diversas instâncias em que ele se apresenta.

Era, portanto, a contribuição que eu tinha a dar hoje ao Senado Federal. Tenho absoluta convicção de que esse será um tema muito forte a predominar na nossa agenda legislativa até o final deste semestre.

V. Ex^a sempre foi um destacado debatedor deste assunto e, como ninguém, sabe da necessidade de avançarmos com relação

à reforma política para que possamos ampliar a legitimidade dos parlamentos, dos mandatos e que possamos, mais do que nunca, deixar absolutamente clara e transparente a verdade do nosso processo eleitoral.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Renan Calheiros, permite-me um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Antes de encerrar, se o Senador Tião Viana me permitir, eu gostaria de incorporar com satisfação o aparte do Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento. É bom vê-lo na tribuna, defendendo as grandes teses, como essa da reforma política. Por outro lado, quero também cumprimentá-lo pela parceria que tem feito conosco para ver se buscamos definitivamente uma saída para esse famigerado fator previdenciário. V. Ex^a, e todos os senadores, o acompanharam, têm ajudado, na conversa com alguns setores, para uma solução. Por isso, faço questão de cumprimentá-lo de público por todo o pronunciamento. Entendo também, embora há poucos minutos tenha dito que seria contra uma nova Assembleia Constituinte, que de forma pontuada, na Assembleia Nacional Constituinte, podemos aprimorar o texto promulgado há 20 anos. Obrigado pela parceria em todos esses momentos e nesse momento histórico da caminhada – quem sabe? – rápida da história do fator previdenciário.

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a e incorporo com muita satisfação o seu aparte ao meu modesto pronunciamento. Desejo dizer a V. Ex^a, mais uma vez, que, com relação a essa questão inadiável do fator previdenciário, é fundamental que possamos trabalhar para unir os diferentes setores da sociedade, do Parlamento, a fim de que tenhamos, num curto espaço de tempo, a solução possível. No que eu puder modesta-

mente colaborar, V. Ex^a conte com a minha participação para que nós, juntos, trabalhando verdadeiramente, contornando dificuldades, possamos alcançar esse objetivo, que é, hoje, o do País.

Muito obrigado a V. Ex^a.

(Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Renan Calheiros, pela notável manifestação sobre a importância da reforma do sistema político brasileiro. A Presidência tem o mesmo entendimento de que esta deve ser a prioridade nº 1 da agenda do Congresso Nacional. Tenho certeza de que teremos êxito nesse desafio que a sociedade tanto nos cobra e que é justa a resposta que vamos dar, a partir de méritos como esses colocados por V. Ex^a no conteúdo da reforma.

ENFRENTAMENTO DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

Sessão de 14-10-2008.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN)
– Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria, mais uma vez, agradecer a gentileza de V. Ex^ã.

Eric Hobsbawm é considerado, Sr. Presidente, um dos maiores historiadores vivos da humanidade. Há poucos dias, numa entrevista reproduzida pelo jornal da Juventude do PMDB, o conceituado estudioso analisou o momento econômico mundial.

Para ele, a crise pode se transformar em uma grande depressão econômica nos Estados Unidos e significa o fracasso da teologia do livre mercado global descontrolado.

O estudioso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, confirma as previsões de que o capitalismo seria substituído por um sistema administrado ou planejado socialmente, ainda que certamente se tenha subestimado os elementos de mercado que sobreviveriam em algum sistema pós-capitalista.

Fiz, Sr. Presidente, essa introdução porque considero que a crise atual tem de ser analisada sob uma perspectiva histórica. São as decisões que tomarmos agora que irão definir o futuro do Brasil.

E este futuro, Sr. Presidente, sob muitos aspectos, depende das responsabilidades do Parlamento e de nossas instituições, inclusive as partidárias. O Congresso Nacional, que molda a cada dia a democracia brasileira, será mais uma vez o palco dessas decisões.

Não, Sr. Presidente, mesmo em um sistema presidencialista, não é apenas do Executivo a inteira responsabilidade pelos rumos

da Nação, como V. Ex^a bem sabe. É também nossa, de senadores, de deputados e de toda a sociedade, essa responsabilidade.

Aliás, em outros cantos do mundo, é a sociedade que clama, não é de agora, por medidas que melhorem a transparência e a supervisão do sistema financeiro.

Não tenham dúvida, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal vai fazer a sua parte. Estamos prontos para analisar as matérias que tenham implicação direta nas questões econômicas do País. O Parlamento pode ser crucial para amenizar os efeitos da crise no médio prazo.

Tudo o que o brasileiro quer, Sr. Presidente, é ver a economia crescendo, o nível de emprego e renda aumentando e a pobreza diminuindo.

Vamos debater, exaustivamente, projetos como o da Reforma Tributária e o que cria o Fundo Soberano Nacional. Além disso, Sr. Presidente Garibaldi, vamos, sim, aprovar a série de medidas para blindar a economia brasileira, além de propor mudanças e outras contribuições.

Nosso esforço diário poderá, de alguma forma, fortalecer o sistema financeiro nacional, que não pode trincar e, se depender do Senado Federal, não vai trincar.

Para isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos de buscar o entendimento em torno de matérias com os Partidos de oposição.

Nosso trabalho independe das decisões norte-americanas, do Banco Central Europeu, de instituições financeiras internacionais. O Brasil, Srs. Senadores, torce para crescer mais e precisa, para isso, de melhorias de ordem econômica.

Não se deve politizar a crise, uma vez que essa é uma questão de interesse nacional. Se houver demora, ou uma resposta inadequada, quem pagará o preço maior é o povo brasileiro. Tudo, Sr. Presidente, poderá traduzir-se em inflação, desemprego e redução do crescimento e isso, tenho certeza, ninguém quer.

Caberá ao PMDB uma função estratégica nesta cruzada. É, em boa parte, de nossa responsabilidade a manutenção da capaci-

dade de ação do Governo naquilo que é crítico, que é vital para o encaminhamento das soluções demandadas, neste momento.

Não é cabível, Sr. Presidente, que a crise nos tire a capacidade de responder, a tempo e à hora, às questões das quais depende, em última instância, o desenvolvimento econômico do País e as iniciativas destinadas à promoção do nosso desenvolvimento social.

A despeito do rugir de uma crise de grandes dimensões e ela, de fato, apresenta dimensões consideráveis, os fundamentos da economia estão sólidos. Precisamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mantê-los assim. A principal demonstração de força de nossas instituições será tratar essa crise com todos os instrumentos que nos fornecem a Constituição e as leis, sem prejudicar, com isso, a agenda nacional de desenvolvimento, seja em seus aspectos econômicos, seja em seus aspectos sociais.

O PMDB, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encara tal postura como uma demonstração, clara e firme, dos seus compromissos com o povo brasileiro. Aliás, a Base Aliada está muito consciente da gravidade do momento em que vivemos, da necessidade de dar à sociedade as respostas que forem necessárias, de fazer cumprir à plenitude o papel que cabe ao Parlamento em nosso sistema político.

Penso ainda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ser do mais legítimo interesse da Nação que o Governo possa governar, que as ações que desembaraçam os nós ainda colocados ante a perspectiva de desenvolvimento sejam desatados e que os temas que toquem diretamente o bem-estar dos brasileiros tenham espaço na agenda política nacional.

Partidos como o PMDB são a melhor alternativa de manutenção de uma maioria estável e, dentro do possível, saudável, sadia.

O PMDB, Sr. Presidente, é uma legenda com as maiores Bancadas, com o maior número de prefeitos, vereadores e governadores e com lideranças nacionais fortes. Ainda que o PMDB seja uma federação, e V. Ex^a sabe muito bem disso, é preciso reconhecer que nós desenvolvemos uma boa fórmula interna de administração de nossas diferenças e de convivência pacífica também, uma salutar convivência entre os diferentes setores do Partido.

À Oposição, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caberá uma das funções mais nobres da democracia: a contestação. A contestação é natural. Ela é legítima, Sr. Presidente. Na verdade, como significa a origem do nome em latim, cabe ao Governo pôr e à Oposição se contrapor.

Em síntese, este é o papel da Oposição: fiscalizar e controlar o poder e oferecer também visões alternativas às do Governo e isso vale para o dia-a-dia na avaliação crítica da condução das políticas públicas.

Como disse o Ministro Celso Lafer, em nosso País, dada a natureza da fragmentação partidária no Congresso Nacional, não existe uma oposição, mas oposições. E é perfeitamente possível fazer oposição ao governo sem fazer oposição ao País.

O Presidente Lula, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, é algo novo, mesmo para o Brasil, acostumado a mudanças. Ele assinala a consolidação de uma democracia de inclusão social. Exprime, nesse contexto, a ideia-força de que, em uma efetiva democracia constitucional, os contendores não são inimigos, mas apenas adversários. Estes reconhecem o direito de quem ganhou a eleição de ser governo, e cabe à situação respeitar e entender o papel das outras forças.

Mas, em uma democracia moderna, o exercício da Oposição não se dá apenas no Congresso. Ela ocorre, de maneira nem sempre saudável, em outras instâncias. É exercida, por exemplo, pela mídia, que, no mundo contemporâneo, estrutura a comunicação política e organiza a agenda da opinião pública.

O Congresso Nacional, Sr. Presidente, está no coração da história brasileira recente, direta ou indiretamente. Jamais deixou de influenciá-la e construí-la, mesmo quando fechado pela ditadura. Nem seu silêncio calou a ausência de liberdade. Berrava a arbitrariedade para o País e para o mundo, desgastava o regime, prejudicava o governo militar...

É, Sr. Presidente, Srs. Senadores, principalmente pelo Parlamento que a democracia respira. O Parlamento é o povo. Em tempos de liberdade, de democracia, ele reflete a sociedade. Tem a cara do Brasil. Boa e a ruim.

O Parlamento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esteve todo o tempo no coração da história recente, no olho do furacão do processo de mudança da sociedade. Como herói na eleição de Tancredo Neves. Como vilão na derrota das Diretas-Já, desejo do povo brasileiro. E como vítima na ditadura militar.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Parlamento exerce na plenitude o papel que lhe cabe no presidencialismo democrático: legisla, fiscaliza, equaciona, concerta normas, decisões e soluções.

E V. Ex^a, eu não posso fazer segredo disso, e aqui no Senado Federal ninguém o faz, tem sido um pilar importante para que tudo isso ocorra no Senado Federal e no Congresso Nacional. Mais do nunca, Sr. Presidente, é também um lugar privilegiado de reflexão, debate e análise das questões nacionais.

A sociedade terá papel de destaque na gestão dessa crise de proporções mundiais. Ela precisa se educar ainda mais para a vida democrática e o exercício da cidadania.

É preciso que a população conheça, e conheça verdadeiramente, o papel do Legislativo e a importância da democracia para sua vida. O prédio do Congresso Nacional é visto hoje como símbolo de crise, e não de solução.

Vamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, provar exatamente o contrário, como já fizemos tantas vezes na história do nosso País.

Agradeço a paciência de V. Ex^a. Mais uma vez, agradeço o seu gesto de gentileza e agradeço também ao Senado Federal pela paciência, já que tomo mais uma vez seu tempo.

Muito obrigado.

HOMENAGEM AO DIA DO PROFESSOR

Sessão de 15-10-2008.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN)
– Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, que falará na qualidade de Líder do PMDB.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, educar é um trabalho de grande impacto social, com repercussão direta no desenvolvimento do País. Seria impensável uma nação sem escolas, sem estudo e sem professores.

Neste 15 de outubro, é comemorado o Dia do Professor. Foi nesta data, em 1827, dia consagrado à educadora Santa Teresa D'Ávila, que Dom Pedro I baixou um decreto imperial, criando o Ensino Elementar no Brasil, mas, somente em 14 de outubro de 1963, a data foi oficializada nacionalmente como feriado escolar.

É o que diz, Sr. Presidente, a lei a respeito da atividade docente. A Constituição Federal é clara:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...)

V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos [aos das redes públicas]; (...)

Daí vem a pergunta: Como pôr em prática esses princípios ou, em outras palavras, como valorizar os profissionais de ensino?

Um salário justo, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma expectativa legítima, um plano de carreira também o é.

Mas não basta a remuneração para o desenvolvimento pleno do professor. Há necessidade de se prover o profissional de estrutura física, tecnológica e intelectual para o melhor desempenho em sala de aula.

Como item prioritário, está o investimento na formação e capacitação contínuas para o trabalho.

Essa é a recomendação internacional da Unesco, órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, desde o ano de 2000.

Aqui no Brasil, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, podemos analisar a educação sob a óptica da Síntese dos Indicadores Sociais 2008, do IBGE.

O levantamento aponta que a taxa de analfabetismo das pessoas com mais de 15 anos caiu de 14,7 para 10%. Mas persiste, Sr^{as} e Srs. Senadores, um elevado número de pessoas que não sabem ler ou escrever: mais de 14 milhões de analfabetos. Destes, nove milhões eram negros e pardos e mais da metade residia no Nordeste.

Melhorou, Sr. Presidente, nesse período, o percentual de estudantes que cursavam nível médio na idade adequada, de 15 a 17 anos, passando de 26,6% para 44,5%.

A pesquisa mostra que o alto índice de frequência à escola nem sempre se traduz em qualidade do aprendizado. Em 2007, pouco mais de 2 milhões de crianças, de 7 a 14 anos de idade, frequentavam escola e não sabiam ler e escrever.

A síntese revelou que, nesses dez anos, subiu de 53,6% para 57,1% o percentual de mulheres entre os universitários.

Em Alagoas, Sr. Presidente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, também do IBGE, detectou avanços.

Em 2007, o estado foi o que obteve a maior alta percentual no que diz respeito à taxa de escolarização entre crianças de 4 a 5 anos, pulando de 61,8% para 69,3%, com um total de 78 mil crianças na escola. Tenho acompanhado este tema com extrema atenção, aqui no Senado Federal.

Neste ano, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou, em julho passado, a lei que estabelece o Piso Nacional dos Professores. Esta, Sr. Presidente, era uma antiga bandeira das entidades representativas dos trabalhadores em educação. Sua implantação tem sofrido resistências em algumas regiões do País, porque alguns estados e municípios querem flexibilizar a interpretação da nova lei.

Sabemos que nosso País tem diferenças extremas entre as regiões mais ricas e mais pobres, mas não podemos colocar em risco uma conquista histórica e democrática como o piso salarial dos professores.

Acabamos de passar por eleições municipais. E é extremamente oportuno que vereadores e prefeitos eleitos, ou reeleitos, assumam este compromisso: um ensino público de qualidade.

É preciso a educação estar na pauta de prioridades dos municípios brasileiros. Os eleitos têm que assumir seus cargos com responsabilidade e dar um salto na educação, porque simplesmente não existe outro caminho para o Brasil.

É necessário respeitar os direitos dos educadores.

Por isso, Sr. Presidente, os eleitos devem começar a implantar o piso salarial o mais rapidamente possível e oferecer escolas com boa infraestrutura, na quais o educador tenha melhores condições de ensinar e o aluno, de aprender.

Trago, Sr. Presidente, este assunto a esta tribuna com a mesma sinceridade, com a mesma legitimidade com que o levei para todos os palanques que frequentei nas campanhas municipais.

Alagoas, o estado que tenho a honra de representar no Senado Federal, tem passado por momentos difíceis, todos sabem, como todos os estados do Nordeste. Enfrentamos uma greve de professores, e as reivindicações da categoria eram sempre muito justas. Acompanhei de perto todo o processo de negociação da luta pela isonomia salarial dos professores alagoanos e colaborei modestamente com a sua implantação.

Já em Brasília, Sr. Presidente e – já encerro –, conversei em diversas oportunidades com o Presidente da República, com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e com a Ministra Dilma Rousseff.

Aliás, por falar em Ministro da Educação, S. Ex^a revolucionou verdadeiramente o ensino no País. As reformas que ele tem implantado em todos os níveis, em todas as esferas públicas, surtem efeito a cada dia e estão expressas nos números positivos da educação nacional.

Mantivemos também contatos com os sindicatos, com os trabalhadores, com o Governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, e com o Arcebispo Metropolitano de Maceió, Dom Antônio Muniz.

Merece aqui uma homenagem especial-já estou encerrando, para facilitar o trabalho de V. Ex^a – a professora Lenilda, que foi candidata ao Governo do Estado e é um verdadeiro símbolo alagoano desta luta pela isonomia salarial dos professores.

Em nosso Estado, Sr. Presidente, felizmente, temos o que comemorar. Alagoas tem o terceiro maior piso salarial do Nordeste.

O valor do novo piso salarial nacional será de R\$950,00, passará a valer a partir de janeiro de 2009 e deverá estar completamente ajustado em todo o território nacional até 2010.

Um levantamento feito por entidades de professores mostrou que, em pelo menos 12 estados, os professores recebem menos de R\$950,00. E existem, no Brasil, mais de 5 mil pisos salariais diferentes para diversas categorias, variando entre R\$315,00 e R\$1,4 mil.

Sr. Presidente, se o Município comprovar que gastou 25% do orçamento em educação e, ainda assim, o custo não for coberto, o Governo Federal tem de entrar com um recurso complementar.

O piso será corrigido também anualmente em, no mínimo, 10%, na mesma base de cálculos do Fundeb, que estabelece o valor por aluno.

O Ministério da Educação vai fazer uma regulamentação administrativa baseada na receita municipal e informará às prefeituras.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Renan, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Concederei já o aparte a V. Ex^a, Senador Leomar, com muita satisfação. Estou só querendo avançar um pouquinho e depois darei um aparte,

com satisfação, a V. Ex^a, porque o Senador Garibaldi está pedindo que eu me apresse.

Mas eu apressarei e ouvirei, com muita satisfação, recolherei com muita satisfação os argumentos de V. Ex^a que muito engrandecerão meu discurso. Já darei o aparte a V. Ex^a.

Como vimos, Alagoas tem evoluído muito, pode evoluir mais e haverá de evoluir mais. A educação alagoana segue dando sinais de recuperação. Aliás, boa parte desse resultado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se deve ao modesto trabalho do PMDB na Secretaria de Educação do Estado de Alagoas.

Eu já disse aqui da tribuna – e quero repetir – que o Secretário Fábio Farias obteve avanços importantes na Secretaria. Conseguiu reduzir os custos, fazendo economia de 40% em 2007 com relação a 2006. Por causa disso, como dizíamos, sobrou dinheiro em caixa para consolidarmos a isonomia salarial dos professores alagoanos, o que permitiu estabelecer um cronograma de aumentos graduais.

O Governo Federal estabeleceu um plano de metas, que foi antecipado pelo então Secretário, de 2010 para 2007. Treinou professores de séries iniciais, criou a Superintendência Institucional, o que favoreceu a relação com o MEC, e, com o apoio do governador, trabalhou intensamente para atrair investimentos.

Os investimentos são os seguintes, Sr. Presidente: além dos Cefets de Maceió, da Escola Técnica de Satuba e das unidades de Marechal Deodoro e Palmeiras dos Índios, novos centros serão construídos, como as unidades de Arapiraca, Maragogi, Penedo, Piranhas e de Murici.

Há, ainda, o *campus* da Universidade Federal em Arapiraca, inaugurado pelo Presidente Lula, que atende hoje, em pouquíssimo tempo depois de inaugurado, a mais de 1.700 alunos. Na oportunidade, o Presidente da República inaugurou também, em Alagoas, os *campi* de Palmeira dos Índios, de Viçosa e de Penedo.

Uma das maiores conquistas dos alagoanos será a construção de dez novas escolas de segundo grau: três em Arapiraca; uma em Murici; uma em Pariconha; duas em Maceió, uma delas em Guxuma; e outra no bairro do Novo Mundo.

Além dessas três escolas, teremos mais três escolas indígenas: duas em São Sebastião e uma escola também no Município de Traipu.

Como se vê, Sr. Presidente, muito já foi feito, mas ainda há muito por fazer. O Governo do estado tem compromisso com esses resultados. Afinal, como disse o grande educador, com quem tive a honra de conviver neste Senado Federal, Senador Darcy Ribeiro, só há duas situações nesta vida: se resignar ou se indignar. E não se deve, Srs. Senadores, se resignar nunca. Vamos fazer de nossa indignação a mola mestra das mudanças no ensino nacional e proporcionar aos nossos filhos um futuro melhor, bem melhor.

Encerrando, Sr. Presidente, queria comunicar a V. Ex^a e à Casa que o Senado Federal aprovou hoje na Comissão de Assuntos Sociais um projeto de lei, de minha autoria, que institui programas de assistência psicossocial a policiais civis e militares, bombeiros, policiais federais, seus dependentes e companheiras. Agora, Sr. Presidente, o texto será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, depois, vai à Câmara dos Deputados. Essa será, sem dúvida, uma importante conquista dos profissionais de segurança pública, que, em função de sua atividade, estão submetidos a constante estresse. Muitos deles, inclusive, se tornam dependentes químicos.

Mantivemos também contato com os sindicatos e com os trabalhadores. Vou pessoalmente levar essa idéia ao Presidente Lula. Como essa conquista dos profissionais de segurança pública não pode esperar, vou conversar com o Presidente da República para que Sua Excelência estude a possibilidade de implantar esse programa psicossocial por meio de uma medida provisória, porque o projeto, uma vez aprovado no Senado Federal, irá para a vala comum da Câmara dos Deputados, onde, infelizmente, não anda. Precisamos desse serviço psicossocial para os nossos policiais urgentemente, e, como disse, não se pode esperar.

Já encerrarei, mas quero, rapidamente, ouvir o nosso amigo Leomar, com muita satisfação.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) Senador Renan, até para colaborar com a Mesa, serei muito breve no meu aparte. Congratulo-me com V. Ex^a pela justa e oportuna homenagem que presta aos professores brasileiros. Se há uma categoria profissional que merece a admiração e o respeito de todos nós são os nossos professores, que estão mais na atividade por vocação, por entenderem a importância e o significado da sua participação no processo de formação das nossas novas gerações do que pela resposta financeira e pelas condições de trabalho que lhes são oferecidas. Portanto, creio que o Brasil realmente só fará parte dos países do Primeiro Mundo quando reconhecer que a educação efetivamente é a prioridade número um do Estado brasileiro. Portanto, quero congratular-me com V. Ex^a e, ao mesmo tempo, transmitir o meu grande abraço aos professores do Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) Agradeço muito a V. Ex^a que, com seu aparte, colabora demais para o êxito dessa nossa intervenção, desse nosso pronunciamento. E V. Ex^a fala, neste momento, com os argumentos que sintetiza, pelo Senado Federal. É muito importante mesmo, V. Ex^a tem razão, que nós prestemos essa homenagem aos professores brasileiros.

Muito obrigado.

MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO DE MACEIÓ

Sessão de 16-10-2008.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a permissão do Senador Mão Santa, eu concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, por permuta com o Senador Eduardo Suplicy. A seguir, o Senador Mão Santa fará uma breve comunicação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Uma cessão minha, em reconhecimento à grandeza da liderança do Renan.

Para Renan, nessa política da história da democracia, podemos cantar aquilo que disse o poeta nordestino Gonçalves Dias:

“A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar.”

O Renan tem sido um bravo na luta pela grandeza da democracia do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a dispõe de 10 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Muito obrigado, Senador Mão Santa, querido amigo, mais uma vez, por suas gentilezas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, eu peço, mais uma vez, a compreensão dos senhores para usar esta tribuna do Senado Federal.

Impedido, Sr. Presidente, de comparecer à solenidade, hoje, em Maceió, da Secretaria de Defesa Social e da Infraero, eu gostaria, aqui, de agradecer o convite do Governador Teotônio Vilela Filho, de Alagoas, e do Presidente da Infraero, Sérgio Gaudenzi.

A cerimônia, Sr. Presidente, vai marcar o início da fase final da obra do Aeroporto de Maceió, com a construção de uma passagem elevatória importante para as vias da região.

Aliás, nunca é demais lembrar, é da Infraero um dos maiores feitos em nosso estado. No dia 16 de setembro de 2005, portanto há três anos, começava a operar o novo Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares.

Sempre atento às necessidades do povo alagoano, o Presidente Lula fez questão de inaugurar pessoalmente a obra, justamente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na data da emancipação política do estado, como uma homenagem ao Estado de Alagoas. Tudo somente foi possível eu já disse isso aqui, e queria repetir, graças ao empenho da bancada federal do meu estado.

Também o Governador Teotônio Vilela Filho, desde que era Senador, tem ajudado na realização de projetos e na atração de investimentos que levem Alagoas ao desenvolvimento.

Quero também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradecer ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, que está empenhado em modernizar, verdadeiramente, nossos aeroportos.

Conseguimos priorizar no Orçamento da União os recursos para essa grande obra de Alagoas. Na época, a Infraero estava sob a gestão do nosso querido amigo e competente ex-Senador, Carlos Wilson, valoroso homem público e também um grande amigo.

Colocamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o estado como executor das obras, atendendo a pedido do então Governador Ronaldo Lessa, o que caracteriza algo quase que inédito no País, e inserimos o projeto no Programa Avança Brasil, do governo passado.

O Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares é o quarto maior aeroporto do Nordeste, atrás apenas de Salvador, Recife e Fortaleza. É considerado um dos mais belos, e isso se deve ao trabalho do respeitado arquiteto alagoano, reconhecido nacionalmente,

Mário Aloísio. É, Sr. Presidente, o primeiro aeroporto do Brasil projetado com a tecnologia de eficiência energética de coogeração.

Por isso tudo, torna-se extremamente oportuno o convênio assinado nesta quinta-feira em Maceió.

Mais uma vez, eu queria, em público, pedir desculpas por não comparecer à solenidade de hoje, em Maceió, em função de compromissos que me retiveram aqui em Brasília.

É muito importante concluir totalmente a obra do aeroporto e garantir a construção da passagem elevatória do acesso viário à capital do estado.

Orçada em R\$17 milhões, a obra vai melhorar o acesso dos usuários ao aeroporto da cidade de Maceió. A construção da alça viária vai evitar o cruzamento da BR-104, na saída do aeroporto, e prevê um viaduto no sentido Maceió–Messias.

Além disso, Sr. Presidente, já foi iniciada a duplicação da BR-104, da saída do aeroporto de Maceió à cidade de Messias, beneficiando, inclusive, a cidade de Rio Largo, onde essa duplicação encontrar-se-á com a própria duplicação da BR-101, uma das obras mais estratégicas do nosso estado. Essa rodovia atravessa todo o estado, da divisa com o Estado de Sergipe à divisa com o Estado de Pernambuco.

No caso da duplicação da BR-101, é preciso acelerar, é preciso mesmo a publicação do edital. Eu gostaria, inclusive, de cobrar publicamente do Diretor Geral do DNIT, Dr. Luiz Antonio Pagot, essa medida, ainda neste mês, até porque, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já foram removidos todos os entraves ambientais e fundiários.

Quero, também, agradecer o Ministro dos Transportes, nosso colega do Senado, Alfredo Nascimento, que tem assumido e honrado compromissos com investimentos em infraestrutura no Estado de Alagoas.

Também já foi iniciada, Sr. Presidente, outra obra importantíssima para o nosso estado: o trecho rodoviário entre o aeroporto de Maceió e a Cachoeira do Mirim. Esse trecho já está pronto e nós estamos trabalhando para que a construção do trecho entre

Cachoeira do Mirim e São Luiz do Quitunde, na altura da Ponte da Flamenguinha, também seja feita.

Nunca é demais lembrar a duplicação da rodovia que liga Maceió a Barra de São Miguel, cujos recursos já foram empenhados há mais de dois anos. Vamos viabilizar, ainda, recursos para a construção da rodovia Costa Doce, que margeará o rio São Francisco, de Penedo a Delmiro Gouveia, beneficiando todas as cidades ribeirinhas do nosso estado.

Já recuperamos a BR-243, que cruza Alagoas, da divisa com a Bahia, em Paulo Afonso, à divisa com o Estado de Pernambuco, além das BR-101, 104 e 316, até o Carié.

Nós vamos asfaltar a estrada de Carié a Inajá, em Pernambuco, e federalizar a rodovia de Chã Preta a Correntes, também em Pernambuco.

Além disso, Sr. Presidente, estamos restaurando a rodovia de Anadia a Boca da Mata e o acesso de Maria Bode a Delmiro Gouveia. Vamos viabilizar recursos para a construção de acesso a vários Municípios, assim como para o projeto de duplicação da rodovia de Maceió a Barra de Santo Antônio, onde, inclusive, vamos concluir a construção de uma ponte que abrirá mais 17 quilômetros de praias praticamente virgens e muito belas.

Temos, ainda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e já encerro, outros investimentos na área de infraestrutura no nosso estado, como a rodovia de Porto Calvo a Porto de Pedras, a rodovia de Ibateguara a Colônia de Leopoldina e a rodovia de Penedo a Pindorama, onde encontrará a rodovia de acesso àquela localidade, Pindorama, construída também com recursos federais obtidos em Brasília, ainda na gestão de Luciano Barbosa no Ministério da Integração Nacional.

Outro projeto importante, importantíssimo, é a continuidade de recuperação da rodovia de Olho D'Água das Flores a Delmiro Gouveia e a duplicação dessa mesma rodovia no trecho de Arapiraca.

São obras como essas, na área de infraestrutura, que irão levar desenvolvimento e justiça social ao povo de Alagoas, além de gerarem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, empregos e renda.

Esses projetos são também fundamentais para consolidar o nosso turismo. Afinal, o aeroporto é a porta de entrada e o melhor cartão de visitas do nosso estado. E é importante que, independentemente de partido, todos nós, deputados federais e senadores de Alagoas, continuemos trabalhando pelo nosso estado.

Muito obrigado.

SEGURANÇA: EM DEFESA DOS POLICIAIS BRASILEIROS

Sessão de 22-10-2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante e contundente pronunciamento do Senador Jarbas Vasconcelos, analisando o movimento de São Paulo, o choque entre as duas polícias, lembraria ao Brasil que este País é tão organizado que bastaria termos em cada casa a bandeira brasileira, onde consta o lema positivista: Ordem e Progresso.

Concedo a palavra ao Senador do Estado de Alagoas, Renan Calheiros, do PMDB, que já presidiu com muita competência esta Casa, foi líder de Governo na Câmara Federal, foi Líder do Governo aqui, e um extraordinário Ministro da Justiça deste País.

Vivemos momentos de muita tranqüilidade, paz e firmeza. E eu digo isso agradecendo a contribuição que V. Ex^a deu à segurança no Piauí.

Acho que 90% da estrutura que tem o Ministério da Segurança advém da época em que V. Ex^a foi Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente Mão Santa, muito obrigado, mais uma vez, pelas gentis palavras de V. Ex^a.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado.

A segurança nacional, Sr. Presidente, vive uma das piores crises da sua história. Ela é grave porque afeta a segurança social na medida em que gera estabilidade, afeta a produtividade das empresas, aumenta o custo dos serviços públicos, piora o já caótico trânsito das cidades e causa ineficiência geral. Os exemplos desse caos moderno parecem já estar incorporados ao dia-a-dia do País.

São casos como o do assassinato de mais um diretor do Presídio de Bangu e do empresário Arthur Sendas, no Rio de Janeiro, há pouco registrado aqui pelo querido Senador Romeu Tuma, em nome de todos nós senadores, ou a greve de policiais civis e o confronto da Polícia Civil com a Polícia Militar, como disse aqui o Senador Jarbas Vasconcelos, uma verdadeira batalha campal no Estado de São Paulo.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero dizer que concordo, concordo mesmo, com as palavras do Governador José Serra, que disse o seguinte: “Ninguém pode negociar armado, e as armas são realmente para defender a população.” Quando isso ocorre, quando alguém tenta negociar armado, nós devemos mesmo nos preocupar com o desfecho dessa negociação.

Este, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um dos problemas mais sérios dessa crise: policiais civis de todo o País programam uma paralisação de 24 horas no dia 29 de outubro em solidariedade à greve da corporação em São Paulo.

Tenho acompanhado as justas reivindicações da categoria e compreendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, perfeitamente o drama dos salários achatados e defasados dos policiais de todo o País. Mas nenhum episódio comoveu mais a sociedade do que a tragédia da adolescente Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos de idade. Natural de Maceió, a menina foi viver na capital paulista ainda criança e acabou, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pagando um preço altíssimo pela banalização da violência e do uso de armas neste País.

Quero deixar aqui meus sentimentos à família de Eloá e pedir que, apesar de sua dolorosa perda, a sociedade aprenda, a sociedade compreenda o seu exemplo. Ao deixar a vida, num gesto ativo a família da adolescente alagoana decidiu doar os órgãos para pessoas que precisam de transplantes.

Neste momento difícil, precisamos, Sr. Presidente, de uma visão sistêmica para vencer o problema da segurança pública no curto, no curtíssimo, no médio e no longo prazo, principalmente, mas são necessárias também medidas pontuais.

Foi por isso que apresentei o Projeto de Lei nº 97, deste ano, que estabelece programa de assistência psicossocial aos policiais,

com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. A proposição foi aprovada na semana passada pela Comissão de Assuntos Sociais e teve como Relator o Senador Romeu Tuma, que, entre todos nós Senadores, é o maior especialista em segurança pública, o maior especialista nesta matéria que abordamos agora.

O texto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

Já disse e repito agora, Senador Romeu Tuma: não pretendo esperar. Os policiais brasileiros, os bombeiros, os agentes penitenciários não podem esperar pela delongada tramitação legislativa. Ainda vamos precisar de muito tempo para concluir, porque esse projeto terá de ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e só depois vai à Câmara dos Deputados, onde nós conhecemos a dificuldade de pautar para votação um assunto de extrema importância como este que estamos tratando aqui, agora.

Eu vou procurar o Presidente da República, o Presidente Lula, para sugerir que a ideia seja adotada pelo Governo, por meio de uma medida provisória incorporada ao Pronasci. Vou também, Sr. Presidente, procurar o Ministro da Justiça e a Ministra Dilma Rousseff, para que essa ideia que eu vou levar ao Presidente da República seja implementada. A urgência e relevância do tema justificam essa iniciativa.

Não existe, Sr. Presidente, Srs. Senadores, profissão mais incompreendida e, ao mesmo tempo, com grande fascínio que a exercida pelos policiais. A eles é destinada uma série de funções sociais, além da segurança pública. Apesar disso, Sr. Presidente, a situação dos policiais, atualmente, é de grande preocupação. Os agentes de segurança são pessoas que lidam com a violência no dia-a-dia e, muitas vezes, não conseguem desprender do que presenciam quando voltam para casa. Eles ficam carregados de estresse, de depressão e, muitas vezes, descontam isso na família e no uso de álcool e de outros tipos de drogas.

Estudos científicos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, comprovam que a profissão do policial é uma das que mais causam estresse, Senador Mozarildo Cavalcanti. Por isso, é preciso promover

o bem-estar psíquico, a reintegração do servidor ao ambiente de trabalho, bem como auxiliar nos conflitos existenciais de cada um. Os governos estaduais têm de instituir ou ampliar o trabalho psicológico com o uso de técnicas de dinâmica de grupo, psicodrama e sociodrama e de cursos para controle de estresse, além do estudo e da melhoria da condição de trabalho.

Eu ouço, com muita satisfação, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a tem a experiência e a condição de falar muito bem sobre esse tema, pois foi Ministro da Justiça. Portanto, conhece a dimensão do problema de segurança neste País, especificamente a situação dramática das nossas polícias, sem exceção, tanto dos grandes quanto dos pequenos estados. No entanto, a que temos assistido, nos últimos tempos, lamentavelmente? V. Ex^a, com a influência que tem, o Partido de V. Ex^a, que é o maior desta Casa, deveria realmente cobrar do Presidente Lula – e não sugerir –, cobrar do Presidente Lula que os seus ministros da Justiça se preocupem mais com a segurança e menos com debates ideológicos; mais com a segurança e menos com questões partidárias, porque é o que vimos com o ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos e com o atual Ministro Tarso Genro. Realmente, há um descuido. Se não há um comando nacional que possa de fato levar em conta isso que V. Ex^a disse, de melhorar as condições de trabalho do policial, da dignidade, da tranquilidade, esse policial vai ficar não só estressado, com problemas sociais, mas, principalmente, à mercê dos bandidos; portanto, vulnerável a ser corrompido. Então, espero que realmente esse momento sirva como um alerta, que V. Ex^a está dando, para que realmente se mude a postura de apoio às polícias no País.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço-lhe muito o oportuno aparte. V. Ex^a tem absoluta razão. É importante que nós façamos um esforço conjunto, um verdadeiro mutirão

para que possamos avançar na segurança pública, na exata medida que nos cobra a sociedade brasileira. Muito obrigado a V. Ex^a.

Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Renan, primeiro, quero lhe agradecer pela confiança em concordar que eu fosse Relator da matéria.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Eu é que devo agradecer.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Fi-lo com muita devoção. Se V. Ex^a permitir, eu falaria alguma coisa de experiência pessoal nesse campo do psicossocial e das dificuldades que o policial tem no enfrentamento diário da violência e da suspeita da agressão permanente que pode sofrer. Quando eu estava na Polícia Federal, Senador, havia censura. Terminada a censura, a maioria dos psicólogos e outros profissionais de carreira de nível superior... Chamei os psicólogos para, junto à Diretoria, percorrerem as regiões de fronteira, onde começava um índice de suicídio muito grande entre policiais. O andamento foi surpreendente. As pessoas que ficam na fronteira, onde a criminalidade é maior, a agressividade é maior, não podem ter contato social. Fui visitar Brasília num dia em que há muito tráfico de drogas. O delegado, a cada pessoa que vinha me cumprimentar, dizia que ela mexia com a coisa. No quinto, eu perguntei: “Que coisa é essa? É droga?” Ele falou: “É droga”. Eu falei: “Como é que você sobrevive?” Ele disse: “Eu não tenho vida social, não posso ter contato com ninguém”. Então, o que aconteceu? Ninguém poderia ficar mais do que seis meses numa fronteira, sob pena de se perder o homem e sua capacidade de trabalho, e a família se ver envolvida num estado de depressão violenta do chefe, o que atinge a família. Então, vem numa boa hora. Acho que essa medida provisória que V. Ex^a vai propor até que deve ter mais algumas coisinhas, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sem dúvida.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Sem dúvida nenhuma. Não é só criar o fundo, mas determinar algumas providências de sobrevivência do funcionário que está em lugares de risco, de desequilíbrio permanente. Quero agradecer a V. Ex^a, cumprimentá-lo e torcer para que dê certo.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Eu é que agradeço muito a intervenção de V. Ex^a e incorporo, com muita satisfação, o aparte que V. Ex^a faz, convencido, mais uma vez, dos seus altos conhecimentos na matéria, de sua experiência e da larga folha de serviços que V. Ex^a tem prestado ao País e a esta Casa, nessa área da segurança pública. Muito obrigado, Senador.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Um aparte, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Senador Mário Couto, ouço, com satisfação, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Renan Calheiros, inicialmente, quero parabenizar V. Ex^a por ter trazido um tema de suma importância, hoje, em sua fala nesta tarde. O problema de segurança no País é grave, Senador. Por isso, quero parabenizá-lo pela sua preocupação, que é minha também.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Obrigado, Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador, acho que temos aqui, no Senado, em torno de 100 projetos que falam sobre segurança – em torno de 100. Fiz um levantamento, deu 105 ou 106 projetos. Penso que deveríamos fazer uma reunião com o Presidente desta Casa e pedir a ele que faça uma semana só de análises desses projetos. Se V. Ex^a olhar os projetos, vai ver que eles abrangem quase que a totalidade da necessidade de se melhorar a segurança neste País. Tem projetos que englobam desde salários, de estrutura de polícia, tanto civil quanto militar. Isso começou a se acentuar, Senador, após a morte do João Hélio. O Senador An-

tonio Carlos Magalhães ainda era vivo. Só ele, naquela oportunidade, deve ter confeccionado, deve ter proposto uns dez projetos sobre segurança – só o Senador Antonio Carlos Magalhães. Estão todos aí, dependendo dos nossos esforços. Acho que a medida provisória é necessária neste momento. É uma medida em que eu votaria com todo prazer. Nós sabemos que a nossa polícia está desestruturada. O nosso País precisa de providências imediatas – salários, estrutura, infraestrutura, tudo. De tudo se precisa neste País: penitenciária, delegado de polícia, polícia. Infelizmente, nós não temos nada, absolutamente nada hoje, e a polícia é muito mal paga, Senador.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – O Senador Mão Santa vai deixar V. Ex^a falar à vontade, porque o tema é importante para o País. O meu Pará, eu não tenho dúvida, Senador, eu falei já três dias e, na quinta-feira, vou voltar a falar sobre o problema do meu Pará. O Pará hoje é o estado mais violento do Brasil. O Pará, que é uma fortaleza em termos de turismo. Tenho preocupação de que o turismo no Estado do Pará caia. Quero parabenizar V. Ex^a e dizer-lhe que, em relação a qualquer medida que venha na direção de melhorar a segurança deste País, V. Ex^a contará com o Senador Mário Couto. Deixo a proposta de que se reúnam os senadores, de que se vá ao Presidente desta Casa. Começou com muita ênfase no problema do João Hélio. Depois, houve uma esfriada. Quem sabe agora, com o problema da Eloá, não se possam catalogar todos esses projetos que estão aí. Vamos fazer a semana dos projetos de segurança no Senado. Vamos votar todos esses projetos. Deixo a sugestão a V. Ex^a e conte comigo em qualquer decisão. Mais uma vez, parabéns pela sua atitude!

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço, sensibilizado, o aparte de V. Ex^a.

V. Ex^a tem absoluta razão. Talvez seja o momento mesmo de aproveitarmos a crise, a repercussão da crise, a instabilidade, a comoção nacional, para avançarmos no aprimoramento da legis-

lação, propondo, assim, uma série de medidas, elevando parâmetros, elevando limites financeiros e estabelecendo rubricas orçamentárias, de modo a resolver o problema da segurança pública, que incomoda, Senador Mão Santa, todos nós.

A Constituição Federal – o Senador Mário Couto tem absoluta razão – traz, em seu art. 144, que, mais do que nunca, precisa ser regulamentado, que o dever pela segurança pública é das polícias civis e militares, sob a chefia dos respectivos governadores. Mas os estados, Sr. Presidente, não vêm dando a devida importância às corporações, principalmente aos policiais.

Já que o quadro é esse, quero anunciar aqui que pretendo retomar uma ideia abandonada pelo Governo Federal e que poderá virar realidade por meio de uma proposição legislativa. A proposta ainda se encontra em fase de estudos pela minha assessoria parlamentar e pretendo, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentá-la até o final deste ano – mas ainda neste ano legislativo. Trata-se, Senador Romeu Tuma, da lei que instituirá o piso salarial dos policiais, bombeiros e agentes penitenciários de todo o País. O objetivo é estabelecer uma cooperação técnica e financeira entre a União, Estados e Municípios, para valorizar as carreiras de segurança pública de forma sistemática e progressiva. Poderemos adotar, como modelo, a proposta aprovada neste ano pelo Congresso Nacional para o piso salarial nacional dos professores. A intenção da proposta, Senador Mão Santa, não é amarrar os orçamentos estaduais, mas incentivar mesmo uma ampla negociação entre a União, os Entes Federados e os representantes das categorias e do Congresso Nacional. É uma espécie de pontapé inicial para recuperar os vencimentos e estabelecer uma política salarial dos policiais mais homogênea.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cabe ao estado oferecer condições efetivas para a existência de uma sociedade segura. A Colômbia, por exemplo, investiu maciçamente em salários e equipamentos e obteve resultados que mudaram a imagem do País em pouquíssimos anos.

Quando ocupei o Ministério da Justiça, trabalhei para reaparelhar as polícias, construí novos presídios, construí sedes para a Polí-

cia Federal, a fim de valorizar os seus profissionais. Reestruturamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as carreiras da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal e aumentamos seus efetivos.

Para se ter uma ideia, àquela época, e contrariava muito este fato, havia apenas cerca de 7 mil policiais federais no Brasil – o Senador Romeu Tuma, que foi diretor da Polícia Federal, sabe muito bem disso –, enquanto que, na Argentina, vizinho país, com competências e atribuições semelhantes às da Polícia Federal do Brasil, havia 40 mil policiais federais. Além disso, modernizamos os equipamentos de resgate da Polícia Rodoviária Federal, adquirimos novas viaturas, renovamos toda a frota das duas polícias, adquirimos helicópteros para as duas polícias e investimos verdadeiramente em qualificação de pessoal.

Aqui no Senado, Sr. Presidente, apresentei outra proposição, que prevê a criação de subsídio para aquisição de moradias por policiais. Falei sobre esse assunto com o Presidente da República, com a Ministra Dilma Rousseff e com o Ministro Tarso Genro, e o Governo Federal, diante dos argumentos de que, aqui no Brasil, e o mundo todo divulgou isto, os policiais, quando moram, quando residem nos lugares em que o crime organizado domina, são obrigados a ocultar suas identidades, porque ou oculta a sua identidade ou tem que fazer um acordo com o crime. E isso acontece em desfavor dos números e em favor da impunidade que, lamentavelmente, aumenta no nosso País. Então, Sr. Presidente, há um precedente com relação à edição de medida provisória.

O Governo incorporou em uma medida provisória, na medida provisória que criou o Pronasci, exatamente essa ideia de subsídio para a construção de moradia para os policiais em todo o Brasil. A ideia, como disse e repito, foi aproveitada no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o que, mais uma vez, me deixa muito agradecido ao Ministro da Justiça, ao Presidente da República.

Sr. Presidente, como disse e repito, é preciso acelerar a implantação desse programa, porque menos de dezoito Estados da Federação aderiram até agora a esse subsídio para a aquisição de moradia do policial.

Em Alagoas, Sr. Presidente, por exemplo, que é o estado que tenho a honra de representar aqui neste Senado Federal, acesso ao financiamento de moradia pelos policiais, infelizmente, ainda não é uma realidade. Os governos têm a obrigação de estabelecer uma política salarial decente, compatível com a importância vital da atividade dos policiais que cotidianamente arriscam suas vidas na defesa da sociedade.

E cuidar, Sr. Presidente, da saúde psíquica e mental dos agentes de segurança, esses profissionais que perdem o sono e muitas vezes a própria vida para que possamos todos dormir um pouco mais em paz.

Era esse o assunto que eu gostaria de trazer a esta Casa para suscitar o debate aqui com as Sr^{as} e os Srs. Senadores, principalmente, para recolhermos posicionamentos abalizados, como o de vários senadores ex-governadores de Estado, principalmente do Senador Romeu Tuma, que é, dentre todos nós, a maior autoridade no assunto.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós o cumprimentamos e o parabenizamos, sentimo-nos orgulhosos, sendo do PMDB, em contar com a liderança de V. Ex^a.

Quero testemunhar que não foi só V. Ex^a um extraordinário ministro, irradiando as estruturas físicas, como dei o exemplo do Piauí – e agradecemos –, mas V. Ex^a, quando era ministro, ajudou-nos a combater o sindicato do crime organizado, que havia lá no Piauí e no Nordeste todo. No Acre, era mais intenso, em Coronel Correia Lima.

Então, V. Ex^a tem grande experiência, e acho que é tempo de o Presidente Luís Inácio recorrer a V. Ex^a.

Eu queria também sugerir algo a V. Ex^a. A Itália, onde começou tudo, o Renascimento, no parlamento italiano existe a figura do senador vitalício. Um deles foi Norberto Bobbio, que morreu recentemente. Norberto Bobbio disse que o mínimo que se tem que exigir de um governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

Então, V. Ex^a tem muito a contribuir ainda com o Presidente da República neste momento difícil para todos nós.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço a gentileza e assino embaixo em quase tudo que V. Ex^a diz.

AS MULHERES E AS ELEIÇÕES DE 2008

Sessão de 23-10-2008.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, que está inscrito como quarto orador.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL.) – Sr. Presidente, Senador Mário Couto, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, mais uma vez, Senador Mão Santa, feliz e honrado, eu agradeço as gentis palavras de V. Ex^a. Esta Casa também sabe muito bem do respeito e do carinho que nós temos com a sua convivência, com a sua profícua atuação nesta Casa, com o seu Piauí, de que nós gostamos tanto.

Eu queria também aproveitar a oportunidade e mandar um abraço para o Piauí, para esse querido amigo Temístocles, que hoje assume o Governo do Estado. E V. Ex^a há pouco nos dava essa grande notícia. Realmente, o Temístocles é um amigo querido. Foi Secretário de Justiça quando eu fui Ministro da Justiça. É Presidente da Assembleia Legislativa, por sinal um grande Presidente. Tenho absoluta convicção de que, nesses dias em que assume o Governo, fará também uma administração do tamanho da expectativa que o povo do Piauí tem com relação a esse trabalho. Muito obrigado a V. Ex^a mais uma vez.

Sr. Presidente, as eleições de 2008 consagraram alguns avanços importantes na luta pela conquista da igualdade política entre homens e mulheres. E Alagoas registrou um bom exemplo disso. Nosso estado elegeu o maior número de prefeitas de todo o País, em relação ao número de municípios. Foram 19 prefeitas, ou 18,7% do total, praticamente empatando com o Amapá.

Para se ter uma ideia da importância deste resultado, em todo o Nordeste foram eleitas 231 prefeitas e 2.453 vereadoras, um número baixo se compararmos com o de homens eleitos: 1.557 prefeitos e 14.149 vereadores.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, a política e suas instituições são esferas da vida social ainda tradicionalmente dominadas pelos homens.

Os postos de poder público foram, durante muito tempo, ocupados exclusivamente por pessoas do sexo masculino, assim como os cargos de direção nas organizações partidárias, que se formam e se estruturam para disputá-los.

Por isso, as chances de sucesso imediato para qualquer grupo excluído que almeje se inserir em instâncias decisórias, públicas ou partidárias, são reduzidas. As cotas por sexo para as candidaturas aplicadas a todos os partidos ajuda, em certa medida, a superar esta dificuldade inicial.

Mas esta não tem sido preenchida, assim como a representação feminina nas prefeituras e câmaras municipais ainda é muito pequena. Em outras palavras, o desempenho eleitoral dos homens é melhor do que o das mulheres. E, para um País que almeja reduzir as desigualdades sociais, inclusive de gênero e sexo, temos muito que avançar.

Cabe a nós refletir e estudar as causas desta desproporção entre homens e mulheres, seus aspectos culturais e propriamente políticos. Para, quem sabe, um dia, superarmos um dentre muitos aspectos da desigualdade política no nosso País.

Segundo a União Interparlamentar, órgão vinculado à ONU, o Brasil tem 46 deputadas federais, ou 8,7%, colocando o País em centésimo quadragésimo sexto lugar (146º) num ranking de 192 países. E em penúltimo na América do Sul.

No Senado Federal, temos 10 valorosas representantes da classe feminina. São as Senadoras Serys Slhessarenko, Roseana Sarney, Rosalba Ciarlini, Patrícia Sabóia, Marisa Serrano, Marina Silva, Lúcia Vânia, Ideli Salvatti, Fátima Cleide e a minha companheira de Bancada e querida amiga, Senadora Ada Mello, por quem tenho muito respeito e também um grande carinho.

Ada Mello é uma mulher de Deus, que tem honrado a representação de Alagoas. Ada, Senador Mão Santa, é uma amiga de sempre e fará, nesses meses em que representa o Estado de Alagoas aqui no Senado Federal – não tenho dúvida alguma –, uma brilhante atuação.

Mas as distorções não são somente nossas. Em todo o mundo, há apenas 17,2% de mulheres legisladoras e, 19,5%, nas Américas. Segundo a ONU, no atual ritmo, a igualdade de participação entre os sexos em casas legislativas só seria concretizada em cem anos! Aqui no Brasil, nestas eleições municipais, mais uma vez, as mulheres foram maioria no eleitorado. De um total de 130.604.430 eleitores, 51,73% são mulheres. Apesar disso, elas foram minoria das candidaturas a prefeito, vice-prefeito e vereador em nível nacional: 21,27%. Uma participação um pouco menor do que nas últimas eleições municipais, em 2004, quando representavam 21,31% dos candidatos. De um total de 14.629 candidatos a prefeito, as mulheres representaram 1.639 candidaturas, o equivalente a 11,20%.

Nas candidaturas ao cargo de vereador, o percentual foi relativamente homogêneo, com média nacional de 21,57%.

O fato de 24,9% dos chefes de família serem mulheres, hoje, não lhes garantiu uma real representatividade em qualquer que seja os níveis do Legislativo e Executivo do País e mesmo na participação da vida política em geral.

Dos 5.563 municípios que estiveram em processo eleitoral, 506 mulheres foram eleitas prefeitas. O equivalente a, aproximadamente, 9,08%, contra 90,92% de homens prefeitos. Um pequeno aumento de 1,56%, no primeiro turno, em relação às eleições de 2004, quando as mulheres ocuparam 7,52% das prefeituras. Das 52.058 vagas nas Câmaras de Vereadores espalhadas pelo País, apenas 6.508 serão ocupadas por mulheres no próximo mandato.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, agora, em 2008, faz 76 anos que a mulher brasileira ganhou o direito de votar nas eleições nacionais. De 1932 para cá, foi um longo e árduo caminho. Em 97, quando ocupamos o Ministério da Justiça, estimulamos políticas

de valorização da mulher e demos força ao Conselho dos Direitos da Mulher.

A primeira representante a ocupar um lugar no Senado foi Eunice Michiles, do Amazonas, em 1979. Em 1994, Roseana Sarney foi a primeira governadora eleita, no Maranhão. A primeira mulher ministra de Estado foi Maria Esther Figueiredo Ferraz, da Educação, em 1982.

Hoje, as mulheres não somente estão à frente de vários ministérios como há uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, chefiada pela competente Ministra Nilcéa Freire.

Como se vê, ainda há muito por fazer. É necessário estimular, cada vez mais, a participação feminina nas instâncias das bases partidárias, que são as grandes escolas da ciência e da arte de fazer política no nosso País.

As pesquisas mostram que existe um amplo espaço na política para ser ocupado pelas mulheres: 67% dos brasileiros consideram que uma presença mais forte do público feminino melhoraria a política no País, segundo pesquisa do Instituto Ipsos, feita este ano. Ou seja, 67% dos brasileiros acham que uma presença mais forte, mais significativa da mulher na vida pública nacional, nos legislativos inclusive, nos cargos executivos, em uma maior escala, melhoraria muito a política brasileira.

Hoje, há um processo de maturação em curso que aponta para a gradual aceitação das mulheres no topo do poder. Por isso, temos de aperfeiçoar a Legislação sobre a igualdade entre gêneros e estimular a fundação de instituições que cuidem destas bandeiras.

É preciso incluir, cada vez mais, as mulheres na tomada de decisões nos campos da política e da economia. E encontrar formas de garantir, na lei, e na vida real, a conciliação do trabalho com a vida familiar. Isto tudo sem deixar de cuidar de medidas elementares, como o combate ao tráfico e à violência contra mulheres e crianças.

A igualdade de direitos entre os gêneros é um caminho obrigatório para a construção de uma Nação mais justa. O Brasil tem de repensar o País para encontrar seu próprio modelo, mais huma-

nizado, que permita a verdadeira afirmação da mulher no mundo desigualmente globalizado.

O Brasil, Presidente Mão Santa, precisa cuidar melhor das brasileiras. A maior participação das mulheres é fundamental, é insubstituível nesse processo.

Ao concluir, Sr. Presidente, quero comunicar que estou começando a colher as 27 assinaturas necessárias aqui no Senado para apresentar a Emenda Constitucional que instituirá o piso salarial das polícias de todo o País.

Essa ideia não pode ser abandonada pelo Governo. Poderemos viver em relação à Polícia Militar uma crise inadmissível. É fundamental, para esvaziar tudo isso, para evitar que isso aconteça, que tenhamos, a exemplo do que conseguimos com os professores, um piso nacional negociado, que signifique o esforço, a conjunção de esforços da União Federal, dos governos estaduais e dos municípios, que também são entes federados e têm responsabilidades com esse complexo problema, que é o problema da segurança pública em nosso País.

Como os Srs. Senadores devem lembrar, nesta semana, anunciei aqui, desta tribuna, a disposição de apresentar tal proposição, por considerar que a situação dos agentes de segurança, em todo o País, é precária. Vivemos um momento grave no Brasil. É importante, do ponto de vista do Senado Federal e deste Parlamento, dar as respostas que a sociedade e as Polícias, quer seja Militar, quer seja Civil, esperam de todos nós.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, mais uma vez, pela sua gentileza, por suas palavras, pela paciência com que V. Ex^a me ouviu neste momento.

Muito obrigado mesmo, Sr. Presidente.

PISO SALARIAL DAS POLÍCIAS E BOMBEIROS

Sessão de 28-10-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, eu queria fazer uma importante comunicação à Casa.

Um dos principais obstáculos à valorização dos profissionais de segurança é a deficiência na remuneração. Os salários desiguais e, muitas vezes, abaixo do aceitável têm causado repercussões negativas na vida dos policiais e, por conseqüência, na rotina da sociedade. É por isso que o País precisa decidir que tipo de tratamento quer dar às polícias.

Sem investimentos no sistema de segurança pública e a implantação de planos de carreira dignos para os profissionais, não poderemos iniciar o verdadeiro resgate da cidadania nacional.

Como parte deste processo, identifiquei que um dos caminhos é a criação de um piso nacional unificado para os policiais civis e militares e bombeiros.

Já havia, há alguns dias, anunciado esta minha disposição aqui desta tribuna e, hoje, obtive as 27 assinaturas necessárias de senadores para a apresentação de uma Proposta de Emenda Constitucional neste sentido.

Assim, encaminho a Vossa Excelência o texto e as assinaturas de apoio desta PEC. Tenho certeza que esta proposição é o melhor para resolver a crise das polícias. Resolvemos dar um *status*

constitucional ao piso para prestigiar esta categoria tão importante para o País.

Com a proposição, pretendo estimular o debate nacional e a criação de um sistema de cooperação técnica e financeira entre a União, Estados e Municípios para fortalecer a segurança pública no País. O objetivo é valorizar as carreiras de segurança, de forma sistemática e progressiva.

Podemos adotar, como modelo, a proposta aprovada pelo Congresso este ano para o piso nacional da educação, por exemplo, porque cabe ao Estado oferecer condições efetivas para a existência de uma sociedade segura.

Nossa proposta não fixa o valor do piso salarial, que deverá resultar de ampla negociação entre a União, Estados e Municípios com os representantes das categorias e o Congresso Nacional.

A PEC prevê a participação da União na complementação dos recursos necessários à implantação do piso nos estados, nas hipóteses de comprovada impossibilidade financeira destes entes federativos. Assim, será criado um fundo contábil para o financiamento dessas despesas, nos termos da lei.

Para garantir a manutenção do poder de compra do piso, prevemos a atualização anual desse valor. Em benefício do princípio do planejamento, a PEC pretende implementar gradualmente o piso, evitando-se medidas abruptas e sem a devida fundamentação financeira e legal. Dá-se, assim, um prazo de até dois anos para o início da implantação do piso, contados da promulgação da PEC que ora apresento.

Tenho trabalhado, aqui no Senado Federal, para ajudar a vencer o problema da segurança pública, sem descuidar de medidas pontuais e imediatas.

Foi por isto que apresentei projeto de lei, neste ano, que estabelece programas de assistência psicossocial aos policiais, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. O competente relatório favorável do Senador Romeu Tuma, na Comissão de Assuntos sociais, já foi aprovado.

Além disso, o Presidente Lula e o Ministro da Justiça, Tarso Genro, demonstraram enorme sensibilidade ao criarem o Programa Nacional de Segurança Pública.

Fiquei extremamente satisfeito e honrado ao ver inserido no programa uma antiga proposta minha, que tramitava no Senado há alguns anos, graças à intervenção do Presidente Lula. Trata-se de um programa de subsídios financeiros para a compra de moradias por policiais e bombeiros, que está em vigor ainda em poucos estados, com linhas de crédito da Caixa Econômica Federal. É preciso implementá-lo e torná-lo uma realidade em todo o País, inclusive em Alagoas, onde o subsídio a moradias de policiais enfrenta dificuldades.

Como se vê, procuramos cuidar primeiramente da moradia dos profissionais de segurança, depois do aspecto psicológico e, por fim, da remuneração e das carreiras dos policiais e bombeiros.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, quero aproveitar a oportunidade para comunicar um fato inédito no País. O Vice-Governador de Alagoas, o médico cardiologista José Wanderley Neto, realizou ontem, com sucesso, um transplante de coração, na Santa Casa de Misericórdia, em Maceió, no exercício do cargo de Governador. Por causa das técnicas desenvolvidas pela equipe do Dr. Wanderley, Alagoas é, hoje, um centro de referência de transplantes cardíacos. Há mais de 30 anos, o Dr. Wanderley opera os pacientes, sem prejuízo de suas outras atividades, inclusive a política. Esta dupla jornada do renomado cardiologista enaltece nosso estado e enche de orgulho o povo alagoano.

Parabéns, Dr. José Wanderley, por exercer a medicina com tanta paixão e proficiência não somente em Alagoas, mas em vários estados do País.

Muito obrigado a V. Ex^a pela paciência e pela deferência. Eram essas as comunicações que eu gostaria de fazer ao Senado e ao País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Congratulo-me com o Senador Renan Calheiros pela apresentação dessa importante PEC. A Mesa aguarda o encaminhamento da PEC por V. Ex^a.

EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

Sessão de 4-11-2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E agora convidamos para usar da palavra, como Líder, segundo documento assinado pelo Líder Valdir Raupp, o Senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas. V. Ex^a está convidado para usar da palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, são três minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas V. Ex^a poderá usar pelo tempo que achar conveniente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Não, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É uma gratidão de nós que fazemos o PMDB, que é esta grandeza. Eu quero dar o testemunho de que V. Ex^a sempre foi solidário, em todos os instantes, com o PMDB.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu relembro 1998. V. Ex^a pode avivar sua mente. Eu estava em São Raimundo Nonato, num sol quente do Piauí, e recebi um telefonema no meio de uma caminhada: era V. Ex^a, que era ministro deste País, solidário a nossa campanha.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – V. Ex^a merece.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, a gratidão é a mãe de todas as virtudes. Eu queria me manifestar, como membro do PMDB, agradecido à solidariedade que V. Ex^a teve com todo o Partido em todo o Brasil. E dou o nosso testemunho. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado mesmo, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é um momento muito importante para o municipalismo brasileiro, um legítimo movimento de base que está ajudando a impulsionar o Brasil nos rumos do desenvolvimento.

Sr. Presidente, quero aproveitar a presença de alguns prefeitos, hoje, aqui nesta Casa, no Senado Federal, para saudá-los, em meu nome e em nome do Senador Valdir Raupp, Líder da Bancada do PMDB no Senado.

Mas não poderia começar este pronunciamento sem lamentar sinceramente a morte da Secretária Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Rosani Evangelista da Cunha. Ela era a competente e eficiente gestora responsável pelo Programa Bolsa Família, que tive a honra, o privilégio e a satisfação de relatar aqui no Senado Federal.

Rosani contribuiu muito para o municipalismo brasileiro. E foi, também, Secretária-Executiva da Frente Nacional de Prefeitos.

É o trabalho de pessoas como Rosani, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, que permite a constante evolução e o aperfeiçoamento do movimento municipalista.

Quero citar também o esforço do Presidente do Sebrae, Paulo Okamoto; do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, esse querido amigo, grande Prefeito Paulo Ziulkoski; e do Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, João Paulo, Prefeito de Recife.

Srs. Senadores, o municipalismo, que deveria ser o princípio número um do federalismo, jamais foi posto em prática nesses 119 anos de regime republicano.

O federalismo tem avançado bastante, mas poderia, como sabe V. Ex^a, evoluir muito mais. A prova disso é a situação atual de várias prefeituras. No Estado brasileiro, os recursos continuam concentrados na União – e isso, diga-se de passagem, não é culpa apenas deste Governo –, mas os problemas estruturais a serem resolvidos estão nas comunidades. Afinal, é aí que as pessoas vivem. E elas cobram legitimamente uma solução dos prefeitos, vereadores e de todos nós, representantes do Parlamento.

A causa municipalista tem sido uma de minhas preocupações no Senado. A instalação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais e a ampliação da rede dos Legislativos municipais e estaduais, por meio do Interlegis, são, Sr. Presidente, algumas das iniciativas que demonstram nosso compromisso com o fortalecimento dos municípios.

O Brasil precisa avançar nas reformas de base, redesenhar o sistema tributário, investir em infraestrutura, segurança jurídica e educação, se quiser voltar a trilhar os rumos do desenvolvimento.

Mas, Sr. Presidente, sem uma revisão, sem uma atualização do pacto federativo, não há como garantir condições mínimas para um crescimento verdadeiramente sustentável.

É preciso encontrar formas de aliviar a concentração do poder político – há pouco, falava aqui com a querida Senadora sobre esse assunto – e também do poder financeiro na área federal e dar aos municípios fôlego suficiente para enfrentar suas responsabilidades constitucionais.

A capacidade de mobilização de prefeitos e vereadores garantiu uma série de avanços ao movimento municipalista. Entre eles está a renegociação das dívidas com a Previdência Social. Eu, modestamente, na época, Presidente do Senado, pude colaborar para que isso acontecesse, efetivamente.

É preciso, Sr. Presidente, ampliar, novamente, o prazo de parcelamento dos débitos de 60 meses para 240 meses, como já aconteceu recentemente. Além disso, temos de encontrar outro indexador, que não seja a taxa Selic, atualmente em 14% ao ano.

O reajuste do estoque da dívida agrícola também é outro grande problema, porque é reajustado pela Selic. Há estoques injustos com relação aos bens agrícolas que foram financiados.

O mesmo acontece com os municípios brasileiros. A taxa Selic, hoje, Senador Arthur Virgílio, chega em média a 14%, o que torna uma dívida, por pequena que seja, monumental, impagável para os municípios. Não cabe, portanto, no bolso do município, na sua capacidade financeira, renegociar essa dívida em 60 meses, como manda a lei, como faz a Previdência Social.

O indicado, Sr. Presidente, é adotar a TJLP, que está em 6,25% ao ano, para amenizar a inadimplência das prefeituras, que estão sobrecarregadas.

Assumo, desta tribuna do Senado Federal, o compromisso de procurar o Presidente da República, o Presidente Lula, pessoalmente, se for o caso, para obter, mais uma vez, essa justa, essa justíssima reivindicação dos prefeitos.

Com isso, ganhará o Governo Federal, que poderá recolher contribuições já consideradas perdidas, porque os municípios não podem pagar. Ganharão as prefeituras, que poderão ficar adimplentes, voltar a receber recursos federais e estaduais e honrar também seus compromissos. E ganhará, Sr. Presidente, principalmente o cidadão, que verá a Previdência Nacional e seu município fortalecidos, com novos investimentos em saúde, em educação, em infraestrutura, em saneamento básico, em segurança pública.

O aumento de 1%, Senador Mão Santa, dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios foi apenas um passo que modestamente também ajudamos a conseguir aqui no Senado. Exatamente quando debatíamos a reforma tributária, que foi votada aqui no Senado com a participação de todos os partidos, discutimos a possibilidade de elevar a participação dos municípios na quota-parte do Fundo de Participação em mais 1%, o que, mais adiante, pela luta dos municípios brasileiros, foi concretizado, conseguido.

Temos de retirar a reforma tributária, como dizia, do papel – aliás, o Senado, repito, já aprovou aqui, com o apoio de todos os partidos, um modelo, um desenho de reforma tributária –, rediscutir a divisão das receitas tributárias e enfrentar de vez o

problema dos precatórios. Está na pauta do Senado a discussão da Proposta de Emenda à Constituição de nossa autoria, vinda, Sr. Presidente, do próprio Supremo Tribunal Federal, que trata do assunto. A PEC cria um sistema de leilão para os precatórios, abrindo definitivamente a possibilidade de um município oferecer um deságio ao credor e de compatibilizar esses pagamentos com sua capacidade financeira. Esse debate precisa avançar o mais rapidamente possível.

Hoje, os municípios têm novas responsabilidades com o processo de descentralização da educação e da saúde, por exemplo. Houve um significativo aumento de despesas. No caso do Programa Saúde da Família, por exemplo, o Governo repassa R\$5,4 mil por equipe, mas o município precisa colocar mais R\$13 mil, para cobrir os custos.

Por isso, apesar das recentes conquistas, algumas aqui rapidamente enumeradas, temos de manter a mobilização em defesa dos nossos municípios, que permanecem, lamentavelmente, com dificuldades. Sr. Presidente, é importante que esse debate contenha esses fundamentos todos, para que o municipalismo brasileiro triunfe. O Presidente Lula tem demonstrado muita sensibilidade; pelo que sei, já está acertando, na sua agenda, uma reunião com os novos prefeitos eleitos, com os prefeitos brasileiros. É um momento importante este, para que juntos trabalhem para fortalecer o municipalismo, conseguindo reabrir esse prazo para renegociação das dívidas dos municípios com a Previdência Social.

Uma coisa também que foi dada à Previdência Social, que vive hoje um bom momento, foi a Super-Receita. No Senado Federal, no Congresso Nacional, criamos a Super-Receita, facilitando a vida da Receita Federal. Então, nada mais justo que haja uma contribuição para os municípios brasileiros, porque, como já disse aqui, vai aumentar a própria arrecadação em benefício de todos. Muito obrigado a V. Ex^a pela deferência. Mais uma vez, gostaria, em meu nome e no de todos, de saudar os prefeitos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Renan, V. Ex^a é motivo de orgulho, neste instante, para este Senado e para o nosso Partido, o PMDB, quando fala como Líder.

Na semana passada – quis Deus que eu estar presidindo –, V. Ex^a trouxe a debate um dos temas mais importantes: a violência, o piso mínimo para os policiais civis e militares. Agora V. Ex^a adentra o mais importante tema, o municipalismo. É sabido que nós todos temos culpa, porque nossa sábia Constituição previu 53% do Orçamento para o Governo Federal, 22,5% para os municípios, 21,5% para os governos estaduais e 2% para os fundos constitucionais, e nós garfamos dos municípios. Mas V. Ex^a liderou aquele 1% e continua na campanha.

Então nós, do PMDB, nos orgulhamos da atuação de V. Ex^a, que está falando como Líder.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a.

DESENVOLVIMENTO SOBRE RODAS

Sessão de 11-11-2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos agora para usar da palavra o Senador Renan Calheiros, por cessão do Senador Gilvam Borges, que é do PMDB. O Senador Renan Calheiros tem uma das biografias mais fulgurantes. Foi Deputado, Líder de Governo, quando Deputado Federal, Ministro da Justiça, extraordinário Ministro da Justiça, e Líder do PMDB. O PMDB deve muito o seu crescimento à participação de Renan Calheiros, quando liderou esse Partido. Assisti S. Ex^a fazer crescer este Partido aqui, e está aí o resultado. Somos, hoje, o maior Partido do Brasil, quantitativa e qualitativamente.

V. Ex^a poderá usar da palavra, pelo tempo que achar conveniente, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, querido amigo, mais uma vez, pela gentileza.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, tenho ocupado esta tribuna, nos últimos meses, para debater temas relacionados ao desenvolvimento do País e, em especial, ao desenvolvimento de Alagoas.

E um deles, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a modernização do sistema de transportes do estado, que abrange rodovias, ferrovias e o porto de Maceió.

Já discuti, em algumas oportunidades, os problemas da malha ferroviária do estado, que começam, Sr. Presidente, felizmente, a ser solucionados.

Aliás, a melhoria das vias férreas só foi possível, mesmo, graças ao financiamento dado à Companhia Siderúrgica Nacional, incluído na Transnordestina.

Participamos, Sr. Presidente, inclusive, das inaugurações de alguns trechos, eu e o Governador do Estado, Teotônio Vilela.

Falta a Companhia Vale do Rio Doce – já disse aqui desta tribuna, e mais uma vez queria lembrar, outra concessionária que está no mesmo projeto de financiamento – fazer a sua parte, ou seja, iniciar as obras de Porto Real do Colégio a Aracaju. Essas empresas devem garantir a reconstrução da malha até o Porto de Suape, onde encontrará a Transnordestina.

Mas, Sr. Presidente, a rede rodoviária de Alagoas, como todos nós sabemos, ainda apresenta condições de operação deficientes, precisando de investimentos insubstituíveis. A malha possui uma boa distribuição espacial e interliga a capital ao interior do estado e ao restante do País, mas precisa, Sr. Presidente, como dizia, ser revigorada, atualizada, modernizada e ampliada.

Foi por isso que eu e o Governador Teotônio Vilela Filho voltamos a conversar, na semana passada, com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, sobre os projetos que envolvem recursos federais para o nosso estado. Amanhã mesmo, estarei com o Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, e com o Ministro da Saúde, José Temporão.

Quero, Sr. Presidente, agradecer mais uma vez ao Ministro dos Transportes, nosso colega de Senado, que tem assumido e, principalmente, tem honrado os compromissos com os investimentos de infraestrutura em Alagoas.

Acertamos com Alfredo Nascimento que os recursos para a pavimentação da BR-316, no trecho Carié a Inajá, em Pernambuco, serão colocados pela bancada federal por meio de emenda ao Orçamento da União de 2009.

E vamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agora, com os recursos aprovados pelo Deputado Francisco Tenório, asfaltar a rodovia de Chã Preta a Correntes, também no Estado de Pernambuco.

Atendendo, ainda, a um antigo pleito, a uma antiga reivindicação do ex-Prefeito, empresário e querido amigo Nivaldo Jato-

bá, de São Miguel dos Campos, e da Prefeita Rosiane Santos, do PMDB, acertamos com o Ministro dos Transportes a construção do elevador em São Miguel dos Campos, no bairro Rui Palmeira.

Como sabemos, vamos ter, na duplicação da BR-101, dois trechos. Um deles o da divisa com Pernambuco a São Miguel dos Campos, que tem andado, superado entraves ambientais e fundiários, mas esperamos – e este foi o objetivo da audiência que tivemos com o Ministro dos Transportes – que o edital saia ainda este ano. Esse também, Sr. Presidente, foi o compromisso que, mais uma vez, o Senador Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes, assumiu com a Bancada e com Alagoas.

No caso dessa obra, é preciso mesmo publicar logo o edital. Nesse sentido, esperamos a colaboração do Diretor-Geral do Dnit, Luiz Antonio Pagot. No calendário do PAC, no compromisso do Presidente da República, essa duplicação deverá estar concluída até setembro de 2010.

Além desse trecho a que me referi, Sr. Presidente, da divisa com Pernambuco a São Miguel dos Campos, nós teremos o trecho de São Miguel dos Campos a Aracaju, que começará inclusive com o elevador de São Miguel dos Campos.

Ferrovias e rodovias integradas aos portos são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de nossa região. Por isso, é estratégica a reativação do acesso ferroviário ao Porto de Maceió, a duplicação, como dizia, da AL-101 sul e norte, a duplicação da Via Expressa de Maceió e a reforma de outras vias urbanas em torno do porto.

As obras na estrutura física do Porto de Maceió estão avançadas, com a construção do cais, tipo dinamarquês, para adequar as instalações do porto à movimentação de contêineres. No cais, de aproximadamente 407 metros de extensão, estão sendo realizados serviços de confecção e cravação de estacas, colocação de placas, serviço de dragagem e sondagens geológicas.

Quando estive em Maceió, o Ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito, confirmou a inclusão das obras de revitalização, ampliação e modernização do Porto de Maceió e de um terminal de passageiros, também fundamental para o nosso esta-

do, que é um estado turístico, no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Há, Sr. Presidente, a duplicação da rodovia estadual AL-101, que liga Maceió a Barra de São Miguel, com recursos já empenhados há quase dois anos. Além disso, existe um projeto de duplicação da rodovia que liga Maceió a Barra de Santa Antônio.

É muito importante também avançar na construção do viaduto, da passagem elevada do acesso viário do Aeroporto Zumbi dos Palmares à capital, à BR-104, a Rio Largo e ao aeroporto de Rio Largo, a Messias, com recursos da Infraero.

Mais uma vez, gostaria de agradecer ao Presidente da empresa, Sérgio Gaudenzi, e ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, pela atenção dada a Alagoas.

Orçada em quase R\$17 milhões, a obra vai melhorar o acesso de Maceió ao aeroporto, inaugurado em 16 de setembro de 2005. Essa obra, Sr. Presidente, esse investimento caracteriza, na verdade, a última fase da construção do aeroporto de Maceió. A construção da alça viária vai evitar o cruzamento da BR-104, na saída do aeroporto, diminuindo acidentes e melhorando o tráfego na região.

Nesse esforço para ampliar as portas de entrada de nosso Estado, já viabilizamos R\$20 milhões para a construção do aeroporto de Maragogi, que depende agora do relatório de impacto ambiental. Vamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se Deus quiser, viabilizar a ampliação e a modernização do aeroporto de Penedo.

Também precisamos de outro projeto relevante para o estado. O trecho rodoviário entre o aeroporto de Maceió e Cachoeira do Mirim, como todos sabem, já está pronto. E estamos trabalhando – e esse também foi o objetivo da audiência que tivemos com o Governador e com o Ministro Alfredo Nascimento – junto ao Ministério para a construção do trecho entre Cachoeira do Mirim e São Luiz do Quitunde, na altura da Ponte da Flamenguinha.

Estamos retomando a construção da ponte da Barra de Santo Antônio, o que encurtará o caminho para o litoral norte do estado em vários quilômetros e abrirá, Senador Mão Santa, 17 quilôme-

tros de praias praticamente virgens, que atrairão investimentos imobiliários e turísticos.

Vamos também viabilizar – e toda a Bancada trabalha nesse sentido, todos os deputados federais e senadores – recursos para a construção da rodovia Costa Doce, que margeará o São Francisco, de Penedo a Delmiro Gouveia, beneficiando também outros Municípios, como Piaçabuçu, Igreja Nova, Belo Monte, Traipu, Porto Real do Colégio, Piranhas, Olho d'Água do Casado, Água Branca, São Brás e Pão de Açúcar.

Já recuperamos a BR-423, que cruza Alagoas, da divisa da Bahia a Pernambuco, além das BR-101, 104 e 316, sendo que, nesta última, vamos pavimentar – quero repetir – o trecho de Carié a Inajá.

Além disso, estamos restaurando a rodovia estadual de Anadia a Boca da Mata e o acesso de Maria Bode a Delmiro Gouveia.

Estamos viabilizando a construção de acessos a vários municípios e a restauração das rodovias estaduais.

Temos, ainda, Sr. Presidente, outros investimentos com o empenho da Bancada Federal. Por exemplo, a ponte de Penedo a Neópolis está em projeto. É importante que concluamos logo esse projeto, para que possamos aqui, com a bancada federal, como dizia, trabalhar pelos recursos.

Também vamos construir, o que foi uma sugestão e tivemos recursos aprovados por indicação do Deputado Joaquim Beltrão, a rodovia de Penedo a Pindorama, onde encontrará a rodovia de Pindorama, construída com recursos federais obtidos também aqui em Brasília, ainda na gestão de Luciano Barbosa, no Ministério da Integração Nacional.

Nunca é demais lembrar os recursos emergenciais que conseguimos para restaurar as rodovias federais e estaduais; a rodovia de São Luiz do Quitunde a Flexeiras, que precisa, mais uma vez, ser restaurada; a rodovia de Porto de Pedras a Porto Calvo, com recursos aprovados pelo Deputado Augusto Farias, com a construção de pontes, como a ponte do Pilar, de Joaquim Gomes, de Matriz de Camaragibe e da ponte e do viaduto de Teotônio Vilela. Assim como, Sr. Presidente, a rodovia de Ma-

ceió a São Miguel dos Campos, de Maceió a Maragogi, Atalaia, Palmeira dos Índios, Capela, Viçosa, Quebrangulo, Chã Preta, Paulo Jacinto, dentre outras.

Estamos aguardando também os projetos das estradas que ligarão Murici a Capela e a ponte, a que me referi a pouco, de Penedo a Neópolis. Essa ponte é também prioridade dos Governos de Alagoas e de Sergipe.

Outro projeto importante é a continuidade de recuperação da rodovia de Olho D'Água das Flores a Delmiro Gouveia (AL-220) e a duplicação dessa rodovia exatamente no trecho de Arapiraca.

Tudo isso, Srs. Senadores vai deixar Alagoas mais eficiente no escoamento de sua produção, na geração de emprego e renda e na modernização da infraestrutura no estado. São obras como estas, na área de infraestrutura, que irão levar desenvolvimento e justiça social ao nosso povo.

Sr. Presidente, quero continuar trabalhando aqui no Senado Federal para que isso efetivamente se concretize. Para tanto, é fundamental manter a expectativa de investimentos do setor privado em hotéis, pousadas, condomínios e segundas moradias. Sr. Presidente, querido Senador Mão Santa, além de gerar empregos e renda, esses projetos são fundamentais para setores como o turismo e para a economia do Estado de Alagoas como um todo.

Era o que tinha a dizer por hoje.

Mais uma vez, eu queria agradecer a gentileza de V. Ex^a, os gestos seguidos que V. Ex^a tem tido com este Senador quando está na Presidência do Senado Federal. Mais uma vez, elogio o seu papel nesta Casa. V. Ex^a desempenha aqui um profícuo mandato em defesa do Brasil, em defesa da população do Piauí. Quero, modestamente, somar forças para que V. Ex^a se agigante cada vez mais e possa sempre apresentar mais resultados ao povo de sua terra e ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

CORREÇÃO PARA AS APOSENTADORIAS

Sessão de 17-11-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, talvez poucas pessoas tenham notado, mas a Previdência Social desapareceu do noticiário negativo a que estávamos nos habituando. Não se ouve mais falar, no Brasil, em filas nos postos do INSS nem em déficits descontrolados. Pelo contrário, Sr. Presidente, as novas agora são todas muito boas: o número de fraudes foi reduzido; melhorou, sem dúvida, o atendimento nos postos; e aumentou a rede de agências no País com servidores mais bem treinados. Vinte e dois milhões de brasileiros deixaram a pobreza por conta dos benefícios pagos pela Previdência e Assistência Social. Isso mostra, Sr. Presidente, a importância da Previdência Social como instrumento de inclusão social e revela também o aumento do poder de compra do salário mínimo e a melhoria na distribuição de renda.

Quando eu vejo o Senador Paim propor, neste Senado Federal – e, há pouco, conversávamos sobre isto –, políticas públicas, eu acho muito bom porque é, sobretudo, uma oportunidade para que nós possamos aprová-las, partindo sempre da referência que as iniciativas do Senador Paim possibilitam.

Eu lembro, Sr. Presidente – permita-me a Casa lembrar –, que foi este Senado da República que designou uma comissão que propôs a política adotada pelo Presidente Lula de recuperação do poder de compra do salário mínimo. E as pessoas não levam isso em consideração, não analisam o que significa o reajuste do salário mínimo em São Paulo e o que significa o reajuste do salário mínimo em Alagoas, em Pernambuco, no Nordeste brasileiro.

Todas as vezes que nós falávamos da necessidade de adotar uma política para recuperar o poder de compra do salário mínimo, as pessoas alegavam rombo de bilhões nas contas do Tesouro. E isso não acontecia por causa do impacto na economia real. Aumenta a receita – e colaboramos aqui com a criação da Super-Receita. No Brasil, hoje, a receita é mais de 10% maior que a receita real do ano que passou. O que isso significou na geração de emprego, na geração de renda, no aumento do consumo e no aumento do varejo é significativo. São essas coisas que precisam ser postas aqui. Por isso, tenho muita satisfação de ter colaborado com o Senador Paulo Paim em várias proposições, aqui no Senado Federal, criando essa Comissão. Eu mesmo tive a honra, Sr. Presidente, de ser o Relator, no Senado Federal, do Programa Bolsa Família, Senador Cristovam. As pessoas não imaginam o que isso significa nas regiões mais pobres do País.

Somos, em Alagoas, mais de três milhões de alagoanos. Temos 350 mil famílias no Bolsa Família e mais 370 mil famílias na Previdência Social. Sabe qual é a consequência disso? Temos, matriculadas no ensino fundamental, 800 mil crianças em Alagoas. As coisas têm melhorado na educação, na vida do estado, lentamente, claro, mas têm melhorado, por conta dos elementos com os quais somos obrigados a conviver.

A formação que teve a nossa sociedade, a escravidão, a desigualmente...*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitisse, gostaria de um pouco mais de tempo para concluir o meu pronunciamento. Não há aqui uma presença muito grande, o que teoricamente facilitaria.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – V. Ex^a o terá.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado.

As pessoas não sabem o que isso significa.

Desde março de 2004, Senador Cristovam, Alagoas bate recorde sobre recorde no varejo, no consumo e no fortalecimento de seu mercado interno. É o IBGE que diz, por meio da pesquisa mensal do comércio.

Não há uma política voltada para esse resultado. Por que isso acontece? Ora, isso acontece pelo poder real de compra do salário mínimo, que está sendo, na prática, recuperado, e pelo Bolsa Família, que injeta na economia de Alagoas mais de R\$300 milhões por ano. A principal atividade do estado é a cana-de-açúcar, que gera na economia algo em torno de – se levar em consideração somente uma corrente da cadeia, o cortador de cana – R\$75 milhões.

Veja, Senador Valter Pereira, a importância do Bolsa Família, da recuperação do salário mínimo, da política do salário mínimo que aprovamos aqui no Senado Federal, que contou com a direta e decisiva participação do Senador Paulo Paim.

Permitam-me voltar ao discurso.

Esses resultados positivos, Sr. Presidente, devem-se ao trabalho da equipe do Ministério da Previdência, em especial do Ministro e colega de Parlamento José Pimentel. Nordeste como nós, ele conhece muito bem a realidade das regiões mais carentes e o sofrimento de uma população inteira que depende muito dos benefícios pagos pelo INSS, pela Previdência Social. Ele demonstrou, Sr. Presidente – permitam-me Srs. Senadores –, na Câmara dos Deputados, que é um dos maiores especialistas neste tema aqui no Brasil.

Nosso País, que, aliás, resistiu à onda negativa de mudanças na década de 90, manteve um modelo de previdência pública mais justo e menos desigual. Um dos aspectos mais importantes diz respeito à ampliação da cobertura previdenciária. Hoje são mais de 40 milhões de trabalhadoras e trabalhadores contribuintes e com direito à proteção na velhice.

A complexidade do nosso sistema, Sr. Presidente, que paga mensalmente 26 milhões de aposentadorias, pensões e outros benefícios, é outro aspecto que chama a atenção.

Foram vários os avanços, principalmente nos últimos 20 anos, com a Constituição de 1988. Os trabalhadores rurais tiveram seus

direitos equiparados aos segurados urbanos. Estes integram um regime contributivo, enquanto a Previdência Rural será sempre subsidiada, conforme determinou a Constituinte, que tenho a honra de ter integrado em nome do povo de Alagoas, juntamente com V. Ex^a, em nome do povo de Mato Grosso do Sul.

As mulheres conquistaram o direito à aposentadoria rural e à licença-maternidade, que hoje pode chegar a seis meses.

Falta, agora, Sr. Presidente e Srs. Senadores – já defendi desta tribuna e, mais que isso, aprovei um projeto nesse sentido, no Congresso Nacional, aqui no Senado da República e na Câmara dos Deputados –, estender aos trabalhadores domésticos o conjunto geral dos direitos do trabalho, como hora extra, adicional noturno, salário-família e FGTS obrigatório.

Como dizia, as conquistas foram muitas. O menor valor de benefício pago pela Previdência Social passou a ser em torno do salário mínimo. Para cada real de arrecadação, a Previdência repassa até R\$3,00 para o município, movimentando o comércio e estimulando o desenvolvimento local.

Sr. Presidente e Senhores Senadores, ampliar a rede de proteção social do País continua sendo um desafio para a Previdência. É por isso que faço questão de manifestar meu total e irrestrito apoio ao projeto de lei complementar que cria o novo sistema de inclusão previdenciária para os microempreendedores individuais, já aprovado pela Câmara dos Deputados e que se encontra no Senado Federal. E nós precisamos, sem dúvida nenhuma, aprová-lo.

Senador Mão Santa, assim que a proposta virar lei serão beneficiados dez milhões de autônomos, como feirantes, camelôs, sacoleiros, pipoqueiros, borracheiros e outros profissionais, hoje na informalidade. Pelo projeto, esses empreendedores...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Já darei o aparte a V. Ex^a.

Com faturamento anual de até R\$36 mil, ficarão isentos de diversos impostos, como Imposto de Renda, PIS, Cofins, CSLL e IPI. Terão apenas de recolher um valor fixo e mensal de aproximadamente R\$50,00, por meio de um carnê único ou via desconto na conta de luz. A quantia inclui o pagamento do ISS, ICMS e uma contribuição de 11% sobre o salário mínimo para o INSS.

Além disso, os empreendimentos não precisarão de contabilidade nem emitir nota fiscal, a não ser que as vendas sejam para pessoas jurídicas. Hoje, quando esse trabalhador fica idoso, acaba dependendo da Lei Orgânica da Assistência Social ou de instituições de caridade. Podendo contratar dois empregados e com acesso a benefícios da Previdência, essa pessoa poderá vender para mais gente, comprar mais como pessoa jurídica e ter acesso a crédito diferenciado.

Outra iniciativa que conta com meu apoio é a recomposição do valor das aposentadorias. Na semana passada, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em caráter terminativo, substitutivo do Senador Expedito Júnior ao projeto do Senador Paulo Paim, que cria o Índice de Correção Previdenciária, para atualizar o poder de compra dos benefícios pagos a aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, trata-se de medida justa para que as pessoas desfrutem de uma aposentadoria digna, tranqüila, com qualidade de vida e sem sobressalto financeiro na velhice.

A meu ver, superestimou-se – já disse e repito – o aumento dos gastos que a mudança irá provocar. Na verdade, o foco da discussão não deve ser simplesmente financeiro, mas social, até porque o financeiro será recomposto pelo impacto na economia real.

A região que represento no Senado Federal, o Nordeste, é a que recebe o maior percentual de recursos do órgão. Os benefícios pagos nos nove estados do Nordeste representam 21% do valor total do que é pago em todo o País.

Querido Senador Mão Santa, o Nordeste também concentra mais de um quarto da quantidade de benefícios da Previdência: 27%, com quase sete milhões de benefícios do total de 26 milhões do País.

Em Alagoas, a Previdência Social é a principal fonte de renda na maioria dos municípios do estado.

Em setembro, os recursos provenientes do pagamento dos benefícios a 381 mil segurados ultrapassaram os valores do Fundo de Participação dos Estados. O Governo Federal transferiu do FPE R\$121 milhões, enquanto a Previdência Social movimentou R\$173 milhões na economia alagoana – uma diferença superior a R\$50 milhões. E, graças à sensibilidade do Ministro José Pimentel, a rede de atendimento do INSS em Alagoas será ampliada.

E é muito bom que isso aconteça. Quantas não foram as vezes em que vim à tribuna do Senado Federal pedir exatamente isto: que a rede seja ampliada para melhorar e qualificar os serviços? E eu, em nome do povo de Alagoas, agradeço, quando isso está para acontecer.

Ouçó, com muita satisfação, comemorando mais uma vez a convergência com esse grande amigo, o Senador Mão Santa, em relação à necessidade de reajustarmos as aposentadorias.

Senador Mão Santa, este não é um discurso oportunista, como tentam dizer na grande imprensa.

Senhoras e Senhores Senadores, não é demagogia defender o reajuste; é a defesa da confiança no sistema. Se não garantirmos a confiança no sistema, se não entendermos o sistema como algo em que a sociedade deva acreditar, você não pode convencer uma pessoa a contribuir sobre dez salários mínimos, sobre doze salários mínimos, se ela não tiver a garantia do que receberá, se não houver um critério defensável, óbvio para reajustar a aposentadoria que ele vai receber no futuro, para garantir sua família e sua sustentação, a sustentação de seus filhos.

Senador Mão Santa, ouço V. Ex^a com satisfação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Renan, a Previdência sempre teve história. Sou aposentado, entendo mais do que o Ministro aí, e vou dizer por que: trabalhei como médico no Ipase, que era do Governo Federal, no município. E Deus me permitiu, Renan, criar um instituto. Não fui eu não, mas todos os prefeitos de cidades grandes.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Não tenho divergência com relação a isso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sim, todos os prefeitos de cidades grandes, das capitais. Foi uma experiência muito boa criar os institutos municipais. Depois, governei o Estado do Piauí. Mas eu daria um exemplo muito recente a V. Ex^a. Já sou aposentado, e sempre pagaram direitinho. V. Ex^a, que tem acesso ao Luiz Inácio, a Sua Excelência, que é generoso, leve este exemplo: estudando a biografia do Presidente Sarney, que é generoso, vi que Dona Kyola, que hoje é santa, dizia, “Filho, não deixe que mexam com os velhinhos, com os aposentados”. Quer dizer, ele teve em conta essa advertência e não mexeu. Isso foi outro dia; não estou fazendo alusão à história da República Velha, do Deodoro. Isso é coisa recente. Fui aposentado há poucos dias pela Previdência. Acompanhei. Isso é um trato nosso, não é um trato do Executivo, não. O Governo somos todos nós. A República é isso. Nós somos o povo, Renan. Aqui, juntos, temos mais votos do que o próprio Luiz Inácio. Eu já tive o trabalho de somar. Então, nós somos o povo.

Nós fizemos esse acordo, esse contrato. Já pensou um velhinho que planejou sua vida com dez salários mínimos e agora está recebendo quatro? Ou que planejou receber cinco salários e está recebendo dois? O que há de idosos – eu estou fazendo essa pesquisa – se suicidando... Tem o plano de saúde. E vou dizer uma coisa grave para o Pimentel aprender. Nós estamos aqui é para ensinar. Olha, eu sou médico há 42 anos, e era da Previdência Social. Naquele tempo, ela se dava ao luxo de ser responsável pela saúde. Hoje, não é mais; é o Ministério da Saúde, é o médico de família, é a prefeitura... Naquele tempo, e eu sou médico, era o INPS. E se pagava o aposentado, e dava. Então, temos de retirar essa norma. Eu acredito que a página mais bela que o Presidente Luiz Inácio fez foi a da valorização do salário mínimo. Essa eu acho que é a mais bela. O Bolsa Família tem de passar pela modernização de caminhar para o trabalho. É o trabalho que dignifica, que engrandece e dá caráter. Eu não sou contra. Fé, esperança e caridade – Apóstolo Paulo. Ninguém é contra, mas vamos encaminhar para o

trabalho. E isso é fácil. Entregue para os prefeitos que eles sabem botar esse povo para trabalhar. O trabalho dignifica, engrandece e dá o exemplo para os filhos. Padre Antonio Vieira dizia que o exemplo arrasta. Se ficar esse povo à toa, o que vai ser dos seus filhos? Nós estamos aqui para isso. Atentai bem: como é que o Sarney pagou? Os dez salários eram dez salários. A santa Kyo-la sempre advertia. Então, dê um jeito. Isso já foi estudado. Esse projeto é do Paim, que é do PT, do PT bom, há cinco anos. Vamos economizar em outras coisas, mas vamos resgatar aquele compromisso, porque existe, foi assinado. Então, esta é a maior crise: a crise moral, a crise do direito, a crise da palavra que nós demos. V. Ex^a, agora, está bem perto, porque, ao longo de sua vida política, tem se mostrado um líder que sabe vencer os obstáculos, as adversidades. É um vitorioso. No Nordeste, todos nos sentimos orgulhosos. V. Ex^a – quero dar o testemunho – como...*(Interrupção do som.)*

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – (...) Ministro da Justiça, embora o Piauí tenha tido Petrônio Portella, está entre os melhores Ministros da Justiça que este País já teve.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Dou o testemunho, porque governava o Estado do Piauí. Naquela época, V. Ex^a melhorou os cárceres do Nordeste. Então, tenho essa gratidão.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, que se mostra com a gentileza de sempre. Não tenho absolutamente nenhuma divergência com o que V. Ex^a acaba de colocar. V. Ex^a tem favoravelmente surpreendido esta Casa todos os dias, ao abordar com profundidade temas diferentes, em diferentes áreas. V. Ex^a consegue isso porque exatamente tem o “sentimento do mundo”, como dizia o poeta. Foi um grande Governador do seu estado, o Estado do Piauí. Em algumas oportunidades, visitando-o, pude ver com meus próprios olhos a popularidade, o prestígio e o respeito que V. Ex^a tinha – e tem – no seu estado. Tenho, assim, muito orgulho da amizade que tenho

por V. Ex^a, dos ensinamentos que essa convivência me proporciona todos os dias.

Muito obrigado, querido amigo, Senador Mão Santa.

Eu acho que o Presidente Lula tem muita sensibilidade social. O que V. Ex^a acaba de colocar com relação ao salário mínimo é uma sobeja demonstração disso. E ele, mais do que qualquer um de nós, tem condições políticas, Presidente Valter Pereira, para resolver esse problema, para aprovar criteriosamente um índice que reajuste as aposentadorias. Ele precisa fazer isso; é a sobrevivência da Previdência; é a confiança na Previdência Social que temos de devolver. Não agir por esse caminho que V. Ex^a recomenda é o mesmo que privatizar a Previdência Social; é dar aos contribuintes de hoje a única certeza de que vão contar com os planos privados de previdência no futuro – e é isso que muita gente quer no Brasil.

Não queremos e não devemos quebrar a Previdência e aumentar seu déficit...

*O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Valter, só para complementar. Bem ali na Argentina, a Presidenta encampou os privados que não estavam pagando o devido. No Brasil, há o *Aplub*: é só charlatão, é enrolada. E ela encampou os privados, para que se obedeça e se respeite o contrato que fizeram com os aposentados.*

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – V. Ex^a tem razão. Não queremos quebrar a Previdência, aumentar o déficit público, muito pelo contrário. Acho que o Senado tem de cumprir um papel com relação a essa crise, um papel diferenciado...*(Interrupção do som.)*

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – (...) porque colaborou em todos os momentos da vida do Brasil. Precisamos avançar, conversar com todo mundo, reunir a Bancada do Governo, a Bancada da Oposição, porque essas bancadas são faces de uma mesma moeda.

É preciso ressaltar o papel da Oposição nesta Casa e conversar com todos. Procurei, o tempo todo, fazer isso e não me arrependo do que fiz. A democracia ganhou.

As pessoas esquecem que no Brasil a democracia tem apenas 20 aninhos de existência – 20 aninhos! Essa é uma conquista que temos de preservar. Ela tem apenas 20 anos! Não é da nossa melhor tradição, e este Congresso Nacional e a sociedade cumpriram um papel para consagrar a democracia. Ela vai passar por um duro teste, que é essa crise econômica.

Nós temos de suplantar essa crise e manter o País como está. Se o Brasil sofrer menos com a crise econômica, se for o País que sofra menos com a crise econômica, melhor; mas, para que isso aconteça, temos de revigorar o papel do Parlamento, principalmente o do Senado Federal.

O Senado, ao longo da história deste País, tem cumprido um importantíssimo papel. É importante ressaltá-lo neste momento e chamar todo mundo; é preciso conversar com as pessoas, ouvir os economistas, todas as correntes, chamar a sociedade civil, o movimento sindical e fazer uma convocação à Ordem dos Advogados do Brasil. Precisamos manter as conquistas do nosso País, garantir a democracia, a estabilidade econômica, o crescimento econômico.

O Brasil sempre cresceu economicamente ao longo de sua história; durante mais de 50 anos, foi o País que economicamente mais cresceu no mundo. Nós temos de garantir isso e fortalecer o mercado interno. Celso Furtado dizia que o Brasil só seria grande quando grande fosse o seu mercado interno. *(Interrupção do som.)*

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Nós temos de trabalhar, para que isso continue a acontecer. Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Como dizia, Senador Mão Santa, o Presidente Lula vai resolver esse problema. Eu conheço a sua sensibilidade social. Nós precisamos ter apenas um critério que nos leve a um índice que seja absolutamente responsável, que reajuste no limite em que se deve reajustar, recuperando-se o poder de compra. Não necessariamente há de avançar na velocidade da recuperação do poder

de compra do salário mínimo, mas não pode ficar para sempre defasada a aposentadoria no Brasil, porque vamos ver, lamentavelmente, o sistema ruir.

Então, é importante conversar com o Presidente, chamar a atenção da sua sensibilidade, do compromisso que ele tem com o Brasil, o que tem reiteradamente demonstrado; chamar o Senado da República, o Senador Paim, que tem cumprido, já disse e repito, um importantíssimo papel.*(Interrupção do som.)*

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – É importante conversar com os aposentados e resolver, definitivamente, essa questão.

Agradeço a V. Ex^a, Presidente, a deferência, a maneira como, mais uma vez, possibilitou que eu fizesse este pronunciamento. Peço que V. Ex^a dê como lido o restante do pronunciamento, porque o tempo, que foi usado indevidamente por mim, não permitiu que o fizesse da tribuna do Senado Federal.

Mas é uma grande oportunidade grande. Não pude conceder o aparte ao Senador Cristovam, que gostaria de ter concedido. Há pouco, conversei demoradamente com o Senador Valter Pereira. Nós temos de aproveitar este momento, a oportunidade que o momento nos proporciona para firmar o Legislativo, para fazer com que ele continue a cumprir o seu papel. Esses rombos, esse terror que anunciam vão continuar sendo anunciados sempre. Sempre foi assim. Foi o mesmo que...*(Interrupção do som.)*

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – (...) vimos, quando aprovamos aqui – já disse e queria repetir – a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Nós fizemos um acordo, para que essa lei entrasse em vigor. Trouxemos aqui o Ministro da Fazenda, setores do Governo, da Receita. A Receita queria a Super-Receita e teve deste Parlamento a Super-Receita. Então, o Parlamento tem de colaborar para melhorar a vida do Brasil.

Lamentavelmente, muita gente não queria que o Presidente Lula pusesse em prática essa receita, que mantivesse, nos seus fun-

damentos, a política econômica do Governo que passou, mas os resultados estão aí. A economia mantém os fundamentos intactos; o Brasil, se crescer 3,5%, 4% – o que será muito bom –, vai manter a liquidez, os empregos, o crédito. Quantas vezes, Senador Mão Santa, defendemos aqui a elevação do crédito no País? O Brasil não retomaria o crescimento econômico sem elevação percentual do crédito.

Quando começou o Governo do Presidente Lula, tínhamos disponível, como crédito em nosso País, apenas 19% do PIB. Esse percentual chega hoje a 37% do Produto Interno Bruto. Isso precisa continuar. Não pode haver crise sistêmica; temos de resolver os problemas de todos, disponibilizar crédito, fazer um plano de salvamento, manter intacta a nossa economia, mas não podemos, também, ser desumanos com os aposentados. Não é um discurso demagógico; é uma necessidade concreta de que o Parlamento, com razões, com números, com argumentos, com verdade, assuma essa posição.

Muito obrigado, Senador Valter Pereira.

AUMENTO DO PODER DE COMPRA DOS SALÁRIOS

Sessão de 17-11-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, de Alagoas e do Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Senador Mão Santa, gostaria de fazer um pedido a V. Ex^a. É um pedido de registro nos Anais do Senado Federal.

Desde muito cedo, quando fui Constituinte, aumentei meu interesse pelos temas sociais, pela inclusão dos menos favorecidos, pelos programas de renda mínima e por ações que ajudam a corrigir as brutais diferenças sociais do nosso País.

Murici, minha terra natal, cidade onde nasci, foi a primeira cidade do Nordeste a implantar o então Programa Bolsa Escola, antes mesmo do Bolsa Família.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Era Ministro o Paulo Renato.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Era Ministro o Paulo Renato.

Quando Ministro da Justiça, na década de 90, eu já defendia o microcrédito. Naquela época, o programa era apenas uma tese que foi apresentada ao mundo pelo economista bengalês Muhammad Yunus, da República de Bangladesh, ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 2006 por seu esforço para retirar milhões da pobreza.

Ainda no Ministério da Justiça, combatemos, entre outras ações, a agiotagem que consumia, Sr. Presidente – V. Ex^a lembra muito bem –, as economias dos aposentados, Senador Marcelo Crivella, e dos servidores públicos. Tivemos a oportunidade – já disse, aqui, hoje e queria repetir – de instalar a comissão de senadores que propôs uma política de recuperação do poder de compra do salário mínimo, e uma das consequências dessa comissão, que, em todos os momentos, contou com a participação do movimento sindical, das centrais sindicais, foi o convencimento do Presidente da República com relação à oportunidade histórica de recuperar, paulatinamente, o poder de compra do salário mínimo, o que afeta diretamente as pessoas mais pobres da nossa população.

Talvez, Sr. Presidente, a missão que mais me enche de orgulho tenha sido a honra de poder ter relatado, no Senado Federal, o Programa Bolsa Família, que unificou vários programas sociais. Tive o privilégio e a satisfação, como Senador e representante do meu Partido, o PMDB, de relatar no Senado Federal o Bolsa Família.

Aliás, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a propósito, gostaria de solicitar, como disse a V. Ex^a, a transcrição de uma entrevista do economista alagoano Cícero Péricles dada ao jornalista Paulo Henrique Amorim. Essa entrevista foi tão importante, que merece ficar para sempre marcada na memória desta Casa, o Senado Federal, e do País. É o que pediria a V. Ex^a neste momento: que V. Ex^a mandasse a Secretaria-Geral da Mesa transcrever essa entrevista verdadeira, histórica, cuja transcrição nos Anais da Casa só agora estou tendo a oportunidade de solicitar.

Nela, o competente estudioso alagoano registra que os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, garantem quatro vezes mais recursos para a população que o setor de cana-de-açúcar, por exemplo.

Assim, o Senado e o País poderão conhecer melhor outro lado deste programa que – já disse aqui – é pioneiro no mundo inteiro e está sendo copiado por vários países.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR RENAN CALHEIROS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

Governo de Alagoas é quem mantém economia de Alagoas em crescimento.

Programas de distribuição de renda como o Bolsa Família garantem quatro vezes mais recursos para o povo do que o setor da cana.

Paulo Henrique – Professor, me diga uma coisa, as informações que eu tenho aqui mostram que a metade das famílias, em Alagoas, integram o Bolsa Família. Eu lhe pergunto, quais são os principais impactos, a principal repercussão desse fato na economia e no ambiente social de Alagoas, o que diria o senhor?

Cícero Pércles – Olha, veja bem, como são 350 mil famílias, é o maior número proporcional do Brasil de atendimento do Bolsa Família em relação ao total da população, é evidente que o impacto em Alagoas relativamente é maior que nos demais estados, inclusive nos estados nordestinos, Paulo. O principal impacto é no consumo direto, a demanda reprimida por alimentos, roupas, remédios é, de alguma forma, parcialmente atendida pelos recursos do Bolsa Família. É muito baixa a média de pagamento por família, são R\$76,00. É muito baixa ainda. No entanto, dado ao nível de pobreza generalizado da população alagoana, e nordestina também, é evidente que um programa como esse tem um aspecto extremamente positivo de que libera recursos de forma imediata em forma de dinheiro, e não em forma de outro serviço, para que a população possa ir ao mercadinho, à feira popular, ou seja, aos canais de comercialização, e adquirir os bens que sonhavam há décadas. Então, a exploração do consumo é o primeiro, e mais importante, dos efeitos do Bolsa Família.

Paulo Henrique – Mas com R\$76,00 por mês, o senhor pode falar numa explosão de consumo? O que é que em números físicos, digamos assim, em que produtos isso tem se verificado.

Cícero Péricles – Alagoas, você sabe, é o maior produtor do Norte e do Nordeste de cana-de-açúcar do Brasil. Uma tonelada de cana cortada paga a um trabalhador, Paulo, R\$3,00. Está ouvindo, não é? Não é uma cana, é uma tonelada de cana, R\$3,00. E nós produzimos 25 milhões de toneladas de cana por ano. Isso quer dizer que para cortar toda a cana alagoana, o patronato paga R\$75 milhões. R\$75 milhões é todo o dinheiro colocado na renda da sociedade para o consumo, naturalmente, em função do corte de cana. O Bolsa Família, Paulo, representa R\$300 milhões por ano. Ou seja, é quatro vezes mais importante do que toda a renda gerada no principal setor agrícola local. Você está vendo a diferença? E isso também é o mesmo valor que paga em Pernambuco, na Paraíba, ou seja, não existe nenhum elemento dinâmico da economia que joga tanta renda de forma imediata, e as contrapartidas são mínimas, é colocar a criança na escola, ou seja, as chamadas condicionalidades do Bolsa Família são muito poucas em função do imediatismo da população. Então, o volume é muito grande, R\$300 milhões para uma economia periférica. A população que é atendida tem um nível de consumo, um padrão de consumo, completamente diferente da classe média, ela desconhece esses elementos de supermercado, é o consumo básico de alimentos, é a roupa singela, é o remédio que estava com medida de urgência, ou seja, esse consumo de imediato está se realizando. Tanto que o IBGE tem uma pesquisa extraordinária chamada Pesquisa Mensal de Comércio, que é feita regularmente, e Alagoas tem um dado inusitado, há 46 meses, desde março de 2004, que Alagoas bate recordes sobre o seu próprio consumo, mas também o dobro da média nacional, e não tem explicação econômica para isso.

Paulo Henrique – Isso é impressionante.

Cícero Péricles – E todos os estados nordestinos, se você acionar lá na internet o IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio, vai tomar um choque porque Alagoas não tem nenhum investimento,

nenhuma dinâmica econômica chinesa, que se chama hoje, para explicar o consumo sequenciado, 46 meses é uma série histórica exagerada. Ainda que seja a Suécia com sol (*risos*).

Paulo Henrique – Mas isso é positivo para os alagoanos.

Cícero Péricles – Quando eu falei Suécia com sol, eu me referi para John Prideaux, o inglês, eu disse, metade da população alagoana recebe Bolsa Família e a outra metade recebe também a Previdência Social. Isso é um detalhe importante, são 710 mil famílias, 350 recebem do Bolsa Família e 360 mil da Previdência, então, nem a Suécia tem uma cobertura social tão extraordinária como essa aí. E claro, quando o salário mínimo tem um aumento pequeno, como agora R\$32,00, o impacto é muito grande porque a pobreza também é muito grande. É evidente que o impacto do aumento do salário mínimo em São Paulo é um e no Nordeste é outro completamente diferente. R\$32,00 aqui fazem uma diferença extraordinária.

Paulo Henrique – E o que o senhor pode nos contar sobre o efeito do Programa Bolsa Família que já estava sendo precedido do Bolsa Escola, sobre a escolaridade das crianças alagoanas? O que já se pode medir aí?

Cícero Péricles – Excepcional, porque o último balanço que foi feito pelo próprio Ministério revela que o número de crianças que tem tido acompanhamento é quase de dois terços. Imagina que o número de crianças que estão indo à escola no Ensino Fundamental de Alagoas são quase 800 mil crianças. Por que você sabe que a faixa etária da pirâmide nossa a base é muito larga. Então, 800 mil crianças, num universo de três milhões para você acompanhar, dada à fragilidade social, a ausência de prefeituras eficientes, as secretarias que vivem permanentemente em crise, que você acompanha, nós temos um governo em crise há muitos anos, mesmo assim, dois terços dessas crianças têm tido acompanhamento. E temos a informação do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde que a vacinação tem avançado extraordinariamente, tanto que a taxa

de mortalidade infantil vem diminuindo. É evidente que não é um quadro ideal, mas é um quadro significativo.

Paulo Henrique – E com relação ao aproveitamento das crianças, as crianças estão freqüentando as escolas? As notas das crianças estão melhorando? O que o senhor pode nos contar sobre isso?

Cícero Péricles – Sim, também é positivo. Os balanços que a Secretaria de Estado da Educação e que o Ministério da Educação tem revelado sobre Alagoas são dados progressivos e positivos. Lentos, Paulo, por quê? Porque há uma história por trás disso, é uma sociedade historicamente determinada por elementos negativos como latifúndio, escravidão, dependência à monocultura, urbanização precoce e acelerada. Evidentemente que esses elementos travam muito essa possibilidade, porque você joga 800 mil crianças nas escolas, mas o corpo docente é muito ruim, a infraestrutura material é muito ruim, o nível de corrupção é muito alto. Então, esses elementos travam a possibilidade de um avanço mais rápido que aproxime Alagoas da média nacional. Mas o fato é que o impacto desse dinheiro junto às famílias mais pobres, que são 53% do total, tem sido algo espetacular.

Paulo Henrique – Para uma revista ultraliberal como a *Economist*, fazer uma reportagem em defesa de um programa estatal, eu fiquei perplexo quando vi. Em geral eles falam mal...*(risos)*

Cícero Péricles – Nós fizemos um *tour*, com ele, concentrado. Ele estava desconfiado, eu acredito, fizemos um *tour* com ele pela periferia. E os resultados ditos pelas famílias e por professores, diretores de escolas, pequenos empresários. A rede de comércio de Alagoas e do Nordeste inteiro é absolutamente favorável ao Bolsa Família e a Previdência, e ao PETI, que é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que aqui tem um peso significativo, e ao Fundeb, e o SUS, porque a população é muito pobre e, evidentemente, vê nesses elementos, uma saída, uma alternativa para romper o quadro de miséria absoluta que existe.

**Entrevista editada a partir da originalmente realizada pelo jornalista Paulo Henrique Amorim e publicada no site conversaafiada.ig.com.br*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento Interno.

A beleza da intervenção de V. Ex^a, eu a senti na emoção, quando V. Ex^a falou de Murici, sua terra natal. E veio a minha mente Sêneca, que não era nem da grandiosa e intelectual Atenas, nem da bélica Esparta, era de uma pequena cidade. Mas ele, que era muito culto, que ensinou muitos reis, inclusive Alexandre, o Grande, disse assim: “Não é uma pequena cidade. É a minha cidade”. Então, Murici não é uma pequena cidade, é a cidade desse filho ilustre, Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Sessão de 19-11-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil é um país onde a mistura de raças deu lugar a uma demografia colorida, alegre e rica, mas demarcada, infelizmente, por altos índices de preconceito.

A população negra e mulata que forma essa grande massa de gente fica em torno de 50% – autodeclarados – de um total de quase 200 milhões de brasileiros.

Em comemoração ao Dia da Consciência Negra, amanhã, dia 20, diversos eventos estão sendo realizados pelo País, no momento em que passam 120 anos da Abolição.

Vamos aproveitar para refletir e debater a situação em nossa caminhada contra o preconceito e a favor de melhores condições para a população negra.

A situação de desvantagem dos negros é flagrante em todos os indicadores – saúde, educação, mercado de trabalho e renda – analisados pelo Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007-2008.

É no capítulo dedicado à violência que as disparidades são mais assustadoras. Enquanto o número de homicídios se manteve estável entre os brancos, na comunidade negra subiu de quase 19 mil para 27 mil e 500, no período de 1999 a 2005.

Isto representa, em termos proporcionais, 60,2%, do total de assassinatos no País.

Uma forte razão que leva o negro à condição de alvo preferencial da violência é a pobreza. Nas regiões onde a carência econômica, educacional e material é grande, o fenômeno da criminalidade está presente.

No mercado de trabalho, é histórica a dificuldade enfrentada pelos negros, expressas pelo maior desemprego, maior vulnerabilidade na contratação, dificuldade de ascensão profissional e por rendimentos menores do que a população não-negra.

É grande a concentração de negros nas faixas da população de menor escolaridade – do analfabeto até o ensino médio incompleto –, realidade que se inverte nos níveis mais elevados de instrução, com maior presença de não-negros.

Sei que o Ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, tem lutado contra esta realidade, assim como nós, aqui no Parlamento.

Eu sou daqueles que defendem, com unhas e dentes, a aplicação, na íntegra, do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto do Idoso, do Estatuto dos que possuem deficiência, do Estatuto dos Povos Indígenas, enfim, dos direitos das minorias e dos desfavorecidos.

Tenho trabalhado, no exercício do meu mandato, pela implantação dessas políticas, criando campanhas com lemas como “somos iguais, com nossas diferenças”.

Na Constituinte, integrei a Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, da Comissão da Ordem Social, como titular.

Estes princípios são fundamentais, quando temos por meta combater não somente toda e qualquer desigualdade, mas principalmente seus piores vícios, que são a discriminação, o preconceito e o racismo.

Para reduzir os impactos negativos das desigualdades raciais, é importante priorizar as regiões metropolitanas, diminuir a violência urbana, equacionar a segurança pública, gerar expectativa de educação, trabalho e renda para a juventude e melhorar a qualidade de vida da população negra.

Muitas medidas podem ser adotadas, tais como:

Uma discussão mais profunda com a sociedade do sistema de cotas;

A contribuição obrigatória do FGTS para as trabalhadoras domésticas, na maioria mulheres negras;

O estímulo à criação de Secretarias Estaduais e Municipais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em todos os entes federativos;

A ampliação dos recursos orçamentários e financeiros do Programa Brasil Quilombola, com o objetivo de elaborar o mapa dos territórios de quilombos e de comunidades negras rurais e urbanas;

E a implementação de ações voltadas para o desenvolvimento e a inclusão social, articuladas com diferentes órgãos governamentais que tenham impacto na qualidade de vida da população negra.

Este é meu compromisso como representante de Alagoas, um estado que tem em Zumbi dos Palmares, o símbolo da resistência negra e do orgulho nacional.

Colaboramos, modestamente, para que, na Serra da Barriga, em União dos Palmares, fosse inaugurado o monumento a Zumbi.

Os governantes palmarinos, em meio às guerras, chegaram a comandar 30 mil almas num único Quilombo! Muitos deles eram, também, índios e brancos pobres, que resistiram por quase cem anos na República dos Palmares.

Zumbi é hoje, para todo o povo brasileiro, um símbolo da luta contra a opressão, da resistência negra, uma lenda viva que anima o País a continuar o trabalho contra as desigualdades.

Hoje, há toda uma dívida histórica com os descendentes destas populações a ser reparada.

De acordo com o Secretário de Cultura de Alagoas, Osvaldo Viégas, nosso estado possui, aproximadamente, 50 comunidades quilombolas, em mais de 20 municípios, que ainda não foram devidamente valorizadas, nem apoiadas na preservação de seus “saberes e fazeres”.

De minha parte – nesta data em que se lembra de Zumbi e da luta pela consciência negra –, vamos continuar trabalhando contra a desigualdade racial e social e contra o preconceito.

Muito obrigado.

INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR

Sessão de 27-11-2008.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, nenhuma obra no Brasil dramatizou e traduziu melhor a realidade do verdadeiro interior do País que *Vidas Secas*.

Agora, em 2008, o quarto e último livro do grande Mestre Graciliano Ramos completou 70 anos. Já vendeu mais de 1,5 milhão de cópias e está na 106^a edição.

Esse alagoano, Sr. Presidente, de Quebrangulo, representa o estilo regionalista da literatura nacional e descreve, com precisão inigualável, a dura vida dos sertanejos.

Quase ao mesmo tempo em que nascia *Vidas Secas*, tinha início um processo que está mudando até hoje – e, acredito, para sempre – o interior não somente do Nordeste, mas mudando para sempre o interior de todo o País. Refiro-me à interiorização do ensino público superior, que recoloca, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Brasil nos trilhos do século XXI ao estender esse nível de educação também às massas menos favorecidas.

Na década de 90, a proporção de jovens entre 20 e 24 anos que ingressava no ensino superior correspondia a 11%, conferindo ao Brasil o 17^o lugar entre os países latino-americanos, superando apenas Nicarágua e Honduras.

Num dos estudos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, observou-se que, no ensino superior, estudantes oriundos de famílias com

renda de até seis salários mínimos representavam 12% dos matriculados em instituições privadas e 11% em instituições públicas.

Tanto no setor privado, quanto no setor público, a proporção de estudantes oriundos de famílias com renda acima de 10 salários mínimos ultrapassava os 60%. Felizmente, Sr. Presidente, nos últimos anos, essa realidade está mudando e está mudando para melhor.

O próprio Presidente da República, Presidente Lula, tem se dedicado ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – o ReUni, criado em 2007. Aliás, o programa foi inspirado, em boa parte, no Plano de Expansão da Universidade Federal de Alagoas, concebido por técnicos da Universidade Federal do nosso Estado.

O Presidente Lula, Sr. Presidente, fez questão de lançar pessoalmente a pedra fundamental do *campus* da Universidade Federal de Arapiraca, inaugurado em 2006, e que hoje conta com mais de 1.700 alunos. E disse, acertadamente, naquela oportunidade, que não é o jovem que tem de ficar perambulando o Brasil atrás da universidade. É a universidade que tem de ir atrás do brasileiro, tem de ir aonde o jovem está.

O último *ranking* das universidades revela que o Presidente está certo ao levar ao interior o ensino superior. Das dez primeiras universidades em qualidade de ensino, quatro são interioranas. Nenhuma, Sr. Presidente, nenhuma, querido Senador Mão Santa, ainda do Nordeste, mas eu tenho absoluta convicção de que nós chegaremos lá.

Também o Ministro da Educação, Fernando Haddad – que tem batalhado com afinco e competência pelo programa –, diz que a rede federal estará instalada em 188 cidades até 2010.

O Brasil, Sr. Presidente, somente dará um salto de qualidade – já disse isto e já ouvi V. Ex^a dizer isto também – se nós cuidamos da educação dos brasileiros. Por isso, fiquei extremamente sensibilizado com o convite feito pela Reitora da Universidade Federal de Alagoas, Professora Ana Dayse, para participar da solenidade de lançamento da pedra fundamental do Campus Sertão, em Delmiro Gouveia, nesta quinta-feira. Infelizmente, Sr. Presidente

Alvaro Dias, nesta quinta-feira, compromissos pessoais me retiveram aqui em Brasília, mas faço questão de registrar o meu apreço pelo trabalho da Reitora, uma pessoa que, sem dúvida nenhuma, está revolucionando o ensino superior em Alagoas.

Quero, ainda, nessas poucas palavras e nesses poucos minutos que me restam, parabenizar o meu querido amigo, o Prefeito de Delmiro Gouveia, Erivaldo Bezerra Sandes, o nosso querido Valdo Sandes, que, com o esforço da Prefeitura Municipal, ajuda a Universidade Federal de Alagoas a levar para os estudantes de Delmiro Gouveia o ensino universitário superior.

Quero também abraçar o prefeito eleito de Delmiro Gouveia, o meu amigo Luiz Carlos Costa, o Lula, e a sua Vice-Prefeita, Ziane Costa, do PMDB. Tenho absoluta convicção de que eles farão um trabalho brilhante novamente lá na cidade de Delmiro Gouveia.

Quero dizer que, no Orçamento de 2009, estão previstos recursos para a construção do *campus* de Delmiro Gouveia e do pólo universitário de Santana do Ipanema. A estimativa é que o primeiro vestibular seja realizado no final do ano de 2009 e início do ano letivo em 2010. Temos mantido entendimentos com o Ministro da Educação e com o Ministro José Múcio, e vou conversar também com o Ministro Paulo Bernardo, para que possamos empenhar parte desses recursos até 31 de dezembro deste ano. Assim, Sr. Presidente, serão implantados novos cursos, havendo um crescimento de 42% no número de vagas diurnas e 73% no número de vagas noturnas.

Hoje eu já havia dito e quero mencionar novamente: 72% dos estudantes de Alagoas residem no interior. É importante levar a Universidade Federal para o interior, porque, como sabemos, a distância dificulta a possibilidade de fazer um curso superior. A criação do *campus* em Delmiro Gouveia é muito importante, é fundamental para o desenvolvimento e a melhor estruturação dos investimentos em Alagoas.

Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para dizer que ainda aguardamos a implantação de *campus* da Universidade Federal de Alagoas em Porto Calvo, na região norte do nosso es-

tado e na Zona da Mata de Alagoas, especialmente no Município de União dos Palmares.

Como V. Ex^a sabe, Alagoas é uma terra de belezas e de um povo acolhedor e trabalhador. Nós temos certeza de que, com a união de todos e com o fortalecimento da educação, conseguiremos superar todas as dificuldades do nosso estado.

Antes de encerrar, queria manifestar, daqui da tribuna, a minha solidariedade ao povo catarinense, que ainda luta para superar as consequências de uma verdadeira catástrofe natural. Às famílias que perderam os seus entes queridos e amigos, os meus sentimentos; ao Governador e companheiro de partido, Governador Luiz Henrique, aos Senadores de Santa Catarina, o meu apoio incondicional neste momento difícil.

Sr. Presidente, já estou encerrando, mas também quero agradecer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa, que aprovou uma emenda de plenário, do Senador Marconi Perillo, a PEC nº 60, de minha autoria, que estabelece percentuais mínimos de recursos para a segurança pública no nosso País. A emenda determina que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios criarão um fundo de segurança pública, cujos recursos serão constituídos por 5% da receita de impostos federais e por 9% de impostos estaduais e municipais.

Isso é muito importante, no momento, Presidente Alvaro Dias, em que cobram do estado que faça investimentos para evitar o risco sistêmico em vários setores da nossa economia. Portanto, é fundamental, insubstituível mesmo, que tenhamos uma preocupação com a segurança pública, com a proteção de vida das pessoas. E, na prática, jamais teremos isso, nenhuma política consistente com resultados, se não tivermos, infelizmente, uma vinculação de recursos no Orçamento da União.

Quero agradecer a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, sua paciência, e aos senadores presentes pela oportunidade que, mais uma vez, me concedem nesta tribuna do Senado Federal.

Muito obrigado a todos.

O SETOR DA CANA-DE-AÇÚCAR E A AJUDA DO GOVERNO

Sessão de 4-12-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, um dos temas que tem me trazido a esta tribuna é a situação do setor sucroalcooleiro em Alagoas, principalmente a de exportadores e de fornecedores de cana-de-açúcar – os pequenos produtores que contribuem para que Alagoas e o Nordeste tenham destaque na produção de açúcar e álcool no País.

Por causa disso, tenho conversado com setores do Governo que podem beneficiar o meio rural, o principal setor produtivo do País.

Alagoas, por exemplo, é o maior produtor de cana do Norte-Nordeste.

Há alguns dias, conversei com o Presidente Lula sobre o assunto. E, ontem à noite, no Palácio do Planalto, voltamos a tratar do tema.

Na conversa, o Presidente anunciou que vai determinar ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e ao Presidente do Banco do Brasil, Antônio Francisco Lima Neto, que sejam estudadas e adotadas medidas para fortalecer o setor exportador de açúcar e álcool.

O maior problema é a escassez de crédito e de capital de giro, pois o setor de exportação depende disso para manter compromissos.

Num momento de crise mundial, um dos principais motores deve ser a ampliação das exportações, como a de açúcar.

Hoje, o mercado internacional compra 70% da produção brasileira do produto. Enquanto as exportações de etanol correspondem a apenas 15% da produção nacional.

No caso dos fornecedores de cana, os problemas também são grandes.

Em nosso estado, existem hoje mais de 7 mil plantadores de cana. Destes, 6 mil são minifundiários e miniagricultores, responsáveis pelo maior número de empregos no meio rural — são 240 mil postos de trabalho.

Mais da metade destes plantadores sobrevive com uma produção de até 200 toneladas de cana.

Nos últimos anos, estes fornecedores tentam sobreviver às sucessivas crises do setor, mas existem indicativos de que esta categoria está sofrendo forte redução.

Segundo a Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas, há cerca de duas décadas, este agricultor representava 70% da produção estadual. Hoje, resume-se a 33%.

Em 2007, a Conab calculou o custo de produção em R\$42 reais por tonelada, mas este ano o preço ficou em torno de R\$50 reais, enquanto o valor pago pelo mercado é de R\$36 reais.

E este seria ainda menor sem o aumento do dólar, porque o preço do açúcar caiu no mercado internacional.

Na conversa de ontem à noite no Planalto, agradei ao Presidente Lula pela medida provisória que elimina débitos tributários anteriores a 2003. Esta MP, que limita as dívidas a R\$10 mil reais, beneficia diretamente os fornecedores de cana que estavam endividados.

O Presidente – atento ao problema dos pequenos produtores do Nordeste – também autorizou uma ajuda emergencial de R\$90 milhões de reais para o setor.

Os recursos vão bancar uma subvenção de R\$5 reais para cada tonelada de cana moída até o limite de 10 mil toneladas por agricultor.

A subvenção será paga a todos os fornecedores do Nordeste, inclusive de Alagoas, e pode atingir mais de 70% da categoria.

É uma espécie de antecipação do preço mínimo da cana-de-açúcar, reivindicação que levei ao Presidente há alguns meses, depois de me reunir com os Ministros Guido Mantega, José Múcio

e Reinhold Stephanes e com representantes do setor, inclusive da Asplana.

Além disso, será realizado um leilão para comprar açúcar das indústrias do Nordeste pela Conab. Vão ser adquiridos 1 milhão e 800 mil sacas de açúcar. A quantidade corresponde a 5,5% de todo o açúcar que é destinado ao mercado interno na região.

As medidas são emergenciais, vão beneficiar os fornecedores ainda nesta safra e entrarão em vigor dentro de alguns dias.

Todas estas iniciativas são extremamente importantes para o setor. E reafirmam o nosso compromisso com a defesa dos pequenos e médios fornecedores de cana-de-açúcar de Alagoas.

Precisamos ter uma produção confiável e uma exportação estável.

A garantia do preço mínimo concorre para isso. Ele permite o acesso dos fornecedores ao crédito dos bancos, à saída da informalidade e viabiliza o crescimento de uma classe média rural que precisa continuar integrada na cadeia da cana no Nordeste.

Muito obrigado.

A FORÇA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Sessão de 5-12-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a é, sobretudo, um grande amigo. Além de um homem público admirável, foi um grande governador, é um grande Senador, é uma pessoa que todos nós gostamos, aqui no Senado Federal. V. Ex^a, com as seguidas demonstrações de gentilezas que tem tido comigo, é sobretudo um amigo, que eu faço questão de cultivar, de conviver, para que esta amizade seja cada vez mais sólida.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, nos últimos anos, de forma similar ao que ocorreu em outros países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Argentina, a Previdência Social ganhou relevância na agenda política econômica do Brasil.

Infelizmente todo o debate em torno da necessidade de mudanças e reformas no sistema previdenciário em nosso País nos últimos anos ganhou um aspecto primordialmente fiscalista, focando, Sr. Presidente, apenas no equilíbrio financeiro.

O objetivo deste pronunciamento – e tentei fazê-lo durante a semana e lamentavelmente não consegui em função do acúmulo de trabalho desta Casa do Congresso Nacional – é justamente demonstrar cabalmente que a Previdência Social tem um caráter importantíssimo na composição da renda das famílias, dos idosos e na redução da pobreza.

Esta Instituição é a prova viva de que a execução de políticas públicas pode ter efetivamente um cunho distributivo. Não podemos, Sr. Presidente, seguir modelos deficientes como os adotados em alguns países vizinhos. Na década de 90, sete países latino-

americanos implementaram reformas fundamentais de seus sistemas previdenciários ao substituírem total ou parcialmente um sistema público de seguridade social por sistemas privados de capitalização individual.

No Chile, Srs. Senadores, a mudança foi feita há 21 anos e hoje o País ainda paga altos custos. O Governo da Presidenta Michelle Bachelet trabalha numa segunda reforma cujo foco é tornar universal o direito à aposentadoria.

Na Argentina, o sistema foi reformado em 1994. Em 1999, o déficit da Previdência Social já era apontado como uma das causas do colapso econômico do País. E agora, a Presidenta Cristina Kirchner teve de racionalizar a Previdência Privada.

Essas iniciativas, Sr. Presidente, não conseguiram estender a cobertura previdenciária dos habitantes, além de terem aumentado os custos dos próprios sistemas previdenciários. A Previdência Social, nos países em desenvolvimento, deve levar em conta os objetivos assistenciais de forma a beneficiar as populações de baixa renda, mas sem deixar de lado o caráter contributivo do sistema. Para isso, os sistemas previdenciário e tributário devem estar coordenados de forma a se evitar que o caráter distributivo da Previdência seja anulado pela incidência de impostos sobre a renda.

De acordo com o Ipea, Sr. Presidente, em 2007 as despesas com a Previdência Social no Brasil alcançaram 7% do PIB. Para o Ipea, um crescimento econômico de 4% ao ano garantiria – e isso é importante – estabilidade na necessidade de financiamento do Regime Geral de Previdência Social.

Isto considerando o patamar atual de evolução da despesa e condicionados até mesmo pelo crescimento do salário mínimo e do estoque de benefícios. Ou seja, Presidente Mão Santa, do ponto de vista fiscal não existe um comprovado risco de explosão da necessidade de financiamento da Previdência Social mantidas as regras atuais. Como também não se sustentam mesmo os argumentos de que essa necessidade de financiamento tenha impacto no déficit público. Isto porque, Sr. Presidente, as contribuições sociais vinculadas ao financiamento da Previdência Social demons-

tram tendência de crescimento similar ao crescimento das despesas, estimado em cerca de 7% ao ano.

O necessário equilíbrio das contas da Previdência poderia ser garantido, por exemplo, com medidas de aprimoramento do sistema de gestão da Previdência Social, inibindo a aceleração de despesas, mas somente acima daquilo que é necessário à garantia dos direitos básicos. E esse foi, Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, o objetivo da constituinte ao colocar na Constituição esses direitos dos aposentados. Outra linha de esforço deveria ampliar o número de pessoas incluídas no sistema previdenciário. Um país como o Brasil, com elevado nível de informalidade, deveria repensar suas estratégias de filiação incentivando com mais ênfase a entrada no sistema de 48% da população economicamente ativa.

Hoje, Sr. Presidente, há 11 milhões de pessoas sem proteção previdenciária no Brasil – 11 milhões de pessoas sem proteção previdenciária no Brasil. Daí a importância do apoio, já defendido aqui desta tribuna por mim, ao projeto de lei complementar que cria o novo sistema de inclusão previdenciária para os microempreendedores individuais, projeto de lei complementar já aprovado aqui pelo Senado Federal e que está tramitando na Câmara do Deputados, onde esperamos que seja aprovado urgentemente.

Com ele, Sr. Presidente, serão beneficiados 10 milhões de autônomos, como feirantes, camelôs, sacoleiros, pipoqueiros, cabeleireiros, borracheiros e outros profissionais hoje lamentavelmente na informalidade.

Estudo do Ipea sobre os efeitos dos benefícios da Previdência, Assistência Social e Transferência de Renda sobre a Pobreza mostra que os atendidos pelos benefícios que recebem até um salário mínimo, Sr. Presidente, representam dois terços do total de beneficiários e respondem por 45% do total do gasto com o sistema previdenciário.

Esses recursos garantirão a retirada de mais de 17 milhões de pessoas da linha de indigência, da linha de pobreza. Ou seja, esses recursos colocados diretamente na economia garantirão a retirada de 17 milhões de pessoas dessa linha lamentável de indigência.

Em síntese, Sr. Presidente, o levantamento demonstra que os benefícios têm conseguido garantir, com razoável sucesso, a manutenção da população vulnerável por motivo de idade ou deficiência acima das linhas da pobreza e indigência.

Diante disso, Sr^{as} e Srs. Senadores, fica evidente que o dinheiro das pensões e aposentadorias, vinculado ao salário mínimo, tem tido papel fundamental – fundamental mesmo, insubstituível mesmo – na sustentação da renda e do consumo das regiões mais pobres do nosso País.

Outro dia, em que V. Ex^a presidia uma sessão do Senado Federal, fiz questão de registrar o que significa o Bolsa Família para o Estado de Alagoas, meu querido estado que represento, Senador Mão Santa, aqui no Senado Federal.

O setor do açúcar, mais importante setor na nossa economia – V. Ex^a sabe que Alagoas é o maior produtor de açúcar e de álcool do Norte e Nordeste do Brasil –, coloca diretamente em nossa economia, diretamente no corte da cana, algo em torno de R\$200 milhões, e o Programa Bolsa Família coloca R\$400 milhões. Quais são as conseqüências? As conseqüências são óbvias, Sr. Presidente. Existem, hoje, por conta do Bolsa Família em Alagoas, 900 mil crianças matriculadas no ensino fundamental e, desde março de 2004, sem que haja uma política pública voltada para esse fim, Alagoas bate recorde sobre recorde de varejo e de consumo. Veja o que significa a repercussão social, educacional, econômica na ampliação do mercado interno do próprio consumo, do próprio varejo do Programa Bolsa Família numa economia pobre, como é a economia do estado, que tenho a honra de representar aqui no Senado Federal.

De acordo, Sr. Presidente, com outro estudo também do Ipea, a Previdência Social ajuda a reduzir as desigualdades regionais no Brasil. Municípios, como São Paulo e Rio de Janeiro, arrecadam contribuições previdenciárias em montante maior do que aquilo que recebem os beneficiários. Já diversos municípios do interior, os mais pobres, arrecadam pouco, mas recebem uma quantidade de benefícios previdenciários compatíveis com as necessidades de

suas populações. É o caso, Sr. Presidente, repito, de vários municípios do Estado de Alagoas.

Claro que, a longo prazo, o ideal seria que esses municípios conseguissem desenvolver renda e emprego por meio de serviços, de indústrias, de atividades agropecuárias locais, para que pudessem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não por meio de um serviço de transferência de renda do Governo, mas pelo próprio esforço, garantir a geração de emprego e a geração de renda e garantir também o seu próprio desenvolvimento.

A solução seria conjugar, como disse, políticas de curtíssimo prazo com a própria Previdência Social e o Bolsa Família a políticas de desenvolvimento de longo prazo que deem condições para que os municípios desenvolvam renda por conta própria sem dependência do Poder Público.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como já disse e repito, tenho utilizado esta tribuna do Senado Federal para debater as questões ligadas à Previdência Social e às soluções para seus problemas que sempre passam aqui pelo Parlamento.

Todas as medidas – já disse que iria repetir – que fortaleceram o mercado interno no Brasil. E a diferença do Brasil para os outros países emergentes, em desenvolvimento, é exatamente o fortalecimento do seu mercado interno, especificamente, Sr. Presidente, desonerações, MPs de desonerações, a MP do Bem, o projeto que nós aprovamos aqui, aliás originado na comissão designada por mim, quando Presidente do Senado Federal, para recompor, para recuperar o poder de compra do salário mínimo, defasado ao longo dos anos, que foi melhorado pelo Senado Federal, e que contou, mais uma vez, com a compreensão e com a sensibilidade social e política do Presidente Lula, a Lei Geral da Pequena e Microempresa, que precisa ser regulamentada o mais rapidamente possível em seus diferentes aspectos e que foi patrocinada pelo Senado Federal.

Eu me recordo, Sr. Presidente, de que, quando nós reunimos aqui empresários, comerciantes, micro e pequenos empresários para fazer o lançamento da defesa da Lei Geral da Pequena e

Microempresa, com o apoio do Sebrae – já havia um projeto com esse objetivo no Sebrae –, houve uma contestação geral.

Parece, Sr. Presidente, que a economia do Brasil ia arrebentar por isso, que nós teríamos, com essa tentativa de formalização dos trabalhadores que vivem na indigência e na informalidade, um custo caríssimo, impagável pelo Tesouro, o que, na verdade, não aconteceu. Só neste País, tivemos mais dois milhões de carteiras assinadas, crescimento do mercado interno, e isso tem ajudado a blindar, em termos, a economia do Brasil, porque esta crise é muito profunda, e o Senado, o Parlamento, novamente, contribuiu muito, pela maneira como patrocinou, aprovou e fez, com o Ministro Mantega e com a Receita Federal, um acordo para pôr em prática a Lei Geral da Pequena e Micro Empresa.

Por tudo isso, Sr. Presidente, volto a defender uma fórmula responsável. Estou defendendo uma fórmula responsável e viável, do ponto de vista das finanças do nosso País, de atualização das aposentadorias. E, Sr. Presidente, é de boa parte disso que dependerá a sobrevivência do próprio sistema previdenciário.

Há pouco – eu não estava aqui no Senado –, o Senador Valter Pereira colocou aqui um argumento irrespondível. Como vamos devolver a confiança no sistema previdenciário se hoje as pessoas contribuem sobre dez salários mínimos, sobre doze salários mínimos e vão, com certeza, receber uma aposentadoria compatível com essas contribuições?

O sistema perderá, com os anos, a confiança. Vai ruir. Infelizmente, se isso continuar, teremos como saída única a previdência privada e a previdência complementar, e vamos ter no Brasil a falência da previdência pública, que hoje sai no noticiário, que hoje combate com mais competência e com mais nitidez as fraudes, que hoje diminui o seu déficit. Estudos demonstram, repito, cabalmente que, se crescermos 4%, com formalização do emprego, teremos resolvido definitivamente o problema da Previdência Social em nosso País.

Volto, Sr. Presidente, a alertar para o fato de que se não aperfeiçoarmos o regime da Previdência, estaremos selando o seu próprio futuro e, como demonstram as experiências, já disse aqui e

repito, em países vizinhos, o caminho da previdência privada não é, Presidente Mão Santa, o caminho mais indicado para a Previdência Social em nosso País.

Na semana que vem, voltarei a tocar neste assunto aqui desta tribuna do Senado Federal.

Quero, Sr. Presidente, juntamente com V. Ex^a, uma pessoa que quase diariamente discute a necessidade de reajustarmos as aposentadorias no Brasil, as aposentadorias do sistema público de Previdência Social, responsavelmente, com um critério. Se não for o critério do salário mínimo, que já foi uma conquista sugerida ao Presidente Lula pelo Parlamento e por este Senado Federal, que seja um critério que leve em conta uma responsabilidade aguda, para que não tenhamos destroçado o equilíbrio financeiro do sistema da Previdência Social, duramente conquistado pelo povo que mais precisa, pelo trabalhador brasileiro.

E quero, Sr. Presidente, na próxima semana, como disse, aprofundar a discussão sobre a importância da Previdência, no seu papel, nesse esforço que todos fazemos pela redução das desigualdades sociais e regionais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Renan, nós vamos fazer o debate qualificado é agora. Estamos preparando.

Dou o testemunho que ninguém mais do que V. Ex^a, como Senador igual a nós, tem engrandecido esta Casa. V. Ex^a anteriormente discutiu temas, e eu presidi a sessão, sobre a violência. Ninguém mais do que V. Ex^a tem experiência, pois foi Ministro da Justiça e levou este País à pacificação.

V. Ex^a também – eu sou testemunha – fez um pronunciamento sobre as medidas anticrises, essas de que V. Ex^a falou.

Os Estados Unidos, no passado, passaram por crise semelhante, que tombou grandes empresas, mas foi nas microempresas que se conseguiu um número superior de emprego.

V. Ex^a fala da Previdência, e eu quero dizer que aqui está o Pedro Simon, Rui Barbosa de hoje, Cícero da História. Atentai bem – e vamos falar a bem da verdade –: o Presidente Luiz Inácio

tem que ter uma enorme gratidão a V. Ex^a – quem diz sou eu, e digo por quê? Popularidade ele tem, ninguém vai dizer que não tem. Ele teve 60 milhões de votos, conforme as pesquisas. Petrônio Portella me ensinou a não agredir os fatos. Esse é o fato. Mas popularidade também tinha o Sr. João Goulart, popularidade tinha o Jânio Quadros, popularidade tinha o nosso Senador Collor. Eu mesmo mostrei a votação, quando eu era Prefeito, que nós demos a ele no Piauí e na região. Popularidade intensa eles tinham, mas eles não tiveram governabilidade, porque não tinham um homem como você, que levou o maior partido para apoiá-lo. E foi V. Ex^a que fez isso. Então, dou exemplos de popularidades que tombaram; a governabilidade V. Ex^a levou, com o PMDB a apoiá-lo, e está aí.

Mas eu queria complementar, porque posso. Aí é que o Luiz Inácio devia ter me chamado. Posso. Eu fui prefeitinho, ele não foi; eu governei o Piauí por duas vezes, com ajuda de V. Ex^a e estou aqui.

Li um trabalho muito importante – atentai bem! – sobre a educação, sem a qual não se vai a lugar nenhum. Era uma matéria da revista *Época*, feita por uma jornalista – e mulher diz a verdade –, dizendo que piorou, piorou. Estamos muito pior do que o programa educacional que tinha na Grécia, a paidéia, de Péricles, inspirado por Sócrates, por Platão e por Aristóteles. Fizeram um exame, pegou pau todo mundo, só Brasília conseguiu seis, e os piores foram Alagoas e o Piauí. De 76º lugar em que estávamos, passamos para 80º, entre 120 cidades, pior do que muitos países da África, pior do que a Bolívia, pior do que o Paraguai. Então, não se deve agredir os fatos. Esse é o fato. Estou a favor do Brasil, mas estamos pior do que país africano.

Mas, Renan, meditai. Leve isso ao Presidente da República. Tudo o que V. Ex^a disse sobre a caridade foi verdadeiro, mas a caridade que foi levada no Bolsa Família tem que ser transformada em trabalho. O trabalho é que vem antes; o trabalho é que faz a riqueza. A gente tem que modernizar esse Bolsa Família, e sei como resolver o problema: é passar para os prefeitos; adiciona, e o prefeito, que está próximo, encaminha; não é coisa, não! Os pre-

feitos podem solucionar isso. Antes de ser um organismo central, descentraliza e encaminha-os ao trabalho. Já fui prefeito e sei que isso é possível. Mas quero lhe dizer que se perguntou como melhorar a educação nas famílias. Entrevistaram o seu Nordeste, o meu Piauí, que foi o pior, e perguntaram o que mais ajudaria na educação. Olha, cinco mil e tantas famílias responderam. Sabe qual foi a resposta? Os avós. Atentai bem, a desgraceira está aí! Os avós de hoje não estão recebendo o que tinham direito. Eu não sei, mas eu tenho a imagem, ô Pedro Simon, do avô, da avó – ô figura boa, só me fez o bem: eu nunca sonhei num livro e eu já tinha, um presente. Então, o avô que era o fundamental da família, pois é o avô que dá conselho, é o avô que dá o dinheiro. Mas agora o avô está arrasado porque não pagam a aposentadoria devida. Então, foram eles que disseram como pode melhorar isso, os sofridos. Em quem você ainda acredita? No avô. O avô não pode. Este Governo tirou, deu um calote nas aposentadorias. Então era isso que queria dizer a V. Ex^a, que é uma das inteligências privilegiadas deste País.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Medite sobre o trabalho dessa moça.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O avô era a única esperança que a família tinha, porque essa é uma tradição nossa; é um País familiar, paternal.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – É importante que predomine esse sentimento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, são esses, e leve essa nossa mensagem a nosso Presidente Luiz Inácio como meu presente de Natal para ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Vou levá-la.

Eu queria só, Senador Mão Santa, agradecendo sensibilizado o aparte, a contribuição que V. Ex^a agrega a meu pronunciamento, dizer que todos nós e esta Casa, sobretudo, temos que lutar para que isso efetivamente aconteça, para que esse sentimento nacional que essa pesquisa reflete, que esse estudo diz preponderar ao final desses embates, dessas discussões, as quais vamos ter a necessidade política de continuar travando aqui no Senado Federal. Discussões essas que têm em V. Ex^a, talvez, o grande pilar, porque V. Ex^a discute, coloca esses assuntos, traz informações, estuda, como poucos senadores estudam, para enriquecer esse debate no dia-a-dia do Senado Federal.

Muito obrigado.

MAIS ACESSIBILIDADE

Sessão de 5-12-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, eu queria colocar aqui rapidamente, Senador Simon – e ousar falar a sua paciência–, um outro assunto que também tem tido meu entusiasmo por onde andei, sobretudo nesta Casa do Senado Federal.

Nesta semana, foi comemorado o Dia Internacional dos Portadores de Deficiência, um momento, Presidente Mão Santa, especial para refletirmos o que temos feito em prol dessas pessoas tão especiais em nosso País.

O Brasil de agora é resultado do Brasil de ontem. Como todos os países, a questão da deficiência denota uma longa história de discriminação, uma longa história de exclusão.

Desde o início de nossa história, a deficiência foi atribuída a um castigo divino. As pessoas eram abandonadas ou encarceradas sem qualquer respeito a sua dignidade humana. Somente no final do séc. XIX, emergiu um novo olhar sobre o deficiente físico. Nunca a pessoa com deficiência apareceu tanto e tão bem na sociedade. Invisível há algumas décadas, hoje o assunto é prioritário na imprensa, tema de campanha e também personagem de novela.

Multiplicam-se os projetos de lei, as normas e os programas por parte de instâncias governamentais.

Nas cidades, Presidente Mão Santa, apareceram rampas em passeios, equipamentos, transportes adaptados e serviços especializados. O símbolo internacional de acesso, representado pelo perfil de uma pessoa de cadeira de rodas tornou-se mundialmente

conhecido. Palavras antes raras, por sua vez, firmaram-se no vocabulário da sociedade: acessibilidade, reabilitação, prótese, braile.

Nem por isso, Sr. Presidente, a inclusão social da pessoa com deficiência virou, como nós queremos, uma realidade no nosso País. Com os piores índices sociais e econômicos, aí estão eles discriminados no seu acesso à cidade, à educação, ao trabalho e ao lazer. Infelizmente ainda estão discriminados.

As rampas nas ruas, além de insuficientes, Sr. Presidente, são geralmente malfeitas e sem funcionalidade. E a grande maioria das pessoas com deficiência permanece isolada na sua própria família ou em espaços de atendimento especializados e segregada do resto da sociedade.

Se não fosse a existência de uma legislação de inclusão social, a situação das pessoas com deficiência poderia perfeitamente ser qualificada como um *apartheid* social. E essa legislação surgiu em grande parte no Parlamento. Repito também essa lógica – é importante que essa lógica seja repetida, porque pessoas não costumam lembrar o papel que o Parlamento representou. Infelizmente eu me recordo de um fato e queria dizer aqui. Havia uma comoção nacional para acabar com as convocações extraordinárias do Congresso.

Nós acabamos com as convocações extraordinárias, reduzimos, Senador Simon, o recesso e nunca mais se falou nisso no Brasil.

E essa legislação, Sr. Presidente, surgiu, em grande parte, repito, de iniciativas do Parlamento. Foi aqui no Senado Federal que foi discutido e aprovado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que reúne e expressa os direitos desse segmento, como disse, tão discriminado, composto com 25 milhões de pessoas, segundo o IBGE.

Em 1989, foi aprovada a política nacional de integração da pessoa portadora de deficiência e em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social, que estabelece normas para atendimento às pessoas com deficiência.

Quando, Sr. Presidente, V. Ex^a lembrou há pouco, ocupei o Ministério da Justiça, ainda em 1998, concluimos o anteprojeto, que foi enviado ao Congresso Nacional, e que se tornou, Srs. Se-

nadores, a Lei da Acessibilidade, em 2000. Essa lei aprovada pelo Parlamento teve a iniciativa do Governo, coincidentemente no momento em que eu ocupava o Ministério da Justiça.

Sr. Presidente, a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, em seu quarto ano – eu queria parabenizar por isso o Senado Federal, o Presidente Garibaldi Alves Filho, toda a Mesa do Senado Federal, os senadores que com entusiasmo discutem e patrocinam essa iniciativa –, transformou o Senado Federal em Instituição modelo com relação ao deficiente físico.

E, Sr. Presidente, muito desse trabalho se deve – eu queria, de público, dizer isso aqui – à influência que recebi da minha esposa, Verônica, que inspirou esse trabalho, sugeriu várias iniciativas e, desde o momento em que me elegi Presidente do Senado Federal, abraçou essa causa com muito amor e com muita paixão.

Atualmente, Sr. Presidente, o prédio do Senado Federal tem rampas de acesso, sinalização própria, banheiros adaptados, cadeiras motorizadas e elevadores preparados para atender essas pessoas.

A Gráfica do Senado, Presidente Mão Santa, tem editado regularmente livros em braile, e a biblioteca conta com uma audioteca para atender deficientes visuais.

Entretanto, Presidente Mão Santa, temos que avançar muito nessa área, tanto no Senado, que é a instituição modelo, como no restante do Brasil.

Segundo a ONG Vida Brasil, tendo em vista a condição socioeconômica, as pessoas com deficiência encontram-se nas camadas mais desfavorecidas da sociedade brasileira e menos atingidas pelas políticas sociais. Dos nove milhões de pessoas em idade de trabalhar, somente um milhão delas exercem alguma atividade remunerada, sendo 200 mil contratadas sob o regime da carteira assinada. Em matéria de educação pública, Presidente Mão Santa, os números revelam que apenas 580 mil pessoas com deficiência estão matriculadas entre a 1ª e a 8ª séries, em mais de 18 mil escolas espalhadas pelo País.

A situação da assistência à saúde e da reabilitação das pessoas com deficiência também revela um quadro lamentavelmen-

te crítico. Quando seus direitos são violados, muitas pessoas não têm acesso à defesa, nem à assessoria jurídica. As ações governamentais nos diversos níveis – federal, estadual e municipal – são implementadas, na maior parte das vezes, de forma segmentada, desarticulada, paliativa e, infelizmente, pontual.

A acessibilidade nas cidades para as pessoas com mobilidade reduzida precisa urgentemente se traduzir em realidade por parte dos municípios e estados, como parte integrante dos planos diretores e códigos de obras das cidades.

As leis federais, Sr. Presidente – já estou encerrando –, precisam ser regulamentadas regionalmente:

- Os conselhos dos direitos da pessoa portadora de deficiência precisam ser criados; já foram criados muitos, mas o restante precisa urgentemente ser criado também;
- A Lei do Estatuto da Cidade, cobrada e implementada nos municípios, com a participação óbvia e insubstituível da sociedade civil; e
- A Língua Brasileira de Sinais, reconhecida nos estados, ensinada nas escolas e presente nos serviços públicos.

No âmbito da saúde, acredita-se que será necessária uma reorganização profunda da rede pública e de reabilitação. O sistema centralizado de atendimento está em xeque, como mostra sua baixa cobertura assistencial.

Como se vê, Sr. Presidente, são muitas as necessidades reais para a construção de uma sociedade mais inclusiva no Brasil, onde a pessoa com deficiência poderia, de fato, exercer sua cidadania.

O Brasil de hoje pode superar o Brasil de ontem, desde que integre, desde já, os projetos de amanhã.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer sobre esse assunto. Muito obrigado.

RESPONSABILIDADE DO PMDB

Sessão de 5-12-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, eu queria dizer também ao Senado Federal e ao País que, anteontem, conversei demoradamente com o Presidente Lula, quando tratamos da necessidade de serem agilizadas medidas para que o setor sucroalcooleiro exportador não perca a liquidez, não perca o capital de giro, não perca, conseqüentemente, a sua competitividade. E esse é um importante setor da nossa economia.

O Presidente editou uma medida provisória antecipando o preço mínimo que nós temos defendido, com as entidades de classe, o Ministro Mantega, o Ministro José Múcio e o Ministro Reinhold Stephanes.

É importante, Sr. Presidente, que nós ajudemos o Governo Federal a tomar as medidas necessárias, a agilizar as medidas anticíclicas, para que o Brasil não venha a sofrer muito com as conseqüências dessa crise financeira mundial. Para isso, eu não enxergo partido. É fundamental que todos nós somemos esforços, todos os partidos. A Oposição tem também um papel insubstituível a cumprir. A Oposição, que sempre colaborou com o Brasil, com as saídas econômicas em todos os momentos da nossa história, precisa, mais do que nunca, continuar colaborando.

Quando fui Presidente do Senado Federal, sempre enfatizei, respeitei, defendi, reforcei o papel da Oposição. E nunca tive nenhum arrependimento com relação a isso. Tivemos com o Governo Federal uma relação ativa e de independência. Nós ajudamos na governabilidade, porque o PMDB é insubstituível na governabilidade.

Temos de ter responsabilidade com o Brasil. Essa história de dizer que o PMDB é a noiva... Porque o PMDB cresceu, chegou a ter 6 milhões de votos na frente do partido segundo colocado, o PT, na eleição para vereador e ganhou como o partido mais votado em todas as outras eleições, não só nesta eleição, mas nas outras eleições também. O PMDB tem hoje o maior número de vereadores, o maior número de deputados federais, o maior número de prefeitos, o maior número de governadores e o maior número de senadores.

Portanto, o Brasil cobra que o PMDB seja firme, ajude o Brasil neste momento difícil da nossa economia. Não podemos ceder espaço à recessão. Esta crise vai nos atingir inevitavelmente, mas ela tem que nos atingir pouco. Não podemos perder a hora do crescimento. Precisamos continuar crescendo para que este País continue a cumprir o papel que economicamente exerce na história do mundo.

Durante mais de cinquenta anos, Sr. Presidente, o Brasil foi o país que mais cresceu economicamente. Esta é a nossa vocação. Precisamos continuar crescendo, e, para que isso aconteça, é fundamental que o partido tenha firmeza na defesa da governabilidade e no apoio ao Presidente da República. O Presidente tem ajudado muito Alagoas, tem ajudado demais o Brasil.

Eu queria agradecer ao Presidente pela maneira carinhosa, respeitosa, gentil com que ele, mais uma vez, me recebeu. Quero continuar aqui fazendo o que eu sempre fiz, ajudando o Brasil. Essa coisa de o PMDB ser noiva, que andam dizendo por aí, não é verdade. O PMDB não tem que ser noiva coisa nenhuma. O PMDB está casado com o interesse nacional! O PMDB está casado, de forma indissolúvel, com o futuro do Brasil, com o crescimento da nossa economia. Nós temos que cumprir, mais do que nunca, esse papel. Não adianta boato, disse-me-disse, intriga; não adianta dizer que o PMDB vai brigar. O PMDB não vai brigar nada! O PMDB reconhece o papel que a sociedade brasileira lhe destinou e atribuiu em seguidas eleições. E nós vamos continuar cumprindo esse papel. O Presidente Lula, que sempre contou com

o apoio do PMDB, continuará contando com o apoio insubstituível do PMDB.

Ora, Presidente Mão Santa, o PMDB apoiou o Presidente Lula desde quando não participava do Governo. Eu fui Líder – e o Senador Simon se recorda – do PMDB num momento político complicado, difícil, porque era insubstituível o papel do PMDB na defesa da governabilidade, e o PMDB não participava do Governo.

Hoje, o PMDB tem seis ministérios. É uma participação maior do que a que o Partido sempre imaginou ter. O crescimento do nosso Partido também é atribuído a isto: às correntes; à maneira como esse Partido não tem dono; à maneira como democraticamente, no dia-a-dia partidário, as correntes debatem, colocam seus pontos de vista.

O PMDB é muito forte. Na região que represento aqui no Senado Federal, o PMDB é, em todos os estados, o maior Partido. Em todos os estados, sem exceção, o PMDB é o maior Partido. Falo com relação ao Nordeste. Em todos os estados, o PMDB é o maior Partido. Maior mesmo do que o PT, maior mesmo do que o PSDB. O PMDB não precisa ter dúvida na condução do seu rumo. O PMDB tem que cumprir esse papel. Se o PMDB não fortalecer o Brasil, não defender o interesse nacional, não blindar a nossa economia, nós vamos ceder espaço à recessão, e o País não compreenderá o nosso recuo.

Eu fiz questão de dizer ao Presidente da República que, majoritariamente, o PMDB está onde sempre esteve: na defesa do interesse nacional e na continuação do seu papel insubstituível na governabilidade e na sustentação política.

Eu quero agradecer mais uma vez, Presidente Mão Santa, a gentileza de V. Ex^a; agradecer ao Presidente da República pela continuada demonstração de compromissos com o Estado de Alagoas.

Esse setor sucroalcooleiro é um setor muito importante, é o principal setor da nossa economia. Eu já disse aqui, no início, que Alagoas é o maior produtor de açúcar e de álcool do Nordeste e do Norte do Brasil, e essa determinação que o Presidente Lula deu ao Ministro Mantega e ao Presidente do Banco do Brasil para resolver a questão de liquidez do setor, o estímulo à exportação,

que o Senado já colaborou muito para que isso aconteça e deve continuar colaborando, nós não podemos permitir que esse setor importantíssimo no quadro de exportação do Brasil perca espaço. Alagoas depende fundamentalmente disso.

Os fornecedores de cana – e 90% dos fornecedores são pequenos fornecedores de cana – vivem hoje uma situação dramática: o seu custo de produção é muito alto. O preço mínimo da cana no mercado é R\$36,00. O custo de produção, de acordo com a própria Conab, passa de R\$60,00. Ele não tem a certeza de que vai receber, depois de moída, aquela cana do usineiro no final de semana, para fazer face às despesas familiares e às despesas com a própria atividade agrícola. Precisava, mais do que nunca, da ajuda, da colaboração, da subvenção, da antecipação desse preço mínimo pelo Governo Federal.

Muito obrigado a todos. Muito obrigado, principalmente, ao Presidente Lula, à Ministra Dilma, ao Ministro Mantega, ao Ministro José Múcio, que conhece como ninguém a realidade nordestina desse setor sucroalcooleiro. Agradeço também ao Ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura, que, em todos os momentos em que estivemos com ele, demonstrou sempre muita sensibilidade com esse setor, sobretudo com o segmento mais desfavorecido desse setor, que é constituído por fornecedor. Muito obrigado. Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

Agradeço a presença honrosa, querida, respeitável desse querido amigo ex-Senador Nabor Júnior, que foi um valoroso representante do PMDB e será sempre um valoroso representante, para esta Casa, do PMDB e do Estado do Acre. Nabor Júnior, com galhardia, com firmeza, com responsabilidade, com muita competência, representou seu estado aqui no Senado Federal.

Muito obrigado, Senador Mão Santa. Obrigado a todos.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Sessão de 11-12-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, meu pronunciamento de hoje é sobre a violência contra as mulheres.

Mas, antes, gostaria de dar uma boa notícia aos alagoanos.

Nesta semana, eu e o Vice-Governador do Estado, José Wanderley – competente cardiologista – estivemos com o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Ontem, o Ministro – uma pessoa extremamente sensível aos problemas do Nordeste – autorizou a liberação de R\$1 milhão e 315 mil reais para custeio e manutenção do Hospital Regional Santa Rita e Maternidade Santa Olímpia, em Palmeira dos Índios.

Além disso, o Ministro Temporão se comprometeu a ajudar três projetos importantes para Alagoas:

- A conclusão da adutora da Bacia Leiteira, estratégica para amenizar os efeitos da seca para o povo sertanejo, e que beneficia mais de 300 mil pessoas;
- O Hospital do Açúcar, para o qual serão liberados R\$2 milhões de reais para a aquisição de equipamentos médicos pela Secretaria de Saúde do estado; e
- E o Hospital de Santana de Ipanema, cujos recursos virão de emenda da Bancada Federal alagoana ao Orçamento da União, no valor de R\$ 1 milhão de reais.

Mas, retomando o tema central deste pronunciamento, a violência contra as mulheres é um fenômeno antigo e considerado o crime encoberto mais praticado no mundo.

A ferocidade em si causa indignação. Mas o que mais assusta é a indiferença, praticada até os dias de hoje.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, as consequências dos abusos são profundas, indo além da saúde e da individualidade das pessoas e afetando o bem-estar de comunidades inteiras.

São vários os tipos de atos violentos. Um dos mais comuns é a violência sexual, que expõe as mulheres e meninas ao risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis e de engravidar.

No Brasil, a maioria das vítimas do tráfico de seres humanos é de mulheres, que abastecem as redes internacionais de prostituição.

Quando estive no Ministério da Justiça, adotei uma série de medidas para combater este mal. Cheguei, inclusive, a ir pessoalmente a Israel, para participar de uma operação que libertou brasileiras.

Em nosso País, as mulheres negras e indígenas carregam uma pesada herança histórica de abuso e violência sexual, sem acesso aos direitos humanos básicos.

A discriminação contra a mulher começa na infância e vai até a velhice. Em alguns casos, começa até mesmo antes do nascimento, na seleção do sexo do embrião.

No caso da violência doméstica, contra os idosos, a imensa maioria das vítimas é de mulheres.

Em Alagoas, a delegacia de atendimento à mulher registra 160 ocorrências mensais. São, em média, mais de 3 mil e quinhentos casos por ano!

Felizmente, temos tido avanços. Este ano, foi inaugurado o Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, uma contribuição do Judiciário alagoano ao combate a este flagelo.

Os números globais são assustadores!

Segundo dados do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento:

- A cada 15 segundos, uma mulher é agredida no Planeta;
- Um em cada 5 dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas;
- A cada 5 anos, a mulher perde 1 ano de vida saudável se ela sofre violência doméstica;
- O estupro e a violência doméstica são causas importantes de incapacidade e morte de mulheres em idade produtiva;

- Na América Latina e Caribe, a violência doméstica atinge entre 25% a 50% das mulheres;
- Uma mulher que sofre violência doméstica geralmente ganha menos do que aquela que não vive em situação de violência.

No Canadá, um estudo estimou que os custos da violência contra as mulheres superam 1 bilhão de dólares canadenses por ano em serviços, incluindo polícia, sistema de justiça criminal, aconselhamento e capacitação.

Nos Estados Unidos, um levantamento estimou o custo com a violência contra as mulheres entre US\$ 5 e 10 bilhões de dólares ao ano.

Segundo o Banco Mundial, nos países em desenvolvimento, estima-se que entre 5% a 16% de anos de vida saudável são perdidos pelas mulheres em idade reprodutiva como resultado da violência doméstica.

Um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento estimou que o custo total da violência doméstica oscila entre 1,6% e 2% do PIB de um país.

Na sociedade brasileira, a agressão física e o assassinato de mulheres continua a apresentar índices alarmantes.

A aprovação da Lei Maria da Penha pelo Parlamento foi um marco da democracia, trazendo meios mais rigorosos de contenção e punição.

São avanços importantes, mas estamos, na verdade, dando os primeiros passos na direção de uma sociedade mais justa e livre de qualquer tipo de violência.

Para se ter uma idéia, há Delegacias da Mulher em apenas 340 municípios de nosso País!

Uma das pessoas incansáveis nesta cruzada é a Ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

É em nome dela que quero, com este pronunciamento, saudar todas as mulheres que lutam contra a discriminação e contra a violência.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

FUNDO DE COMBATE À POBREZA

Sessão de 15-12-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente Senador Neuto de Conto, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, no Brasil de hoje, nenhuma questão é mais prioritária e urgente que o desafio de combate à miséria.

De acordo com relatórios do Ipea, os 10% mais ricos da população brasileira acumulam mais de 50% da riqueza nacional, enquanto os 50% mais pobres só têm acesso a 10% dela.

Mas, felizmente, nos últimos 20 anos, o Brasil tem mudado. Embora muitos conheçam o Bolsa Família e os principais programas sociais do Governo, todos repletos de êxito, pouca gente sabe que a luta contra a pobreza vem de longe.

Em 1946, Josué de Castro publicou *Geografia da Fome*, análise crua das deficiências alimentares de cada região. Em 1993, Herbert de Souza, o Betinho, lançou a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

A iniciativa levou o Governo Federal a criar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, órgão que incluiu a sociedade civil na formulação de políticas de combate à miséria e à fome.

Em 1999, o Projeto Comunidade Solidária foi anunciado como a nova instância de combate à miséria. Ligado à Secretaria da Assistência Social, foi financiado, majoritariamente, pelo Fundo de Combate à Pobreza.

E este, Sr. Presidente, é o objetivo do meu pronunciamento de hoje: resgatar a memória do idealizador do Fundo, o Senador Antônio Carlos Magalhães. Foi exatamente em 16 de outubro – Dia Mundial da Alimentação – de 2001, que o Presidente Luiz

Inácio Lula da Silva e o Instituto Cidadania lançaram o Projeto Fome Zero, o Programa Fome Zero, com a esperança de erradicar o problema no Brasil, um objetivo que, a partir de 2002, virou, sem dúvida nenhuma, prioridade. Um dia após a eleição, o Presidente Lula anunciou a criação de um ministério para combater a fome, com verbas e poderes para tocar esse trabalho.

Na verdade, o grande mérito do Governo foi utilizar o conhecimento e as experiências acumuladas desde 1991 para unificar e dar maior eficiência aos diversos programas sociais.

E nisso – eu já disse aqui outras vezes e vou repetir – o Parlamento teve um papel fundamental. Nós, Congressistas, colaboramos no aperfeiçoamento dos programas, dando sugestões e modificando as propostas governamentais.

Agora, Presidente Neuto de Conto, no dia 14 de dezembro, completaram-se oito anos da promulgação da Emenda Constitucional nº 31, pelo próprio autor da proposta, que foi o então Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Mas, como se sabe, o Fundo de Combate à Pobreza está com os dias contados. Como determina a lei que o instituiu, ele vigora somente até 2010, ou seja, vai valer por pouco mais de um ano. Diante disso, precisamos encontrar uma fórmula que não interrompa esse importante instrumento de erradicação das desigualdades no País.

O melhor caminho, em respeito à memória do grande Senador e ex-Presidente desta Casa, é o apoio a uma proposta apresentada por quem herdou o próprio mandato de tão destacada figura histórica, também deste Parlamento, o Senador Antonio Carlos Júnior.

A PEC nº 14, de 2008, prorroga por prazo indeterminado a vigência do Fundo. Se aprovada, vai beneficiar a população que depende dos recursos de vários programas sociais para sobreviver.

Como disse o Senador Antonio Carlos Junior, tornar o Fundo perene é uma maneira de reiterar o compromisso da sociedade brasileira com o equacionamento de suas mazelas sociais.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social, o Fundo de Combate à Pobreza financia mais de dez progra-

mas sociais, dos quais se destaca o Bolsa Família, que beneficia mais de 11 milhões de famílias no Brasil.

O Fundo é também o principal responsável pela melhoria da qualidade de vida de cerca de 14 milhões de brasileiros, que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, saíram da situação de extrema pobreza.

Para se ter uma ideia da importância dos recursos do Fundo, os valores arrecadados passaram de R\$5 bilhões em 2003, para R\$7,5 bilhões em 2007. No ano passado, o Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza respondeu por 65% dos recursos destinados ao Programa Bolsa Família, ou seja, R\$6 bilhões.

Em Alagoas, a importância do Fundo Federal de Combate à Pobreza é enorme. Nosso estado, sofrido, tem recebido investimentos federais que são indispensáveis para a economia regional. Em governos passados, o Fundo de Combate à Pobreza chegou a destinar recursos até para projetos de infraestrutura em comunidades quilombolas, garantindo a construção de casas de farinha, galpões e sedes comunitárias.

O Fundo Regional do Estado foi criado em dezembro de 2004, com a finalidade de fomentar a geração de empregos, contribuindo para a redução da desigualdade social. A verba de manutenção é proveniente de 2% dos 27% da arrecadação do ICMS, taxados apenas para produtos considerados supérfluos, como cigarros, bebidas, armas, jóias e outros. Os recursos são variáveis de acordo com a arrecadação do ICMS estadual. Até agosto deste ano, Alagoas tinha um saldo de aproximadamente R\$39 milhões do Fundo Estadual de Combate Erradicação da Pobreza.

Mas há críticas quanto à demora na divulgação dos relatórios estaduais de aplicação do fundo e quanto aos resultados apresentados.

O Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza precisa ser urgentemente reestruturado pelo Governo de Alagoas, para que seja aproveitado por meio da política de geração de renda e emprego, principalmente neste momento de crise nacional. Temos de buscar, Sr. Presidente, também, parcerias internacionais e de cooperação técnica com instituições como o BNDES e o Se-

brae. Uma política de valorização dos micro e pequenos empreendimentos ajudaria muito na geração de emprego e renda dos mais carentes em Alagoas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Antonio Carlos Magalhães aperfeiçoou muito a democracia e foi também moldado por ela. Ele representava a modernização da antiga sociedade e abriu caminho para uma nova geração política no seu estado.

Aqui no Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães tomou a frente de diversas iniciativas. Depois que instalamos a Comissão Especial, foi exatamente o Senador Antonio Carlos Magalhães que apresentou uma proposta com modificações profundas no rito de edição e de tramitação de medidas provisórias.

O Senador Antonio Carlos Magalhães conseguiu fazer-se ouvir, na ditadura e na democracia, além das fronteiras do seu estado. Sob o seu comando, Sr. Presidente, a Bahia também se modernizou e hoje é um exemplo de que o Nordeste tem, sim, futuro.

Quando apresentou a proposta do Fundo de Combate à Pobreza, o nosso querido Senador Antonio Carlos Magalhães fez uma declaração histórica:

“O combate à pobreza exige a participação de todos os recursos disponíveis: o individual e o comunitário, o público e o privado, o local e o nacional. A luta solidária de todos é absolutamente necessária para a constituição de uma sociedade mais decente e mais humana.”

Vamos lembrar, Sr. Presidente, o exemplo que ele deixou e garantir que esse Fundo se torne perene, como o nosso compromisso de erradicar de vez a fome e a miséria em nosso País.

Era, por hoje, Sr. Presidente, o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

MICROEMPREENDEDOR

Sessão de 18-12-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, tenho, durante os últimos anos, defendido a criação de uma nova figura econômica, que promete ser um ótimo caminho para a regularização dos pequenos negócios e para o exercício do empreendedorismo, de forma mais desburocratizada e desonerada.

Eu me refiro ao Microempreendedor Individual, a iniciativa mais importante dos últimos anos como instrumento do auto-emprego.

O reconhecimento dessa figura, Srs. Senadores, irá fortalecer os pequenos empreendedores que, muitas vezes, são o esteio econômico da família.

E a iniciativa ganha ainda mais relevância em momentos de uma conjuntura econômica pouco favorável para o emprego.

De acordo com os dados do Sebrae Nacional, trabalhadores com atividade fixa vivem na informalidade por causa da burocracia e da alta carga tributária.

Eles são 57% da população economicamente ativa. Os pequenos negócios representam 98% do total de empresas no nosso País.

Este setor, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, responde por 70% dos postos de trabalho informal e formal no setor privado, 20% do PIB nacional e 3% do valor total das exportações.

Consciente da importância dessa atividade econômica, o Congresso Nacional concluiu, no último dia 10, a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 02, de 2007, que aperfeiçoa a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e a Lei do Supersimples.

A nova legislação dá tratamento jurídico diferenciado aos pequenos negócios, incluindo novos segmentos econômicos no regime tributário simplificado.

É o caso dos laboratórios de análises clínicas e diagnósticos por imagem, das empresas de instalação, reparos e manutenção, das oficinas de próteses, da corretagem de seguros e das escolas de ensino médio e pré-vestibulares.

Com a criação da categoria do Microempreendedor Individual, serão beneficiadas mais de 11 milhões de pessoas, com rendimento anual de até R\$36 mil, que hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, sobrevivem na informalidade.

São costureiras, manicures, sapateiros, marceneiros, encanadores, mecânicos, feirantes, camelôs, sacoleiros, pipoqueiros, borracheiros, cabeleireiros, enfim, Srs. Senadores, um universo de profissionais que existia à margem da economia formal.

Uma importantíssima alteração é a inserção dos escritórios de contabilidade no Anexo 3 da nova lei, com alíquotas mais baixas. Lutamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores – e esta Casa é testemunha –, por esse pleito há muito tempo. Sempre que discutíamos o Refis, o Supersimples, as medidas provisórias de desoneração, esse benefício acabava sendo retirado pelo Governo na última hora.

Desta vez, há um compromisso do Presidente Lula e do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, de fazer justiça a essa atividade tão relevante.

Essa é uma antiga reivindicação do Conselho Federal de Contabilidade, que tem como líder do movimento a presidente da entidade, a alagoana Maria Clara Bugarin.

Enfim, Srs. Senadores, Sr. Presidente, trata-se de um conjunto de alterações verdadeiramente desburocratizantes, que facilitam a vida das micro e pequenas empresas e o trabalho dos escritórios de contabilidade.

Diante disso, faço aqui um apelo ao Sr. Presidente da República para que sancione, Senador Mozarildo Cavalcanti, ainda este ano, a Lei do Microempreendedor Individual. Se a sanção ocorrer até 31 de dezembro, os benefícios da nova lei entram em

vigor no exercício fiscal de 2009, já a partir de 1º de janeiro de 2009.

Como sei que o Presidente Lula e o Ministro da Previdência, José Pimentel, têm sensibilidade e visão do problema dos micronegócios, estou confiante que a lei entrará em vigor já em 1º de janeiro.

Sr. Presidente, quero ainda fazer um rápido registro, que considero da maior relevância. Ontem, o Supremo Tribunal Federal decidiu manter o pagamento, de forma progressiva, de um piso salarial de R\$950,00 para os professores com carga horária de 40 horas semanais.

Embora a decisão, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenha caráter liminar e precise ser apreciada no mérito também pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, foi uma vitória dessa luta de que tenho muito orgulho de ter participado.

Acompanhei a tramitação do piso em todas as comissões do Senado Federal até a votação pelo Plenário. E considero uma medida justa, um piso justo, porque um país soberano somente se edifica com investimentos em educação. Outro setor que é crucial para o Brasil é o da segurança pública. Por isso, aproveito para fazer também um novo apelo às lideranças desta Casa – e sobre isso já falou com muita propriedade o Senador Jayme Campos –, fazer um apelo ao Presidente Garibaldi, às Sr^{as} e aos Sr. Senadores, para que priorizem a votação da PEC que cria o piso salarial dos policiais.

Já aprovamos, na CCJ, a PEC que vincula recursos orçamentários para a segurança pública. Tive, como Ministro da Justiça, oportunidade de propor essa modificação na nossa Constituição Federal para que se vinculem recursos para a segurança pública, como acontece com a educação e com a saúde no nosso País.

Um país que quer, Srs. Senadores, atacar problemas tão graves como este precisa, evidentemente, de recursos. E a vinculação, mesmo que temporária – e a proposta que fazemos é de uma vinculação temporária –, continua a ser o melhor caminho.

Estas são bandeiras que assumi juntamente com o piso dos professores porque entendo que o melhor caminho é valorizar os profissionais. São eles que trabalham diariamente para que nossos

filhos e nossas famílias tenham um futuro tranquilo. Somente se garantirmos um vencimento mínimo, digno, à altura dos professores, dos policiais e de outras categorias essenciais, teremos desenvolvimento e justiça social no nosso País.

Quero aproveitar também a oportunidade para falar de uma cruzada que não é apenas minha, de uma cruzada que não é apenas deste Parlamento, mas de uma cruzada de toda a sociedade. Refiro-me ao combate ao narcotráfico e a uma mudança em nossa política antidrogas.

Esse esforço, Sr. Presidente, precisa receber mais investimentos e dar mais apoio aos dependentes químicos, que aumentam a cada dia por causa de seus abomináveis efeitos.

Em Alagoas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores – permitam-me falar, mais uma vez, do meu estado; como em todos os estados do Nordeste e no restante do País, o mercado de drogas tem se ampliado, com o aumento da repressão nos estados do Sudeste.

Felizmente, deputados e senadores de nosso estado, entre os quais modestamente me incluo, têm colaborado neste esforço.

A Bancada Federal de Alagoas, Sr. Presidente, colocou recursos para a Fazenda Esperança, em Marechal Deodoro, recursos no Orçamento.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Renan, V. Ex^a me permite um aparte, antes de V. Ex^a concluir?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Ouço V. Ex^a, com satisfação, Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Eu estava a caminho e ouvi o início do pronunciamento de V. Ex^a quando fez referência à sua participação, e voto até, bem como a sua colaboração na questão do Microempreendedor Individual – o MEI, como apelidamos. Eu queria me associar ao discurso de V. Ex^a, sabendo de todos esses pontos que foram alvo da sua atuação parlamentar, e dizer que ficamos extremamente honrados quando esse assunto vem à referência no Congresso. É preciso que enfoquemos

sempre isso, para que haja mobilização nacional dos estados, dos municípios e de todos os Poderes constituídos, inclusive das entidades de classe, objetivando trazer essas pessoas, ou pequenos empreendedores, que hoje se encontram na informalidade, para a formalidade. Inclusive, uma coisa complementa a outra, como a questão do tráfico, a questão...

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) – Sem dúvida.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – (...) da venda de produtos piratas. Assim, não podia deixar de colaborar com V. Ex^a, fazendo este aparte, dizendo da minha satisfação em ter sido Relator de toda essa matéria, aqui, no Senado, e de ter tido a colaboração de todos os Srs Senadores. Aliás, foi matéria aprovada por unanimidade, não apenas aqui, mas também na Câmara. Parabênizo V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Parabênizo V. Ex^a, Senador Adelmir Santana, que tem relatado matérias importantíssimas, como esta última que acabo de citar. A Casa toda, evidentemente, conhece o trabalho de V. Ex^a, sua capacidade de mobilização, seus compromissos, que, um a um, estão sendo todos resgatados aos olhos do País e aos olhos do Senado Federal. Ouço o Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a, hoje, toca em três assuntos importantes: a questão do microempreendedor, a questão do piso salarial dos nossos professores e o melhor salário para nossos policiais em todo o Território Nacional. V. Ex^a, como sempre, está sempre lutando por bandeiras muito importantes. Estou convencido, Senador Renan Calheiros, de que teremos bom aparato policial neste País na medida em que dermos bons salários aos policiais que fazem a segurança pública nos 8,6 milhões de km² que compõem este gigante País. Certamente, a educação pública do Brasil não vai melhorar, em hipótese alguma, se não dermos também salário digno aos nossos professores. Lamentavelmente, todos os dados estatísticos, todos os

índices apontados pelo Ministério da Educação indicam que nossa educação está piorando. De tal maneira, imagino que V. Ex^a, que está lutando pelo piso salarial, para melhorar os salários dos nosso servidores na área da segurança pública, não tenho dúvida nenhuma de que suas bandeiras são as mesmas de todos nós, Senadores da República, e, sobretudo, dos homens públicos que desejam ter melhor segurança, uma boa educação e, acima de tudo, um País melhor. Só assim vamos melhorar. Portanto, quero cumprimentar V. Ex^a, que nesta tribuna, faz um pronunciamento oportuno na defesa intransigente dessas políticas públicas para todos os nossos servidores da educação e, certamente, para os da segurança do nosso País. Parabéns, Senador Renan Calheiros!

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Jayme Campos, que, mais uma vez, com muita sensibilidade, com compromisso público, colabora decisivamente para abrilhantar este momento em que fazemos algumas intervenções em favor do nosso estado e defendemos bandeiras que consideramos importantes.

V. Ex^a fez aqui um destacado pronunciamento, profundo, com dados, com informações. Já aprovamos aqui, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a vinculação de recursos para segurança pública. E é fundamental que, a exemplo do que conseguimos para os professores, com o piso nacional salarial mínimo, ontem aprovado liminarmente pelo Supremo Tribunal Federal, possamos também – e a vinculação é o primeiro passo – conseguir esse piso para os policiais, que, mais do que nunca, precisam cumprir com seus destacados papéis na sociedade para a proteção de vida das pessoas.

Muito obrigado.

CARTEL DOS FERTILIZANTES

Sessão de 19-12-2008.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Muito obrigado mesmo, Senador Marco Maciel pela deferência.

Há algumas semanas, Sr Presidente, ocupei esta tribuna para discutir as repercussões do cartel mundial de fertilizantes, que cumpre um papel decisivo na elevação dos preços dos alimentos. Esse assunto tem preocupado também outros Senadores, como o Senador Álvaro Dias e o Senador Gilberto Goellner.

A elevação do preço do petróleo levou a um aumento do preço dos fertilizantes que põe em xeque a produção agrícola do nosso País.

A conclusão, Sr. Presidente, é de um relatório recente da ONU, que também desmente a ideia de que muitos agricultores terão saído da pobreza graças ao aumento do preço dos alimentos. A ONU estima, Srs. Senadores, que este aumento no preço dos fertilizantes pode se prolongar, infelizmente, por pelo menos três anos. A conjuntura econômica faz também com que possamos acreditar que essa expectativa pode ser revertida.

A contribuir para esse aumento estão a elevação da procura devido à produção de biocombustível nos Estados Unidos e as preocupações com a soberania alimentar na China e na própria Índia.

Os fertilizantes, Sr. Presidente, Srs. Senadores – insumos utilizados para aumentar a produtividade das lavouras –, são controlados por um mercado hegemônico e absurdamente lucrativo.

De acordo com estudos da Agroconsult, nos últimos sete anos, os fertilizantes tiveram alta acima de 380%, passando de US\$90, em média, a tonelada, na safra de 2001/2002, para US\$433 a to-

nelada, na safra de 2008/2009. Uma parcela de 75% do mercado nacional de produção e comercialização desses insumos está nas mãos de um grupo formado por apenas três empresas.

Estudo do Ministério da Agricultura, Sr. Presidente, divulgado no começo do ano, confirmou a conduta de cartel dessas indústrias – infelizmente. Com a alta no preço dos alimentos, o debate sobre a influência do oligopólio existente no setor ganhou força.

O Ministério da Agricultura aponta que os fertilizantes são responsáveis por 40% do custo de produção dos alimentos no mercado, fator que reflete diretamente no preço final pago pelos consumidores. A soja, Presidente Mão Santa, por exemplo, é a cultura que mais utiliza esse insumo, um percentual de 33%, que, juntamente com outros quatro cultivos feitos no País, respondem por quase 80% do consumo nacional.

O mercado de fertilizantes movimentava mais de R\$96 bilhões anuais, e os agricultores acumulam os prejuízos da dependência de uma oferta quase exclusivamente dessas empresas. O Brasil, que é pobre em reservas de potássio, importa 70% dos fertilizantes que consome, sendo o terceiro maior importador e o quarto maior consumidor mundial, seguido da China, Índia e Estados Unidos. A crise do setor alarmou o Governo, que está tomando medidas para frear esse domínio estrangeiro no País.

O Ministério da Agricultura já sinaliza a possibilidade de reinserir a Petrobras no mercado de fertilizantes. A estatal tem algumas vantagens: é a única produtora de ureia no País – insumo usado para a produção de fertilizantes e adubos.

Somente em uma unidade de produção de ureia no estado de Sergipe, vizinho ao nosso querido Estado de Alagoas, que tenho a honra de representar no Senado Federal, a Petrobras produz cerca de 60 toneladas diárias do insumo.

Como se vê, há uma necessidade urgente de o estado incentivar esses setores estratégicos. Além disso, é necessária a transição do atual modelo de agricultura. Precisamos encontrar, sem dúvida alguma, uma outra rota, um outro modelo.

O Governo não pode ficar dependente de insumos petrolíferos. Futuramente, Sr. Presidente, nós teremos um problema

de abastecimento muito grave no Brasil. Por isso, um modelo dependente de insumos de petróleo não é aconselhável para o nosso País.

O fato mais interessante e revelador dessa crise é que ela se manifesta em um momento em que está crescendo a produção mundial de alimentos. A safra mundial de 2007/2008, por exemplo, na produção de trigo, apresentou um crescimento de 2,3% da safra passada. E também, Sr. Presidente, o milho, com a taxa de 9,4% de crescimento, e o arroz, com a taxa de 1,8% de crescimento. A soma dos demais grãos, exceto a soja, apresentou elevação da produção em 3,9%.

Apesar disso, os estoques diminuíram. Em relação ao trigo, por exemplo, ocorreu uma redução de 9,9%. Os estoques mundiais de milho também caíram 4,8%, os de soja baixaram 22% e os demais grãos, exceto o arroz, também tiveram seus estoques reduzidos em 16,6%. Apenas os estoques de arroz conseguiram crescer 1,2%. Trata-se, portanto, de uma crise estrutural.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre as alternativas que gostaria de apontar, estão os investimentos na agricultura familiar, além de uma nova política de financiamento para essa área.

Segundo informações divulgadas por entidades de trabalhadores rurais, os fertilizantes hoje ajudam muito mais o agronegócio do que os pequenos agricultores, é verdade. Mas também há uma parcela importante dos menores agricultores, dos pequenos agricultores, que utiliza fertilizantes para aumentar sua produtividade.

Neste novo modelo agrário que nos propomos a discutir, a debater, é preciso ter espaço para a questão da agroecologia, que não é dependente de adubos químicos.

Nós temos de usar os insumos orgânicos e utilizar mais plantas recuperadoras de solo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em outras palavras, é preciso encontrar outras formas que combinem produção animal com produção vegetal. Esse é um dos caminhos, sem dúvida, a serem seguidos.

Outra saída está na organização do movimento cooperativista no País – uma iniciativa que pretendo cada vez mais estimular em

Alagoas, onde temos uma cooperativa que é, para orgulho de todos nós, alagoanos, um exemplo que tem de ser levado para todo o País, que é a Cooperativa de Pindorama, no próspero Município de Coruripe.

No Paraná, Sr. Presidente, também, um grupo de 21 cooperativas, que soma 60% do faturamento do setor no estado, formou um consórcio.

O objetivo do grupo é a cooperação associada nas áreas de investimentos, pesquisas e desenvolvimento de novas técnicas agrícolas e de comercialização, principalmente na área de fertilizantes.

Temos de deixar para trás o vício secular de depender completamente do Poder Público e buscar formas de caminhar com as nossas próprias pernas.

Com iniciativas como esta, poderemos desenvolver também, Sr. Presidente métodos de compra, formulação, fabricação e comercialização de vários insumos agrícolas e de produtos de uso veterinário. Tudo de acordo com cada realidade regional, com cada produção e conforme o tamanho do produtor.

Sr. Presidente, esses são sinais dos tempos, de bons e melhores tempos, em que o País avança no sentido de enfrentar os cartéis e a dependência de insumos e matérias-primas. Vamos estabelecer uma nova política agroindustrial e substituir, cada vez mais, nossas importações por pesquisa tecnológica e autossuficiência.

Quando ocupei o Ministério da Justiça, utilizei os instrumentos que a Pasta dispunha para combater os oligopólios. Diante da realidade que temos relatado aqui, faço um apelo à Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça e ao Cade, ao próprio Cade, para que investiguem a formação de cartel por parte das grandes indústrias produtoras de fertilizantes.

Sr. Presidente, é altamente desejável que esses órgãos encaminhem ao Senado Federal informações sobre a participação de cada uma delas no mercado nacional, tendo em vista evidências de que elas estariam abusando de sua posição dominante no mercado de produção e comercialização.

Muitas dessas empresas incorrem em infrações à ordem econômica, tipificadas, nos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.884, de 11 de ju-

nho de 1994. O primeiro trata das infrações à ordem econômica, e o segundo tipifica as condutas infracionais.

Se isso acontecesse, seria de grande ajuda ao Senado Federal e ao País, nesse esforço nacional de garantir alimentos na mesa do brasileiro e a sobrevivência dos nossos produtores rurais.

Era isso, o que por ora tinha a dizer.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estava refletindo sobre o Estado de V. Ex^a, Alagoas. A natureza é muito bonita lá. As praias mais belas que conheci foram as de Alagoas mundo afora. Mas o poeta, o primeiro ambientalista Sófocles, lá da Grécia, disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. E, em Alagoas, o ser humano é rico: é o Deodoro, é o Floriano, Zumbi – foi por lá, não foi? –, Graciliano Ramos, Teotônio Vilela e V. Ex^a, que faz parte dessa natureza importante, é um homem de luta. “Não chores, meu filho. Não chores, que a vida é luta renhida: viver é lutar”, diz o poeta.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador.

MAIS RECURSOS PARA OS MUNICÍPIOS

Sessão de 22-12-2008.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador João Ribeiro, querido amigo, valoroso representante do Estado do Tocantins nesta Casa do Senado Federal, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, venho hoje à tribuna do Senado Federal e fiquei em Brasília exatamente para isso, para tratar de um assunto que está trazendo graves problemas às populações de vários municípios brasileiros, inclusive da maioria dos municípios alagoanos.

O CAUC – Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios –, como sabem V. Ex^{as}, existe desde 2001, mas passou, Sr. Presidente, Srs. Senadores, recentemente por um processo de modificação e automação.

Em maio de 2008, por exemplo, uma portaria ministerial vedou a celebração de convênios com municípios que tiverem alguma pendência em relação às extensas exigências do Cauc. Depois disso, uma instrução normativa tem causado dúvidas por estender tais exigências para os aditamentos de convênios, inclusive os firmados anteriormente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Leomar Quintanilha, tenho sido procurado por vários prefeitos que acusam essa norma de ser confusa e contraditória. A própria Caixa Econômica Federal admite o transtorno aos municípios por causa do conflito normativo que inclusive fere a hierarquia legal. Logo a Caixa Econômica Federal, que demorou tanto na análise desses projetos,

que agora precisam ter as suas vigências revalidadas. Em outras palavras, instruções normativas não podem modificar portarias interministeriais. A Caixa Econômica Federal sugere, ainda, que os interessados procurem o Governo Federal para pedir a revisão da medida pelo prazo mínimo de 30 dias, até que assumam os novos gestores, os novos prefeitos eleitos, que começam a trabalhar a partir de 1º de janeiro.

Há pouco mais de dois anos, Sr. Presidente, constatou-se que, dos 20 estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal, 23 se valem de liminares da Justiça para garantir a liberação de verbas federais sem a devida prestação de contas ou atendimento a outras exigências do Tesouro Nacional.

No caso de estados e municípios que obtiveram liminares na Justiça, o Cauç passou a ser, como disse, desconsiderado.

Na verdade, as ações judiciais proliferaram no final de 2005, quando o Tesouro Nacional ampliou as exigências previstas pelo Cauç.

O número expressivo de liminares concedidas pela Justiça passou a preocupar o Ministério da Fazenda e a fazer parte de discussões sobre os destinatários legítimos dos recursos federais e os respectivos mecanismos de repasse.

Não bastassem, Sr. Presidente, todas essas exigências, estados e municípios ainda têm que enfrentar essa burocracia excessiva.

Há registros de vários estados que estiveram listados ou ainda permanecem no Cauç, como, por exemplo, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

Quanto ao nosso estado, recentemente o Governador Teotônio Vilela chegou a afirmar que: “Alagoas está perdendo milhões. Às vezes, por apenas um ajuste técnico, um problema burocrático, um município carente fica sem receber esses recursos.”

Lembrou ainda o Governador Teotônio Vilela que apenas 15 municípios alagoanos estariam com suas contas regularizadas. O restante, Sr. Presidente, está no Cauç.

Uma das novas exigências do Cauc – pasmem! – é a certidão de Previdência própria. Isso obriga as prefeituras que têm Previdência própria – em Alagoas, são 52 municípios, de 102 – a recorrerem ao Ministério da Previdência Social, burocratizando ainda mais os procedimentos. Tais prefeituras têm que requerer, desesperadamente, essa certidão, sem a qual ficam impossibilitados de receber os recursos ou mesmo, Senador Leomar Quintanilha, de revalidar os convênios já assinados com a União, de renovar os convênios, porque, como dizia aqui anteriormente, e gostaria de repetir, a grande maioria desses convênios não foram analisados em tempo hábil pela própria Caixa Econômica Federal e, portanto, precisam ser revalidados.

Esse quadro preocupante se tornou ainda mais grave, porque um terço dos 102 municípios alagoanos enfrenta prejuízos com a seca. Nosso estado, Senador João Ribeiro, tem mais de um bilhão de reais em convênios, convênios de municípios e convênios do Estado de Alagoas. Um bilhão de reais! Os investimentos, a infraestrutura, os investimentos sociais em saúde, em educação dependem, fundamentalmente, da mobilização desses recursos do Governo Federal, da União Federal. E grande parte dos recursos oriundos desses contratos se destinam a obras públicas fundamentais em áreas como habitação, como transporte, como educação, aqui já referidas.

Sem os novos convênios, ou sem a renovação da vigência dos convênios existentes ou em execução, as obras ficam inacabadas, obrigando as prefeituras a devolverem o dinheiro desde o início das obras, com o acréscimo, óbvio, da correção monetária e de outros encargos e, ainda, Sr. Presidente, causando desemprego e um impacto negativo na economia municipal e na economia regional.

Em outras palavras, quem sai perdendo é a população, que sofrerá com isso, mais uma vez, os efeitos dos desacertos burocráticos. Além de serem projetos essenciais para a economia do Estado de Alagoas, esses investimentos são grandes geradores de emprego e renda no interior, porque mobilizam a construção civil e toda uma cadeia produtiva dessas atividades.

Isso tudo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem falar nas prováveis consequências da crise mundial nos investimentos públicos e na economia nacional. Justamente num momento em que o próprio Presidente da República, Presidente Lula, tem afirmado que os investimentos públicos não diminuirão seu ritmo, que o País não sofrerá os efeitos perversos da crise.

E nunca é demais lembrar que a maior repercussão desses problemas se dá justamente nos pequenos estados, nos estados mais pobres, nas regiões mais pobres e nos municípios menos favorecidos. Ele acontece e ele aconteceu, queria mais uma vez repetir, porque a Caixa Econômica Federal, por vários motivos, não analisou esses projetos em tempo hábil, no tempo em que as exigências dos municípios requeriam.

Sr. Presidente, sou um municipalista convicto. Tenho defendido as causas das prefeituras, dos municípios, porque o Senado Federal é a Casa da Federação, e a Federação tem nos municípios exatamente sua célula-mãe. É nas cidades que as pessoas moram e precisam de recursos para sobreviver.

Por isso, faço um apelo ao Governo Federal, ao Presidente Lula – já fiz isso formalmente, Sr. Presidente, mediante ofícios que encaminhei ao Ministro da Advocacia-Geral da União, ao Ministro do Planejamento, ao Ministro da Fazenda, à Ministra da Casa Civil e ao Ministro das Relações Institucionais –, para que encontrem rapidamente uma solução que não prejudique as prefeituras, uma solução que não penalize o emprego, uma solução que não penalize o mercado interno, que deve muito a esses investimentos públicos que são levados para os municípios brasileiros, sobretudo para os municípios das regiões mais pobres do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte do País, removendo, Sr. Presidente, definitivamente, entraves burocráticos, que, embora necessários, estão impedindo os recursos de chegarem à cidade.

Há 15 dias, conversei demoradamente com o Presidente Lula, que disse que, logo no início de fevereiro, provavelmente em 10 de fevereiro, vai receber os prefeitos eleitos e conversar com eles sobre a renegociação das dívidas com a Previdência Social, vinculando, percentualmente, a receita em 240 meses, como aliás nós

já conseguimos no final do ano de 2004. Infelizmente, era uma circunstância como esta, sendo que muitos dos prefeitos estavam no final de seus mandatos e não tiveram, lamentavelmente, as devidas atenções com a renegociação das dívidas com a Previdência Social, que novamente precisam ser feitas, precisam ser renegociadas.

Quero aqui também lembrar que, com o apoio do Senado Federal, os municípios brasileiros conseguiram repasse de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), fato que mereceu, na última semana, no meu gabinete, o agradecimento pessoal do Paulo Ziulkoski quando de sua visita à Capital Federal, exatamente pela participação que o Senado teve nesse processo, exatamente pela participação que circunstancialmente pude ter como Líder da Bancada do PMDB e depois como Presidente do Senado Federal.

Essa conquista, Senador João Ribeiro, foi resultado de anos de luta da Confederação Nacional dos Municípios, que, em todos os momentos, contou com o apoio desta Casa do Congresso Nacional e com a nossa modesta colaboração. Aliás, quando discutimos a reforma tributária, que foi aprovada aqui no Senado Federal em dois turnos, o Senado Federal, até mesmo com relação à reforma tributária, fez a sua parte, fez o dever de casa. E esse mecanismo de reposição dos recursos dos municípios de mais 1% do Fundo de Participação dos Municípios foi discutido como uma alternativa para fazer face às dificuldades vividas pelos municípios, que, principalmente com esse 1% a mais, puderam pagar o 13º salário.

O depósito realizado pela União, que diz respeito a esse acréscimo de mais 1% no Fundo de Participação dos Municípios, somente este ano representa algo em torno de R\$2 bilhões. O Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, não precisa absolutamente agradecer nada, nem ele, nem a sua diretoria. A participação, o engajamento que eu tive em todos os momentos dessa luta, dessa batalha, aconteceu exatamente em função dos compromissos que tenho com os municípios brasileiros.

Quero também, no momento em que encerro – e agradeço a V. Ex^a –, destacar que hoje, em Marechal Deodoro, estamos inaugurando a restauração da Igreja do Rosário dos Homens Pretos. Quero parabenizar o Prefeito Danilo Dâmaso por mais essa iniciativa. E quero dizer ao povo de Marechal Deodoro, ao Prefeito Danilo Dâmaso, ao seu Secretário, Modesto Novaes, da minha satisfação de ter participado, acredito que decisivamente, do tombamento de Marechal Deodoro, que foi a primeira capital de Alagoas, o que, sem dúvida, possibilitou o acesso a recursos para restauração do nosso patrimônio histórico, do patrimônio público. Praticamente, já estão garantidos os recursos para a restauração de todas as igrejas, e, a partir do próximo ano, vamos começar a restauração do casario.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Senador Leomar Quintanilha, concedo, com muita satisfação, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Eu desejava muito fazer um aparte ao importante pronunciamento de V. Ex^a, nesta tarde. E acabo de receber um telefonema e pensei que, com o telefonema, eu não pudesse fazê-lo. Era o Ministro Ayres Britto querendo fazer uma discussão sobre eventuais dúvidas que esta Casa e alguns de seus membros têm a respeito da eficácia e eficiência da urna eletrônica. Ficamos para conversar no ano que vem. Acho que esse é um instrumento muito bom, muito útil à democracia, mas tudo o que for na direção do aprimoramento do seu funcionamento, seguramente a democracia e o povo brasileiro agradecerão. Fico feliz porque ainda terminou em tempo de eu comentar com V. Ex^a, pegar uma carona no seu pronunciamento, quando V. Ex^a questiona os métodos e os cálculos feitos no estabelecimento dos volumes de recursos distribuídos aos municípios. Essa é uma grande preocupação de todos nós, sobretudo dos mais de cinco mil prefeitos deste nosso País. Muitos deles se viram na

obrigação de arcar com débitos anteriores que não eram pagos, gestões anteriores acumulavam, sobretudo, dívidas com o INSS, e isso tem se transformado num verdadeiro fantasma, numa assombração para muitos municípios, principalmente para aqueles que vivem em função da transferência do Fundo de Participação. Mas eu acho, Senador Renan, que é muito importante que nós possamos discutir nesta Casa um novo pacto federativo, para que estabeleçamos as atribuições dos Municípios, dos Estados e da União, e, com a transferência das responsabilidades que cada vez se acumulam mais aos municípios, possamos, também, transferir uma parcela maior de recursos, para que os prefeitos tenham os meios necessários para atender as crescentes e importantes demandas de suas populações, dos seus cidadãos. Eu já conheci situações melhores. Eu já conheci, no meu próprio estado, prefeituras de pequeno e de médio portes que tinham condições de manter uma patrulha mecanizada, que tem um município com extensão territorial enorme, uma atividade rural ativa, mas com estradas vicinais, estradas principais sem oferecer a menor condição a que os produtores rurais tenham meios necessários de buscar os insumos e, depois, transportar sua produção para as cidades. Isso numa forma de atender as demandas e as necessidades das populações que moram nos municípios. Hoje, a grande maioria desses municípios mal tem condições de pagar o combustível quando o estado, em parceria, quer fornecer os equipamentos para atender essas necessidades imperativas de consertar as estradas. Então, Senador Renan, as preocupações de V. Ex^a têm procedência, têm consistência. Espero que nós possamos ampliar essa discussão e derivar a ampliação dessa discussão para o pacto federativo, para uma nova redistribuição do bolo dos recursos auferidos dos impostos, a fim de que os municípios adquiram os meios adequados e necessários para atender urgentes e necessárias aspirações de suas populações. Cumprimento V. Ex^a pelos argumentos que traz nesta tarde.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço, sensibilizado, o aparte de V. Ex^a, Senador Leomar Quintanilha.

Acho que essa discussão é fundamental e insubstituível, mesmo aqui no Senado Federal. Mais do que nunca, precisamos somar esforços com os municípios, que continuam penalizados. É preciso facilitar o acesso desses municípios aos recursos federais, cada vez mais escassos. É sobretudo muito importante, para que os municípios não fiquem penalizados e que, ao terem acesso a esses recursos, complicações não sejam colocadas em relação ao cálculo. É importante que os municípios tenham acesso aos recursos orçamentários, muitos deles aprovados pelo próprio Congresso Nacional.

Como eu dizia e quero repetir para V. Ex^a e para os telespectadores do Brasil, não tem absolutamente nenhum sentido que os municípios brasileiros tenham de obter uma certidão de suas previdências próprias junto à Previdência Social, à Previdência nacional. Essa certidão burocratiza, exige tempo e impede, dentre outras coisas, em função dessa norma recentemente publicada, que os municípios tenham acesso à certidão do Cauc e possam renovar ou dar consequência aos convênios em execução. Muitos desses convênios não foram ainda executados – diga-se de passagem, mais uma vez, o que significa a grande maioria dos convênios existentes da União Federal com os municípios – exatamente porque demorou muito em todos os estados do Brasil, sobretudo em Alagoas, a análise desses projetos pela Caixa Econômica Federal. Então, é importante mobilizarmos os esforços do Senado Federal, os esforços de todos os ministros, do Presidente da República, que tem muita sensibilidade com relação a esses investimentos e sabe que o Brasil, mais do que nunca, precisa que esses investimentos sejam feitos, sobretudo agora. Pelos empregos que eles significam, pela geração de renda, pelo desenvolvimento, pelo fortalecimento e pelo equilíbrio do mercado interno, é fundamental que possamos, mais uma vez, contornar essas dificuldades.

Os municípios brasileiros postulam a renegociação de suas dívidas com a Previdência Social. Isso foi conseguido em 2004, no final do mandato dos prefeitos anteriores. Por dificuldades colocadas pelo próprio INSS ou pelas prefeituras, dificuldades burocráticas com relação mesmo ao acesso desses documentos para

embasarem essas negociações, os municípios tiveram alguns obstáculos, o que, mais do que nunca, torna impossível essa certidão do Cauc, e inviabiliza, Sr. Presidente, o recebimento de novos recursos. E, a partir dessa última decisão do Governo Federal, inviabiliza mais: inviabiliza a renovação desses convênios, mesmo dos convênios que não começaram a ser executados, o que, do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal, tem como consequência uma coisa ainda muito pior: é que os prefeitos que não conseguiram terminar a execução desses convênios terão de devolver os recursos que utilizaram na execução dessas obras. Isso não pode acontecer. Isso é muito ruim para os municípios, para o Brasil. E o Senado Federal tem um importante papel a cumprir, institucional, com relação à solução desse problema.

Muito obrigado, Senador João Ribeiro. Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha. Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Eu queria, no momento em que encerro, aproveitar a oportunidade para desejar ao povo brasileiro, ao povo de Alagoas e a todos os Senadores de todos os Estados da Federação um Feliz Natal e um Feliz Ano Novo, com muita paz e com muita saúde. É isso que quer o povo brasileiro, e tenho absoluta convicção de que é isso que vai acontecer no próximo ano.

Um grande abraço.

Muito obrigado.